



ACTAS
16 de Março de 2007



1º encontro nacional sobre orçamento participativo

1º encontro nacional sobre **orçamento participativo**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Actas do I Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo

EDIÇÃO

Associação In Loco e Câmara Municipal de São Brás de Alportel

AUTORES

Organização: Nelson Dias

Revisão de Textos: Maria Priscila Soares

Transcrição: Patrícia Águas e Ana Rita Teixeira

DESIGN E PRODUÇÃO

Ideias em Baú, Comunicação Marketing, Lda. - Faro

IMPRESSÃO

SIG - Soc. Ind. Gráfica - Camarate

TIRAGEM

500 ex

DEPÓSITO LEGAL N.º

287058/08

DATA DA EDIÇÃO

Dezembro de 2008

ÍNDICE

Introdução	5
Sessão de Abertura	7
PAINEL 1 - Construção de uma democracia mais participativa	9
Experiência do OP de São Brás de Alportel	9
Experiência do OP de Palmela	12
Debate	15
PAINEL 2 - Potencialidades e limites de participação cidadã	25
Debate	33
Síntese final	39
Sessão de Encerramento	45

FINANCIAMENTO

Equal
de igual para igual



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Estruturais

Introdução

Em menos de duas décadas, as experiências de Orçamento Participativo (OP) adquiriram uma importância significativa. Desde a classe política de muitos países, a organizações internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, a diferentes sectores da academia, bem como inúmeras organizações da sociedade civil, muitos são os que têm manifestado um grande interesse por este novo experimentalismo democrático. Disso é, aliás, reflexo a espantosa disseminação do OP a nível mundial.

Percorrendo o Continente Americano podemos encontrar experiências em praticamente todos os países, desde o Canadá à Argentina. África desperta em força para esta temática, procurando muitos dos seus Estados recuperar as economias, criar democracias mais consolidadas, levar a cabo políticas de descentralização internas às quais pretendem agora associar processos participativos como o OP. Na Europa, o tema vem assumindo cada vez maior relevância com a emergência de inúmeras iniciativas e com a multiplicação de espaços de formação e de debate. Na Ásia e Oceânia também começam a surgir as primeiras experiências de OP, inclusive em regiões com distintas tradições político-democráticas.

Em alguns casos, como acontece no Peru e na República Dominicana, o “OP como experiência” deu lugar ao “OP como política pública institucionalizada”, passando a fazer parte integrante dos marcos legislativos dos dois países. Estes exemplos, aliados à dinâmica internacional a que assistimos, faz-nos crer que o OP se está a transformar num “Tema Maior”, capaz de influenciar a agenda programática de diferentes classes políticas, oferecer alternativas para contrariar a crise da democracia liberal e favorecer uma maior aproximação dos cidadãos e cidadãs à coisa pública.

Portugal não ficou alheio a esta dinâmica internacional, tendo o número de experiências de OP vindo a crescer de forma significativa nos últimos anos. Trata-se de um conjunto de iniciativas com diferentes graus de estruturação e consolidação, normalmente pouco comunicantes entre si e com o exterior, e sobre as quais se começa agora a produzir os primeiros elementos de conhecimento.

Perante este cenário e a previsível disseminação do OP em Portugal nos próximos anos, surgiu-nos a ideia de organizar o I Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo, que teve lugar em São Brás de Alportel, no dia 16 de Março de 2007, apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Tínhamos como objectivos: reunir as experiências existentes no nosso país, representadas pelos decisores políticos; conhecer os diferentes modelos de implementação; favorecer a partilha de dificuldades e soluções encontradas ao nível de cada território; e iniciar uma dinâmica de organização periódica regular deste tipo de encontros.

Participaram neste evento mais de duzentas pessoas, vindas de diferentes locais do país, entre elas autarcas e técnicos de autarquias, representantes de organizações da sociedade civil, professores e estudantes do ensino superior, entre outros, o que demonstra o interesse que o tema começa a despertar na sociedade portuguesa.

Nas páginas que se seguem, os leitores e as leitoras poderão encontrar as intervenções realizadas no âmbito dos diferentes painéis, assim como os respectivos debates. Esperamos com estas actas contribuir modestamente para a produção de conhecimento sobre o tema, assim como para a criação de uma memória histórica sobre o desenvolvimento deste tipo de processos em Portugal.

Nelson Dias

António Eusébio - Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Muito bom dia a todos os presentes. Quero, antes de mais, cumprimentá-los e agradecer a vossa presença. Um cumprimento especial para os meus amigos Autarcas presentes: Presidentes de Câmara, Presidentes de Juntas de Freguesia, representantes de todas as instituições ligadas às Autarquias Locais.

Hoje é um dia muito especial para nós. Embarcámos neste desafio há pouco mais de um ano, o desafio de executarmos, pela primeira vez, o Orçamento Participativo em São Brás de Alportel. Desde então, temos vindo a abordar esta matéria no sentido de termos a maior eficácia junto da nossa população com a execução destes orçamentos. Daí, a importância do encontro de hoje, para mais, o primeiro encontro nacional a debater esta matéria. Não se pode esquecer que cada realidade acaba por ser uma realidade singular, que cada autarquia tem as suas especificidades, que levam a uma acção diferente - só por isso, eu acho que vai valer a pena.

Espero que com este encontro tenham um dia de trabalho excelente, que consigamos, todos em conjunto, tirar conclusões que nos ajudem no nosso dia-a-dia, na gestão difícil que cada Município tem. E que todos possamos aprender um pouco mais para continuar o nosso trabalho. E desde já, mais uma vez, o nosso obrigado a todos pela presença, porque só assim podemos também dar mais um passo. Muito obrigado.

Priscila Soares - Associação In Loco

Bom dia a todos e a todas. E este bom dia não é apenas uma saudação, é, da minha parte, a formulação de um voto. Espero, e acho que comigo toda a equipa deste projecto, que este dia não seja apenas um dia bem passado, mas seja um dia realmente proveitoso.

Este seminário é desenvolvido no âmbito do Projecto São Brás Solidário, uma iniciativa que aposta na criação de uma dinâmica de animação cidadã para a participação política e para a intervenção social solidária. Isto porque é necessário: vivemos num pequeno concelho em rápida transformação e temos necessidade de recriar uma identidade cultural, de recriar laços de proximidade entre as pessoas.

Esse projecto é da responsabilidade de uma parceria territorial que integra a Câmara Municipal, a única associação empresarial com sede no concelho, a AIEC - Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça, a Associação dos Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel, a ANJAF, que é uma Associação Nacional, mas com um pólo aqui no Algarve e sede regional em São Brás de Alportel, e a In Loco.

Tendo em vista a finalidade que nos propusemos, a animação cidadã para a participação política e para a intervenção social solidária, temos vindo a lançar diversas iniciativas, sendo o Orçamento Participativo uma delas. Convirá, no entanto, referir rapidamente algumas outras, porque poderão ser do interesse dos presentes. Para além de criarmos uma rede de voluntariado territorializada, estamos a experimentar um sistema de trocas solidárias com recurso a uma moeda complementar, organizámos a Feira da Solidariedade, realizamos encontros comunitários, editamos mensalmente um jornal, de que têm o último exemplar na vossa pasta.

O projecto é financiado no quadro da iniciativa comunitária EQUAL. E porquê? O Gabinete de Gestão desta Iniciativa Comunitária compreendeu, desde a primeira hora, que o projecto poderia constituir uma excelente oportunidade de testar dispositivos e metodologias com grande potencial em termos de promoção de igualdade de oportunidades e em termos de criação de comunidades mais inclusivas.

Hoje, vamos falar do OP e para isso temos connosco quase todas as Autarquias portuguesas que, segundo o conhecimento de que dispomos neste momento, se reclamam deste conceito e procuraram pô-lo em prática no seu território.

Agradecemos a todos esses Autarcas e técnicos autárquicos que se deslocaram até São Brás de Alportel para partilhar connosco a sua experiência.

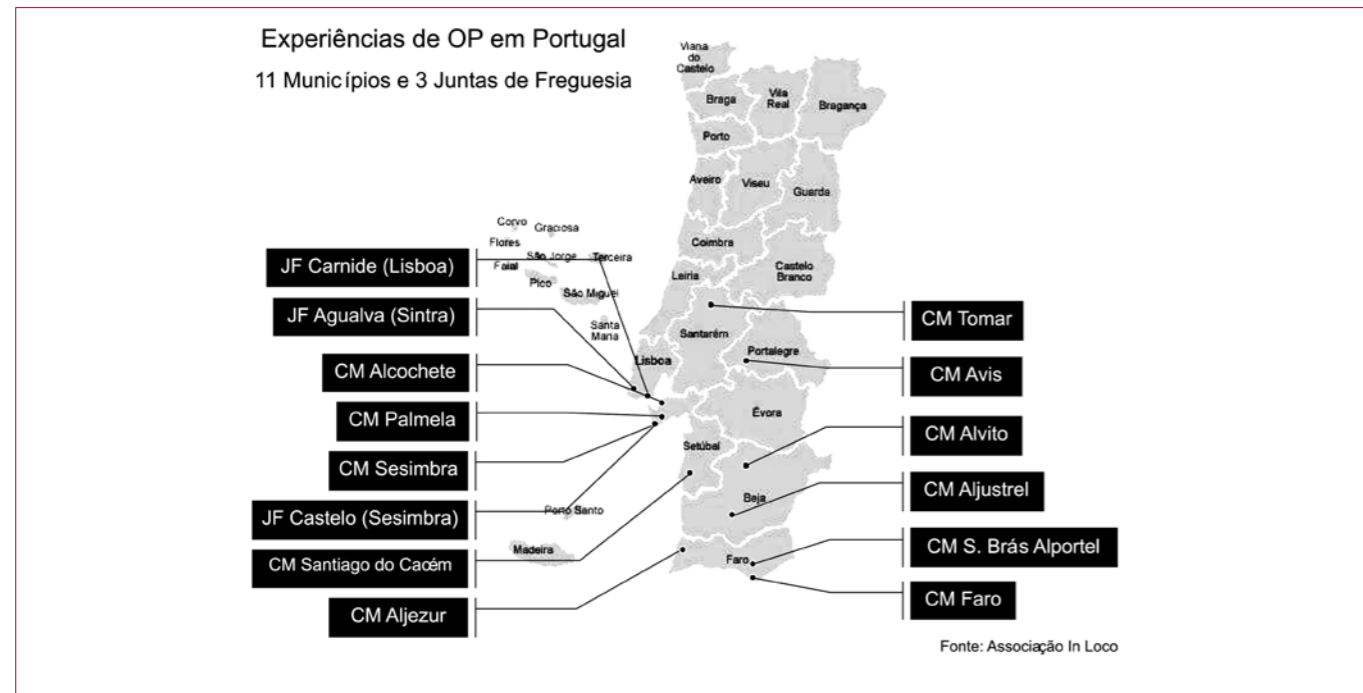
A pedido da equipa do projecto, enviaram informação sobre as suas experiências, que procurámos sistematizar e vamos, agora, partilhar convosco.

Tanto quanto sabemos, até agora, foram realizadas experiências apelidadas de Orçamento Participativo nas Câmaras Municipais de Tomar, Alcochete, Palmela, Sesimbra, Aljezur, Alvíto, Aljustrel, São Brás de Alportel e Faro. E, ainda, em três Juntas de Freguesia: Carnide, Agualva e Castelo. Infelizmente, não vamos poder ter connosco a Câmara Municipal de Tomar e a Junta de Freguesia de Agualva. Pensamos que todos as outras Autarquias estarão presentes, pelo menos confirmaram a sua participação. Os dados aparecem sintetizados no quadro.

A experiência mais antiga, a de Palmela, teve início em 2002. Depois vão surgindo novas experiências, especialmente no ano de 2006.

Estas experiências permitem-nos detectar grandes tendências.

São processos essencialmente consultivos. Saberão que os processos de OP podem ser consultivos, co-decisionais ou decisoriais. Os nossos processos em Portugal são essencialmente consultivos, mas há duas experiências, tanto quanto podemos perceber, que são experiências de co-decisão.



A maioria destas experiências privilegia a participação individual das pessoas. Podemos ter experiências em que se permite também a participação na consulta de colectivos, de associações, e pode haver esquemas mistos. Em Portugal há esquemas mistos, mas, na generalidade, as experiências privilegiam a participação individual das pessoas. Aliás, como em São Brás de Alportel.

Todas elas apostam em reuniões públicas descentralizadas e essa descentralização significa que podem ocorrer reuniões a nível de freguesias, e por vezes mesmo a nível de aglomerados mais pequenos. Que, em muitos casos, se recorre ainda a questionários, que é possível preencher fora das reuniões de consulta pública. Esses questionários podem estar à disposição em diversos sítios, muitas vezes na Internet. Isto parece ser uma característica que é partilhada pelas várias experiências de OP.

A maioria não possui um quadro regulador do processo. Digamos que as experiências avançam sem ter propriamente definidas, muito claramente, as regras. Isto não significa, necessariamente, uma desvantagem; pode representar uma aposta na criação das regras de uma forma orgânica, à medida que se vai avançando. Há, no entanto, experiências que partem para o OP com um número mínimo de regras já estabelecidas.

A maioria dos OP's portugueses encontra-se na dependência directa do Presidente da Câmara, mas há pelo menos um experiência que está na dependência do departamento financeiro. A opção feita indica o carácter mais político ou mais técnico do OP. Normalmente, os OP's estão na dependência directa do Presidente da Câmara, o que indica uma aposta de carácter político.

Duas das experiências contaram com, ou contam com, comissões técnicas para se desenvolver – o que nem sempre é fácil, no caso de Autarquias pequenas. Algumas recorrem a acessoria externa, porque sentem necessidade. Há competências requeridas que não existem no interior da Câmara ou pode ser difícil mobilizar os técnicos para a experiência de OP, porque têm muitas outras

funções e responsabilidades. Do que conhecemos, há duas experiências em que realmente se recorre à acessoria externa.

Perante este conjunto de experiências e a previsibilidade do aparecimento de novos casos, pensamos que – este “nós” não é um plural magestático, refere-se a todos os técnicos que trabalham na equipa deste projecto – seria vantajosa uma aproximação entre as Autarquias, os cidadãos e os territórios já inscritos, ou apostados em inscrever-se, nesta dinâmica de experimentação social e política.

Se calhar, Palmela, que iniciou este processo em 2002, deve ter vivido uma experiência de relativo isolamento, de uma certa travessia do deserto. Seria bom que nos pudessemos aproximar. Essa aproximação pode conduzir à criação de uma rede e pode consolidar-se à medida que essa rede for tendo capacidade de responder às necessidades dos intervenientes. E nós somos capazes, desde já, de enumerar algumas: conhecer melhor as experiências, o que se afigura essencial; promover uma reflexão conjunta; responder às dúvidas de todos os que querem saber mais sobre o OP; encorajar e apoiar os que iniciam o processo; organizar formação para responsáveis políticos e técnicos; afirmar o potencial do OP como dispositivo de aprofundamento da democracia; dar conta da eficácia do OP como instrumento de gestão; realizar encontros periódicos.

Deixamos, aqui, o desafio de realizar o segundo encontro no próximo ano, ou ainda este ano, se quiserem.

Terminada a fase de intervenção, o nosso projecto vai avançar para aquilo que, na EQUAL, se chama Acção 3. É uma fase de disseminação das propostas testadas e formalizadas no decorrer da intervenção. Esta fase deve ter início em Janeiro de 2008. O que gostaríamos de vos dizer é que esta Acção 3 pode acolher actividades que constituam um início de resposta às necessidades que anteriormente referi. Assim sendo, estamos disponíveis para discutir essa possibilidade com as Autarquias.

É esta a mensagem que queria passar-vos e tenho a certeza que o dia de trabalho vai ser óptimo. Obrigado.

1 EXPERIÊNCIA DO OP DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL - António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel)

Mais uma vez, muito bom dia a todos os presentes. Vou fazer uma apresentação genérica da metodologia que foi adoptada no Município de São Brás de Alportel, procurando justificá-la, da estratégia definida até ao orçamento final e da aprovação final do orçamento no Município, tentando dar conta dos resultados em termos operacionais deste primeiro ano de trabalho.

A experiência do Orçamento Participativo está integrada, como a Dra. Priscila teve oportunidade de explicar, dentro de um Projecto que é o São Brás Solidário, apoiado pela iniciativa comunitária EQUAL. Este projecto está a ser desenvolvido – também já foi dito – por uma parceria de várias instituições: a Câmara Municipal, a Associação In Loco, a AIEC (Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça), a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e a ANJAF, que é a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar.

Os objectivos deste projecto apontam, essencialmente, para uma dinâmica de participação social e política no nosso concelho, de forma a transformar São Brás de Alportel numa comunidade mais participativa e mais solidária. Desenvolver a experiência deste orçamento foi um dos objectivos deste projecto. Ao aceitarmos o desafio de sermos parceiros, responsabilizámo-nos por levar para a frente toda a metodologia de trabalho: criar a rede de voluntariado, implementar um sistema de trocas solidárias, realizar a Feira da Solidariedade ... actividades que já aqui foram referidas.

Existe um conjunto de instrumentos legais nas Autarquias. Muito genericamente, vou abordá-los para todos perceberem o que está em causa, o que pode estar em causa em cada orçamento. Ao fim ao cabo, nós todos temos que realizar o Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos. Desta vez, tivemos que adaptar a metodologia para podermos integrar os resultados finais do Orçamento Participativo nestes instrumentos de trabalho.

Em termos de despesas há, essencialmente, despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes estão relacionadas com os gastos relativos ao funcionamento – penso que é de conhecimento geral – as despesas de capital têm a ver com a parte de investimento.

A experiência de São Brás de Alportel incide, essencialmente, sobre a parte de investimento, sobre toda a despesa a nível de investimento. Isto é, obras públicas, projectos e acções que visam assegurar as necessidades da população e contribuir para uma melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento deste Município.

As receitas correntes, de onde é que vêm? Resultam,

principalmente, de transferências correntes, das quais, as transferências do Orçamento de Estado são as que mais se destacam. Para além disso, outras receitas dos orçamentos resultam de candidaturas a fundos comunitários, por um lado, e de impostos, taxas e tarifas cobradas, por outro.

Entre o que recebemos e o que gastamos, cabe-nos, a nós Autarcas, ter este exercício muito complicado de gerir e de conseguir executar. E eu refiro isto só para terem uma noção: no nosso Município temos, aproximadamente, pouco mais de cinco, seis milhões de euros, correspondentes ao que recebemos das transferências do Orçamento do Estado, mais as taxas, mais os impostos que cobramos. Só conseguimos dobrar o orçamento, para cerca de doze, treze milhões de euros, através de obras financiadas por fundos comunitários. Ora, na execução do nosso orçamento, tivemos em conta toda a receita e toda a despesa de capital de investimento.

Estamos aqui a arriscar um pouco, porque estamos a considerar que vamos conseguir, dentro do próximo Quadro Comunitário, do Quadro de Referência Estratégico Nacional, a aprovação de imensos projectos, relativamente aos quais não temos a certeza de conseguir aprovação. Cabe-nos, agora, preparar os projectos, lançar os concursos, fazer as candidaturas, fazer com que elas sejam aprovadas. E, não é que seja um milagre nós conseguirmos fazer isto, mas muitas vezes é complicado executar todos os projectos que temos na nossa mente.

O Orçamento Participativo acaba por ser um instrumento de democracia participativa, uma nova forma de governar, uma nova forma de gerir, planejar os territórios, que tem por base a participação activa dos cidadãos.

A experiência do Orçamento participativo foi implementada em São Brás de Alportel através de um amplo processo de consulta e participação dos cidadãos sobre, como já disse, a afectação do investimento.

Acabámos por aceitar este desafio porque queremos construir o futuro de São Brás de Alportel com os cidadãos, com todos os munícipes, apelar e fazê-los participar, porque esta participação também contribui para uma maior responsabilização dos próprios munícipes, uma maior compreensão do que é o orçamento e como se fazem os orçamentos da Câmara Municipal, permitindo, também, ir ao encontro dos anseios dos munícipes relativamente à evolução, ao desenvolvimento de São Brás de Alportel.

Entendemos que se trata de uma experiência muito interessante ao nível da democracia participativa, com efeitos benéficos, tanto para o munícipe, como para o eleito local.

Desde que fui eleito em 2002, tentei estar perto dos munícipes e ir anualmente a vários sítios do concelho, receber as preocupações, tentar entender o que era

mais importante, para poder espelhar, depois, as preocupações dos municípios na execução dos orçamentos. A diferença, agora, é que há uma metodologia muito mais eficaz em termos de planeamento, penso eu, e também para os municípios, porque nos permite obter resultados no nosso site, efectuar reuniões de âmbito público. Tudo se torna muito mais claro, o processo de execução deste orçamento torna-se muito mais transparente. E daí, é certo que vamos continuar a defender esta participação activa e dinâmica dentro da execução do orçamento participativo, porque compreendemos que nos ajudou a executar o nosso Orçamento Municipal.

Aproximar os municípios deste processo de planeamento de gestão municipal é um desses objectivos: estar mais perto das pessoas, conhecer melhor os problemas concretos, as suas expectativas, as suas sugestões, motivar a participação das populações – o que nem sempre é fácil nos nossos dias. Uma das provas disso tem sido a abstenção nas eleições. Os cidadãos cada vez se abstêm mais e não estão tão ligados a quem tem que gerir. Os Municípios é natural que o sintam, e eu sinto. Por vezes, somos eleitos e fica tudo nas nossas mãos, o nosso programa eleitoral, o programa político, é da nossa responsabilidade. E cabe-nos, no entendimento dos municípios, realizá-lo. Ora, esta tarefa nem sempre é assim, porque a nossa vida é dinâmica e as condições alteram-se. Muitas vezes, convém falarmos com as pessoas, explicarmos as coisas. Conseguimos fazer muitas outras coisas que não tínhamos planeado, e também não conseguimos fazer muitas outras que ficam para trás, embora fizessem parte dos nossos programas eleitorais. Daí, a importância desta proximidade, que nos permite comunicar e explicar todas estas situações.

Cabe-nos motivar as populações, levá-las à participação, e passar-lhes, de alguma forma, as dificuldades que sentimos, consciencializá-las de que é importante participarem, porque é um desafio para todos. É um desafio para as Autarquias, mas estou convencido de que esta metodologia de execução de orçamentos também é um desafio para as populações. Se o souberem entender, se o souberem agarrar como um processo de participação responsável, pode ser muito benéfico em termos de resultados finais. Promover esta participação activa dos municípios nos processos de planeamento e de gestão municipal, para que, com todos, os recursos públicos possam ser geridos de forma mais ajustada às necessidades das populações e do que nós queremos construir para cada Município.

Também é importante dizermos isto. Não se procura diminuir a responsabilidade de quem gere, nomeadamente dos políticos. O que se pretende, pelo menos foi o que eu senti na execução deste orçamento, é permitir que todos possam participar, pronunciar-se sobre os investimentos que consideram prioritários para o seu concelho e discuti-los abertamente, de uma forma responsável, franca, para o bem comum, o bem geral.

Como já viram, o orçamento em São Brás de Alportel foi considerado com toda a componente de investimento. Eu tive um problema inicial. São Brás só tem uma única freguesia. É uma das maiores freguesias do país, somos cerca de 12 mil habitantes. É daquelas que esteve na iminência de desaparecer do mapa, e vamos ver o que se passa, quando sair em termos legislativos essa alteração da criação, extinção e junção de freguesias. Vamos ver o que acontece neste Município.

Esse problema teve a ver com o quê? Vou fazer as sessões no sítio do Alportel, nos Machados, nas Mealhas, vou fazer isto onde? Para facilitar, inicialmente pensámos: “Bom, vamos aplicar esta experiência, apenas, a um dos sítios mais pequenos, em que a população não ultrapasse os 1000 habitantes, e ver o que é que resulta”. E os outros sítios?

Entretanto não entram, trata-se de uma experiência. Mas é difícil explicar às pessoas porque é que estaríamos a dar oportunidade a uns de decidir e aos outros não. Por outro lado, qual era o sítio que íamos escolher? À partida, os outros locais poderiam dizer: “Bom, como estão a fazer o orçamento naquele sítio, concerteza que vão desviar mais um bocadinho de verbas este ano e, então, fazem ali e os outros vão ficando para trás”. Ora, acabámos por decidir fazer para todo o Município, com toda a fatia de investimento, aceitando encarar todas as dificuldades que daí resultariam.

Assim o fizemos. É importante dizer também, como a Dra. Priscila disse, que é um instrumento consultivo, sem força de lei, mas, no entanto, fizemos um regulamento que define um conjunto de regras importantes, que vou referir uma a uma, porque considero que o mais positivo na experiência de São Brás de Alportel se deve, também, às regras e à metodologia aplicada na execução do orçamento.

Relativamente ao investimento público, as propostas do Município e dos municípios são sujeitas a uma apreciação por parte da equipa técnica, de quem executa o orçamento, uma apreciação financeira, mas também estratégica, por parte do Executivo Camarário, para que possamos, de algum modo, definir o que é mais importante dentro da nossa linha de orientação, respeitando os programas políticos – porque nós viemos para as autarquias porque fomos eleitos e decidimos cumprir um determinado programa – mas tentando incluir, também, o que os nossos municípios nos apresentam nas suas propostas.

A componente do orçamento em debate foi prevista para investimento no Orçamento Municipal para o ano de 2007, ao nível de despesas de capital, de investimento, e excluíram-se todas as despesas correntes.

De forma a abranger todo o concelho escolhemos cinco locais para realizar as sessões públicas. Isto para que toda a população tivesse possibilidade de participar activamente nas reuniões. O processo de debate do Orçamento Participativo abrangeu todo o concelho, pelo que, em cada sessão, poderiam ter sido feitas, e foram, propostas de investimentos específicos para aquele sítio e propostas para outros locais, para a globalidade do concelho.

Puderam participar, neste âmbito, todos os cidadãos com mais de 16 anos, em nome individual. Não era permitido um representante local que vinha dizer, por exemplo, “Eu represento 50 habitantes deste ou daquele sítio”. As participações foram sempre feitas em nome individual. A participação foi feita através de diferentes meios disponibilizados: nas sessões, preenchendo os formulários que espalhámos pelo concelho ou através da Internet.

Os municípios podiam participar em todas as reuniões públicas, independentemente de residirem num lugar ou noutra. Podiam sempre participar em todas as reuniões.

As reuniões tiveram o formato de assembleia, com uma mesa composta por elementos da Câmara e um moderador. Considero importante a presença deste moderador. Foi muito importante para nós ter um moderador que conseguiu mostrar isenção no processo, gerir perfeitamente as reuniões, para não haver apresentações de problemas demasiado longas, para as questões serem formuladas da forma mais concreta possível.

Em todas as reuniões públicas os municípios interessados em intervir tiveram de o fazer de forma serena, mantendo o respeito pelas opiniões dos restantes participantes e sempre num clima de abertura e tolerância. Aos elementos do Executivo foi pedido que respondessem às perguntas e às propostas apresentadas pelos municípios.

Na preparação, começou-se pela definição do modelo do Orçamento Participativo, a criação de um logo que o identificasse, no primeiro ciclo e nos próximos anos. Esse logótipo, para motivarmos mais os nossos municípios, foi efectuado pelos alunos da Escola do 2.º e 3.º Ciclo. Depois foi definido um quadro de orientações gerais e regras de funcionamento do processo, e sistematizadas as Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos. Num segundo momento, tivemos a criação dos instrumentos de auscultação da população, a criação de instrumentos de divulgação para motivarmos a participação e a definição da metodologia das sessões públicas.

Paralelamente, o Executivo Municipal, com o apoio dos técnicos da Autarquia, elaborou as propostas do Orçamento Municipal.

Em Novembro, avançámos para a consulta pública, apresentando as propostas que tinham sido trabalhadas previamente. Essas propostas foram reproduzidas nos folhetos informativos e na Internet.

A elaboração das propostas foi em Outubro, em Novembro foi o período de consulta pública e, entre 10 e 17 de Novembro – aqui os prazos apertaram – acabou por ser feita a avaliação das propostas apresentadas e a apresentação dos resultados numa sessão pública, também neste Cine-Teatro, no dia 17 de Novembro.

No final de Novembro, a proposta de orçamento, com os contributos da população, foi votada em reunião de Câmara e posteriormente em Assembleia Municipal, entrando em vigor no dia 1 de Janeiro.

A avaliação global do processo acabou por ser feita a partir de Janeiro e vai continuar, na perspectiva de tentarmos cumprir o mais possível este orçamento.

Vou passar agora algumas fotos, só para terem uma ideia de algumas das reuniões que realizámos: no Sítio dos Vilarinhos, onde foram apresentadas algumas propostas, no Sítio do Alportel. Estas reuniões tiveram lugar nas Escolas Primárias do campo. No Centro Museológico do Alportel. Esta é outra escola, na Mesquita. Nos Machados, numa Associação local, e no Salão Nobre da Câmara Municipal, a reunião da vila.

São Brás é um município que tem cerca de 12 mil habitantes, dos quais 6, 7 mil estão dentro do centro urbano, estando a restante população espalhada pelos vários sítios do concelho.

Foram preenchidos 98 questionários e apresentadas 65 propostas ou sugestões.

Para favorecer a igualdade de oportunidades em termos de género, e não só, associado a cada reunião funcionou um pequeno atelier, onde os miúdos, os filhos dos casais, podiam ficar a brincar, a fazer pequenos trabalhos, enquanto a reunião se realizava.

Houve 133 participantes, 87 homens e 46 mulheres, ou seja 65% e 35% respectivamente.

Foram apresentadas 111 propostas, das quais, 64% foram aprovadas e 36% ficaram para análise de futuros investimentos. Das sugestões aprovadas, 4,2% foram resolvidas de imediato – aquelas pequeninas questões que os serviços podem resolver –, 1,5% corresponderam a serviços a executar pelos serviços municipais.

Das propostas aprovadas, é essencial dizer que 32,4% já se encontravam na proposta inicial do Executivo e 42,3% foram integradas na proposta de investimentos, não só para 2006, mas também nos anos seguintes, até 2009.

O valor global do orçamento foi de 13 milhões, 412 mil e 861 euros, somando as despesas correntes e as despesas de investimento. Essencialmente, passam pela solidariedade, saúde, desporto, cultura, ordenamento e renovação urbana, vias de comunicação, ambiente, abastecimento de água, desenvolvimento económico. As grandes prioridades são o ambiente e espaços verdes, mas a maior parte vai para desporto e recreio – porque tínhamos uma obra, as piscinas municipais cobertas – e depois para as acessibilidades, as vias de comunicação, porque também temos previsto a continuação de uma circular que só terá início no fim deste ano. Como tal, o valor nem é tão grande quanto isso. Também a valorização de fontes e espaços públicos, a criação de espaços verdes e áreas de lazer. No desenvolvimento económico, requalificação de infra-estruturas locais junto a edifícios públicos, para permitir o estacionamento ou a realização dos mercados semanais.

Por seu lado, também houve necessidade de adiar investimentos que estavam previstos para 2007 e antecipar outros, de acordo com as opiniões dos municípios.

Como potencialidades, podemos referir: a participação da população na definição das prioridades de investimento do Orçamento Municipal, a transparência das contas públicas e da acção governativa, a capacidade de promover uma maior proximidade e cooperação entre eleitos e eleitores, um maior conhecimento dos problemas das populações – porque, à medida que vamos motivando a sua participação, as pessoas vão tendo mais à vontade de colocar os seus problemas –, possibilidade de contar com os seus contributos num processo da maior importância para o Município, a realização do nosso orçamento, uma melhor adequação das propostas de investimento e das prioridades às necessidades da população, o desenvolvimento de uma dinâmica participativa de grande potencial educativo e formativo para a cidadania.

Há que assegurar a continuidade do processo, porque o Orçamento Participativo só tem sentido se continuar nos próximos anos. Por

outro lado, é necessário fazer com que o Orçamento Participativo seja levado às crianças e jovens, também, no âmbito de projectos que estão a decorrer para fomentar a participação e dinâmica cidadã dos mais jovens.

O Orçamento Participativo permite que os cidadãos participem mais activamente no debate sobre as prioridades de investimento a incluir no Orçamento Municipal.

Com este processo, pretendemos aprofundar mais a democracia local, a participação dos munícipes na construção do futuro deste Município.

O Município de São Brás de Alportel encontra-se, assim sendo, num momento decisivo no seu percurso de desenvolvimento. É um percurso que nos traz mais desafios de futuro: a participação de todos é fundamental para alcançarmos o desenvolvimento sustentado que queremos para São Brás de Alportel, um desenvolvimento mais harmonioso.

Por fim, o Orçamento Participativo pode ser consultado no site da Câmara, bem como no site do Projecto São Brás Solidário. Está on-line, para que todos possam visualizá-lo e saber o que vai ser realizado.

Espero que tenham compreendido, um pouco mais, do que se passa neste Município e que possamos aprender em conjunto, uns com os outros, para realizar o trabalho da melhor forma. Muito obrigado.

2 EXPERIÊNCIA DO OP DE PALMELA - Ana Teresa Vicente (Presidente da Câmara Municipal de Palmela)

Gostaria de começar por dizer que já valeu a pena cá vir, mais não seja, por aquilo que acabei de ouvir por parte do Sr. Presidente da Câmara de São Brás de Alportel. Não é apenas uma questão de simpatia, por estarmos nesta casa que é vossa, mas, para quem acabou de iniciar e para quem reflecte os primeiros passos num processo desta natureza, sinceramente, penso que S. Brás está a fazer um percurso que deve merecer, de facto, a nossa maior atenção. Penso que a experiência de S. Brás tem elementos interessantíssimos que nos podem ajudar a todos, a mim particularmente, e à equipa de Palmela. Aliás, nas trocas de olhares que fomos fazendo já suscitou algumas questões e, portanto, levamos, desde já, trabalho para casa.

Relativamente ao nosso projecto e ao testemunho que nos convidam a deixar aqui, hoje, queria, ainda, fazer um considerando inicial. Sinto alguma responsabilidade e, de certa maneira, espero não defraudar as expectativas, pelo facto de ser referido que Palmela é o primeiro Município no nosso país a desenvolver, pelo menos de forma sistematizada, o processo de Orçamento Participativo.

Esse sentimento de responsabilidade tem dois sentidos. No fundo, porque deveríamos estar a produzir conhecimento que fosse positivo e útil para todos. E não sei se estamos, naturalmente. Vamos avaliar isso, vamos trocar impressões. Em segundo lugar, por outro lado, pelo facto de já termos alguns anos no processo,

temos também algumas interrogações e algumas questões que gostávamos de partilhar. O interesse deste debate, deste encontro e deste convite, é exactamente esse. É o facto de termos mais uma oportunidade para partilhar, do nosso percurso, aquilo que são algumas das nossas dúvidas e algumas das interrogações que temos sobre o processo.

Indo directamente ao tema e ao desafio que nos fizeram, queria começar por dizer que a Dra. Priscila apresentou, de forma muito sistematizada e interessante, um testemunho que nos permite dizer que, nos últimos anos, esta ideia do Orçamento Participativo conheceu uma grande divulgação e um grande reconhecimento, no nosso país e sobretudo em termos internacionais. Conheceu grandes desenvolvimentos e tem entusiasmado Municípios em vários pontos do globo. Em relação ao nosso país, fico muito satisfeita por ver tantos Municípios e Freguesias a trabalharem em torno deste projecto.

Provavelmente, todos nós fomos um pouco à fonte beber. No caso particular do Município de Palmela, fomos beber muito às experiências brasileiras. Mas é com muito agrado que verificamos que há Municípios, alguns até bem perto de nós, já aqui ao lado, em Espanha, com processos avançadíssimos, muito interessantes. Ora, a realidade europeia, com as suas virtudes e limitações, tem pelo menos uma característica, está muito próxima, facilitando a troca de experiências.

Ficamos satisfeitos por isso e, modéstia à parte, espero que o nosso próprio trabalho possa contribuir para o alargamento e enriquecimento destas várias redes que se vão criando.

Claro que o Fórum Social Mundial de Porto Alegre é o momento fortíssimo, o momento de arranque e o momento emblemático para todos nós. E no caso de Palmela, seguramente, foi um ponto de partida para o processo que iniciámos em 2002 e que até hoje não interrompemos.

Vamos então fazer uma breve passagem por aquilo que tem sido o nosso percurso ao longo destes seis anos.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que o contexto do qual partimos assenta numa ideia de princípio, que partilhámos entre nós Autarcas e com a comunidade no seu todo, uma aposta política continuada, ao longo dos anos, no estímulo à participação dos cidadãos.

Tínhamos já várias experiências e várias políticas viradas para o tema da participação, a começar por uma atenção muito grande a todas as questões relacionadas com a vida associativa em geral, em que merece destaque a criação de um programa especial para o desenvolvimento do associativismo.

Desenvolvíamos, já, parcerias para projectos de desenvolvimento local em várias áreas, e continuamos a desenvolver. Talvez as nossas primeiras experiências tenham acontecido na área social, mas estenderam-se e alargaram-se e, hoje, são muito evidentes até na área económica. Uma das questões que tanto se coloca entre nós, é a do papel que os Municípios podem desenvolver em prol do desenvolvimento económico e do crescimento, da criação de emprego, da geração de riqueza nos seus territórios. Qual é o papel que os Municípios podem desenvolver?

No nosso caso, uma das mais recentes parcerias nesta área tem a ver com o facto de termos uma fortíssima indústria automóvel, em torno da AutoEuropa, a grande fábrica da Volkswagen em Palmela. Desenvolvemos uma rede de parcerias com agentes económicos, que nos leva a fazer a monitorização do desenvolvimento do projecto. Quando se fala nas oscilações da empresa, e da indústria automóvel, um pouco pelo mundo fora, nós temos uma rede local, que tem o nome de FIAPAL, que quer dizer Fórum da Indústria Automóvel de Palmela, e que tem uma intervenção concreta nesta área, através da relação que estabelece com o mundo. Isto é apenas um exemplo do que é a ideia de parceria para projectos de desenvolvimento local.

Temos os Conselhos Consultivos, hoje com algumas diferenças que a própria lei impõe. Obriga-nos, por exemplo, a Conselhos Municipais, talvez um pouco mais formatados e com uma composição mais fechada, na nossa opinião. Talvez tivessem mais mérito os conselhos locais iniciais, muito constituídos por iniciativa das próprias organizações. Foi neste contexto que nasceram o nosso Conselho Local de Educação, o Conselho Local de Acção Social, o Conselho Local de Mobilidade, o Conselho Local de Segurança.

Depois, de forma emblemática, no ano de 2000, o Fórum Palmela. O Fórum Palmela foi o grande momento, constituído por vários fóruns temáticos ao longo de um ano, que se inseriu na própria reflexão sobre o desenvolvimento do nosso Plano Director Municipal nas suas várias áreas, e que podia ser já considerada a preparação para o processo de revisão, que estamos a fazer agora.

Conseguimos construir, a propósito desses fóruns, uma publicação que eu acho que foi importante e que sistematizou um pouco o nosso trabalho nessa altura.

Uma outra forma de participação foi constituída em torno do planeamento, quando iniciámos o processo de discussão pública, com a nossa população, dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Finalmente, para contextualizar, é preciso dizer que partimos da realidade de uma sociedade local com uma cultura muito própria, uma cultura de associativismo muito forte, em que o papel das associações, das colectividades, é extraordinariamente rico, extraordinariamente interventivo, muito reivindicativo, e constitui sem dúvida um património e uma fonte de inspiração, e, portanto, um ponto de partida para qualquer intervenção local. Ora bem, neste contexto de participação e de dinâmica local forte, porquê o Orçamento Participativo? Quais são, no fundo, as razões para esta opção, Orçamento Participativo?

A experiência do Orçamento Participativo, tal como a conhecemos em Porto Alegre, traz alguns desafios em relação aos processos participativos mais conhecidos e experimentados na Europa, que são, essencialmente ou tendencialmente, processos mais próximos das nossas experiências de Conselhos Consultivos.

Um desses desafios é o de reabilitar a ideia de uma participação directa do cidadão em complemento à participação através das associações onde os cidadãos estão integrados e agrupados.

Depois, abre à participação das pessoas, à participação cidadã,

um instrumento tão importante de gestão estratégica como as Grandes Opções do Plano, ou o Orçamento e o Plano, numa designação mais tradicional.

Finalmente, abre para a ideia de deliberação, de controle das pessoas sobre os conteúdos e os resultados da participação. E esta é sem dúvida uma das grandes questões em aberto, pelo menos na realidade europeia, e que eu acho interessante discutir - até onde vai ou até onde deverá ir a capacidade de decisão dos cidadãos neste processo.

O Orçamento Participativo, como método de elaboração do Plano de Actividades e do orçamento, foi assumido na Câmara Municipal de Palmela, como um pelouro, no ano de 2002, justamente no início do meu primeiro mandato como Presidente.

Criámos o pelouro, tomámos uma decisão em reunião de Câmara, que foi aprovada por unanimidade, e que referia o Orçamento Participativo como uma metodologia de trabalho baseada em processos de participação directa da população e das instituições locais. Procurámos, por esta via, assumir de forma institucional que o Orçamento Participativo era um momento, uma fase e um processo indispensável para a construção do nosso orçamento. Podemos dizer que o Orçamento Participativo se caracteriza por três grandes fases no nosso processo. Uma primeira de elaboração da pré-proposta, uma segunda em torno do debate público e uma terceira centrada no debate e aprovação institucional nos órgãos autárquicos.

A fase I corresponde à elaboração da pré-proposta, em que os serviços municipais se baseiam nas suas propostas, no seu conhecimento do terreno, na sua discussão com os próprios eleitos, que naturalmente têm ideias, mas também naquilo que é o trabalho que vai resultando dos contributos das associações, das associações de moradores, das muitas reivindicações que a população faz, das reclamações, das sugestões, da própria relação institucional com as Juntas de Freguesia ao longo do ano inteiro. E, também, da reflexão e dos instrumentos que a própria Câmara Municipal vai desenvolvendo, que apontam para a necessidade de determinados investimentos. Um exemplo: quando nós fazemos uma Carta Educativa, avaliamos as necessidades do nosso concelho em matéria de educação, de equipamentos educativos e, de certa maneira, programamos a sua necessidade ao longo dos anos.

Obviamente, quando fazemos um orçamento em cada ano, também temos que ter em atenção os contributos que vêm desses instrumentos de gestão, que têm que ser considerados e postos à discussão da população. Não faria sentido deixarmos de dizer à população: "Atenção! Nós temos este número de equipamentos, temos este número de meninos e os nossos estudos apontam para a necessidade de criarmos mais x equipamentos". Portanto, as pessoas têm que conhecer isto, para poderem avaliar e tomar opções com base em dados reais do próprio desenvolvimento do território.

Digamos que a primeira fase de elaboração daquilo a que chamamos a pré-proposta resulta um pouco de todos estes contributos.

A fase II, é a fase do debate público, ou seja, o Orçamento

Participativo propriamente dito. Com toda a informação que temos ao nosso dispor vamos para a discussão com as pessoas. A fase III, é a fase em que, depois de ouvirmos os contributos das pessoas, depois de ponderarmos e de fazermos a avaliação dos inquéritos e outros instrumentos de recolha de informação, temos a responsabilidade de elaborar uma proposta de orçamento. É essa proposta que vai ser depois apresentada às pessoas, numa reunião final, e submetida a discussão formal com as próprias Juntas de Freguesia, que têm uma última palavra a dizer, e sobretudo com os órgãos autárquicos, com a Câmara Municipal enquanto órgão, para aprovação. Para depois ser discutida e aprovada, também, na Assembleia Municipal.

O processo de debate público como é que acontece, de forma um pouco mais sistematizada? Tendo nós a tal pré-proposta das Grandes Opções do Plano, feita com base em todos os contributos que referi, é estabelecida uma informação, que é disponibilizada à população; é estabelecido o período e o leque de reuniões para o debate público; é feita a análise de informação e preparada a proposta final.

Que instrumentos é que pomos à discussão das pessoas? Gostava de dar uma ideia com um exemplo. Em 2004, fizemos 14 sessões públicas, e em cada sessão pública distribuimos um inquérito. O inquérito por questionário é um dos instrumentos de gestão que utilizamos para melhor avaliar a opinião das pessoas.

O próprio inquérito tem sido um instrumento que temos vindo a melhorar ao longo dos anos. Talvez tenha sido um instrumento um pouco extenso e um pouco excessivo, quando o lançámos. Foi um dos elementos melhorados ao longo dos anos, e, hoje, penso que é um instrumento extremamente fácil de preencher. A propósito deste inquérito, gostava de dizer que, em relação ao método de participação, também fomos evoluindo. Nos anos iniciais, apenas privilegiávamos a participação directa nas reuniões públicas.

Continuando a apostar e a tentar mobilizar essa participação directa das pessoas, concluímos que era, também, democrático e legítimo admitir que as pessoas pudessem participar de outras maneiras. Hoje em dia, é possível recolher o inquérito em qualquer um dos espaços municipais, em qualquer uma das nossas Juntas de Freguesia, e preenche-lo, como também fazê-lo pela Internet.

O inquérito é algo relativamente simples, pede às pessoas as suas opiniões sobre as obras ou acções que consideram prioritárias para a sua zona de residência.

Depois, pede-se também que identifiquem as áreas de intervenção municipal que consideram prioritárias, entre o saneamento, o planeamento, a rede viária, a cultura, o desporto, etc. Pede-se que identifiquem as três mais importantes.

Pede-se, também, que se envolvam e que dêem a opinião sobre o próprio processo. Isto é, que digam para que serve aquela maneira de fazer o orçamento.

É com estes inquéritos que recolhemos a opinião das pessoas de forma mais sistematizada. Mas continuamos a privilegiar a sua

participação e a sua intervenção, às vezes mais qualitativa, que não consegue ser captada por este instrumento.

Constituímos, especialmente para o projecto da participação e em concreto para o Orçamento Participativo, uma equipa pluridisciplinar, que reúne pessoas de vários sectores da Câmara e que coordena este processo de debate público e sistematiza os contributos do debate público para a proposta de Grandes Opções do Plano.

A ideia base da nossa experiência de Orçamento Participativo assenta no debate público e na comunicação directa, através de reuniões públicas para informação e debate das Grandes Opções do Plano em todas as localidades do concelho.

Os locais são variáveis ao longo dos anos, procuramos percorrer todo o concelho. Numa tentativa de nos aproximarmos cada vez mais da nossa população, procuramos deslocar-nos a locais diferentes da Freguesia ou das Freguesias em cada ano.

São constituídas unidades territoriais que têm a preocupação de nos colocar numa escala mais próxima das populações, não têm só em conta a divisão administrativa do concelho. Não trabalhamos apenas nas cinco Freguesias que existem, trabalhamos num conjunto de unidades territoriais que correspondem a localidades muito mais pequenas do que a própria Freguesia. Mas, ainda assim, aglutinando locais, uma vez que, em 460 km², existem 54 mil habitantes e seria muito difícil ir a cada um dos locais.

Como é que as pessoas participam? Quais são os documentos postos à sua disposição? Por um lado, o inquérito, como já disse, mas o inquérito não é distribuído de forma solta. O inquérito é preenchido a partir de um conjunto de informações que é disponibilizado às pessoas. E essas informações são de duas ordens diferentes.

Uma informação, que nós consideramos muito importante, sobre o que fizemos, o que estamos a fazer, o que cumprimos relativamente ao ano anterior – tem um pouco a figura da prestação de contas, que eu acho essencial no poder local democrático e uma das razões de confiança das pessoas na sua Autarquia. É poderem saber, em concreto, o que foi feito, o que acontece, como foram resolvidos os problemas e quais foram as coisas não foram resolvidas e porque é que não foram resolvidas. A figura da prestação de contas aparece associada aos momentos da discussão do nosso orçamento. Fornecemos as informações que faziam parte do orçamento do ano anterior e dizemos qual é o ponto de situação: se foi executado, se não foi, se está em fase de execução.

Disponibilizamos, paralelamente, o conjunto das informações que reconhecemos como importante para a respectiva zona, para a respectiva unidade territorial, que, repito, é mais do que o local em concreto onde estamos a fazer a reunião. Vai a outros locais, pode abranger a Freguesia, Nesta outra informação, identificamos todas as obras, obras de investimento. Normalmente, não temos nesta listagem aquilo que consideramos as intervenções de gestão e conservação, ou seja, as acções correntes. Privilegiamos todas as intervenções relacionadas com o investimento, as obras.

Apresentamos, também, o seu valor, ou seja, quanto é que custam as obras que reconhecemos como necessárias para a Freguesia, e pedimos às pessoas que nos ajudem a hierarquizar, a dizer

quais são as mais importantes, do sempre enorme conjunto de necessidades que existe por resolver.

Temos um guia, o chamado Guia do Orçamento Participativo, que esclarece o que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, enquanto instrumentos legais de gestão. É com base nesta informação que contribuimos para a tal participação das pessoas.

Eu gostava de partilhar aqui uma ideia muito importante, que resulta de todo este processo. De certa maneira, constitui já uma avaliação daquilo que fazemos deste projecto. Há algumas mudanças que têm resultado da aplicação deste processo: mudanças na própria administração local, no funcionamento da Câmara Municipal e mudanças na relação dos cidadãos com aquilo que é a gestão pública propriamente dita.

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, as mudanças que se introduziram na Autarquia com o contributo deste projecto, é de referir e de sublinhar a criação do pelouro da participação e desenvolvimento local. Constituímos, também, a Comissão Técnica de Acompanhamento do Orçamento Participativo, uma novidade na própria organização dos serviços municipais. Demos início a algo novo que foi a criação dos Planos Locais de Acção Municipal.

O que trabalhamos com o Orçamento participativo são sobretudo os Planos de Investimento. Ora, há um sem número de coisas que as Autarquias fazem que não integram o Plano Plurianual de Investimentos e que devem ser matéria de discussão, de avaliação e de definição de prioridades com as populações.

Eu gostava só de referir, já agora, um número muito simples. O Sr. Presidente fê-lo e eu acho que é muito importante. Depois de uma quebra brutal, do ano passado para cá, temos um orçamento de 40,6 milhões de euros. Destes 40,6 milhões de euros, apenas 5.3 milhões de euros são investimento e, portanto, 33.6 milhões de euros, de acordo com a classificação orçamental, são despesas correntes. Mas o que são despesas correntes nos municípios? São, por exemplo, todos os sistemas de financiamento das nossas acções nas escolas. É o custo dos transportes escolares, que no nosso caso é imenso. É o custo do financiamento do sistema multimunicipal de saneamento, ou seja, os milhões que estamos a investir em saneamento básico e que aparecem como despesas correntes na classificação orgânica e na contabilidade das Autarquias. Portanto, é preciso dizer aos cidadãos que, entre as despesas correntes, está este conjunto de coisas que também faz parte do investimento na sua qualidade de vida. Isto também deve ser matéria de escolha e de opinião por parte dos cidadãos. Daí que nós façamos o tal Plano Local de Acção Municipal, que inclui todas as outras intervenções que acontecem no território e que devem ser monitorizadas ao longo do ano.

Criámos uma base de dados sobre os assuntos de gestão corrente, que são as tais intervenções múltiplas dos nossos serviços: os arranjos das calçadas, as mudanças de sinalização, as pequenas correcções, o fazer passeadeiras, o melhorar pequenos espaços públicos, substituir mobiliário, enfim, acções que acontecem ao longo de todo o ano.

Temos uma melhor articulação entre os nossos serviços à escala local, a articulação dos serviços entre si, mas também dos serviços da Câmara com os serviços das Juntas de Freguesia,

com quem temos protocolos de descentralização. E temos novas pressões para novas medidas de descentralização e de desconcentração de serviços.

Relativamente à importância que achamos que este projecto teve para com os cidadãos, foram criados novos canais de participação dos cidadãos, as Comissões Locais de Acompanhamento, o contacto directo dos cidadãos com os eleitos, o contacto com o instrumento de inquérito. É facultada mais e melhor informação sobre o Plano de Actividades e o Orçamento Municipal, e conseguiu-se uma coisa muito importante, que foi a dinamização das associações e comissões de moradores.

Quero ainda dizer que, para além de todas as coisas que, pontualmente, achamos terem melhorado, melhorou sobretudo a forma sistematizada de dialogar e de ouvir a opinião das pessoas. Estimulámos métodos que nos permitem gerir melhor e trabalhar melhor para o objectivo de mais qualidade de vida para as pessoas. E, encontrando novas formas de favorecer a participação dos cidadãos, contribuimos para isso que eu considero tão importante: o aprofundamento e o melhoramento da nossa democracia.

Sinto que contribuimos para que a gestão pública fosse mais transparente. Contribuímos, também, para as pessoas perceberem melhor o que é a política, tantas vezes criticada pelos cidadãos, que às vezes levam essa coisa da política de forma menos séria. Sinto que contribuimos para explicar qual é a função da política nas nossas terras, e como é que a política pode e deve ser, e como tem que estar ao serviço dos cidadãos, como é que cada um de nós pode, para além da intervenção em prol dos seus interesses individuais, ter um papel activo em prol do interesse da comunidade e do interesse colectivo.

Pensamos que o Orçamento Participativo, com todas as dúvidas que pode suscitar, com todos os caminhos que possa ter ainda a percorrer, é um projecto que temos que aprofundar.

Pela nossa parte, queria dizer que aceito o repto do II encontro, mas gostava de deixar outro. Teria muito gosto se ele pudesse acontecer em Palmela, mas também quero dizer que, se não acontecer em Palmela, também estaremos disponíveis para partilhá-lo, com todos os parceiros, em qualquer outro local do nosso país. Acho que podíamos, também, lançar, à nossa Associação Nacional de Municípios, o desafio da criação de uma rede de Municípios com o Orçamento Participativo, para que estas experiências possam ser alargadas, aprofundadas, contribuindo todos ainda mais para a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Muito obrigada.

DEBATE

Giovanni Allegretti

Bom dia. O meu nome é Giovanni Allegretti, sou um investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e há dez anos que trabalho com Orçamentos Participativos, antes, na América Latina e, nos últimos cinco anos, na Europa, especialmente na Itália. Só queria dizer uma coisa, dar primeiro uma informação. De 28 a 31 de Março, vai ter lugar, em Málaga, uma grande Conferência Internacional, com pessoas

da América Latina e da África, sobre o Orçamento Participativo. Quem estiver interessado, o Grupo da In Loco tem informação sobre isso. Na linha do que a Presidente de Palmela dizia, é importante o confronto transnacional.

A segunda coisa que eu queria dizer é o seguinte: a Europa tem, neste momento, mais ou menos cem Orçamentos Participativos. Alguns em cidades como Sevilha, de 700 mil habitantes, outros em cidades, especialmente na Itália, de 10, 15 mil habitantes. As motivações que levaram as Câmaras a propor o Orçamento Participativo são todas diferentes. Por exemplo, a Associação de Municípios da Suécia está muito interessada em dinamizar a política local porque descobriu que não tem uma classe política jovem. Então, eles necessitam de atrair os jovens para a política. Na Itália, a questão da corrupção fez com que os Orçamentos Participativos se espalhassem como um espaço de reconstrução da confiança dos cidadãos.

A minha pergunta era, não só para os Presidentes que estão na mesa, mas também para os Presidentes que vão falar no próximo painel. Para mim, seria muito interessante saber quais foram as razões individuais de cada caso para decidir entrar numa dinâmica que custa também, custa energias, custa capacidade criativa, porque nenhum OP é um modelo feito, nenhum OP se consegue enraizar num território se não tiver a especificidade daquele território. Veja-se o caso da Alemanha, a dívida municipal é tão grande que, para aliviar, tem que cortar e corta com as populações.

Eleonora

Bom dia. Eu sou Eleonora, sou brasileira, estou em estágio de doutorado no Centro de Estudos Sociais e no Brasil estudo experiências de participação. Daí o meu interesse em acompanhar os Orçamentos Participativos no Brasil. Essa questão da motivação é importante, sim. No Brasil, um dos objectivos dos Orçamentos Participativos era melhorar a redistribuição, dada a desigualdade social no nosso país e os inúmeros problemas decorrentes dessa desigualdade. No processo foi constatado, na maioria dos OP no Brasil, que as populações mais pobres participavam e as classes médias não. Uma das estratégias foi o uso da Internet, a possibilidade da participação através da Internet.

Hoje, umas das questões que nos colocam, e que eu gostaria de estar colocando aqui, é, justamente, a possibilidade da Internet retirar uma das grandes novidades do OP para a política, que é a possibilidade da interacção face a face, da participação directa, da discussão sobre prioridades e da discussão via argumentação e convencimento, que eu acho que é uma das coisas que a gente tem que trazer de volta para a política.

Então, gostaria um pouco de ouvir de vocês essa perspectiva da Internet nos OP.

Susana Rosa

Bom dia. O meu nome é Susana Rosa, sou técnica superior de comunicação no Município de Avis, no distrito de Portalegre. Aquilo que eu gostaria era partilhar convosco uma experiência, mais do que propriamente colocar uma questão.

No início, como disseram, falaram de um conjunto de concelhos,

de freguesias, onde já têm conhecimento da existência do Orçamento Participativo. Eu devo dizer que, além desses que foram referidos, conheço pelo menos mais meia dúzia, entre os quais, o Município de Avis.

No Município de Avis, o Orçamento Participativo, a que demos o nome de “Participar Mais”, Programa Municipal de Reforço da Gestão Participada, foi implementado em 2004 e consiste num conjunto de oito medidas que procuram, da mesma forma, incentivar a participação directa da população na gestão local. Passou, precisamente, pela aplicação de um inquérito semelhante ao que foi feito em Palmela. Aliás, foi um exemplo que acabámos por seguir, se bem que, o que nos surpreendeu inicialmente foi a grande participação da população.

Somos um concelho bastante grande em termos de área, mas muito pequeno em termos de população. Temos cerca de 5200 habitantes. Devo referir que, na primeira edição, tivemos cerca de 13 % de respostas ao inquérito.

Só gostava de acrescentar que, para além das medidas que tomámos junto do público externo, os munícipes, para apelar à participação, tivemos a preocupação de o fazer, também, junto do público interno, os funcionários.

Para finalizar, do meu ponto de vista e como técnica de comunicação, considero que o Orçamento Participativo tem importância, não apenas a nível político e não apenas a nível de gestão, mas também a nível da comunicação, a nível das relações públicas, porque, a partir do momento em que dizemos ao público que ele tem uma voz, que queremos ouvi-lo, estamos a ultrapassar a barreira entre a informação e a comunicação.

Jorge Wermans (Moderador)

Quais são as razões para que outros Presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia não adiram ao Orçamento Participativo? Isto é, as vossas motivações são positivas, serão 14, 16, mas onde estão os outros? Quais as motivações que outros exprimem para não aderir, ou que não exprimem mas entendem, entendem que existam?

Ana Teresa Vicente (Presidente da Câmara Municipal de Palmela)

Porque é que não aderem mais?

Bem, claro que isto pode ser dito com muito mais cuidado, de forma mais elaborada, mas, de facto, este é um processo de trabalho que sai muito dos cânones normais, dos registos normais de trabalho na administração pública, e mesmo tendo em conta a diferença que as próprias autarquias já constituem na administração pública. Isto implica, claramente, técnicos e trabalhadores mobilizados para um processo que não tem que ver estritamente com o seu conteúdo funcional, com a sua função específica na Autarquia. Isto constituiu um grande desafio para os nossos trabalhadores. E se há eleitos que têm que acreditar no processo e estar muito motivados, temos que conseguir partilhar esta motivação.

Temos que conseguir mobilizar os nossos técnicos e os nossos trabalhadores em geral para este processo. Portanto, é um

processo difícil, primeira questão. E depois, embora eu o diga a brincar, existe um complexo. Felizmente, as experiências pelo mundo fora, e nomeadamente aqui na Europa, dão hoje conta de Municípios com opções políticas muito diferentes a partilhar este processo. Eu acho que essa é uma questão que merecia uma outra discussão mais aprofundada. Mas é verdade que ainda existem preconceitos, do tipo: “Bem, isso são ideias de uns homens e mulheres de esquerda, mais revolucionários, que aderem a este processo”.

Ainda há uma visão que eu acho um pouco mais perversa, e essa preocupa-me. É que há quem diga que isto se faz porque é uma maneira de ganhar votos. Não penso que esta seja a abordagem mais séria do processo, e não me parece que a realidade confirme esta visão.

Acho que o problema da Internet é uma discussão muito interessante. Tivemos muitas dúvidas entre nós. Devo dizer que ainda não é universal, ou seja, ainda não temos todos, na equipa do OP de Palmela, a mesma opinião, mas optámos por alargar à Internet por uma razão muito simples. Nós pensamos que o projecto também deve ser adaptado às circunstâncias reais concretas em que vivemos. Cada um de nós, enquanto cidadãos, tem tantas solicitações, tem tantas obrigações, para além da sua função trabalho! E hoje somos todos muito valorizados pelo tempo que trabalhamos – as pessoas chegam muitas vezes a casa às oito da noite, e saíram às oito da manhã! Que condições objectivas têm para participar? Temos que ter isto em consideração.

As pessoas têm obrigações com os filhos, têm que acompanhar o seu processo de estudo, de crescimento. Têm de ter espaço e tempo livre. Foi ponderando um pouco todas estas coisas que achámos que, para além de querermos estimular a participação directa dos cidadãos, também tínhamos que lhes dar esse direito de participar da forma mais adequada à sua situação concreta. Há quem tenha opiniões, há quem tenha vontade de as expressar e não possa estar naquele dia, àquela hora, naquela sala. Mesmo que a sala sejam 14 salas, em 14 noites diferentes, achámos que essa extensão da nossa visão da democracia tinha que ir até aqui. Mas admito que seja discutível e gostava de ouvir outras opiniões.

Finalmente, a motivação. É simples. Estou absolutamente convencida que a nossa função, a nossa missão de Autarcas é servir a população. É para isso que cá estamos, resolver os problemas das pessoas, dar mais qualidade de vida às pessoas. Podíamos dizer outras coisas mais elaboradas. Mas para nós tudo isto é trabalhar em prol do desenvolvimento local, e acho que isto se faz mais e melhor com a participação das pessoas. Então, há que criar instrumentos e mecanismos para estimular essa participação.

Para terminar, estou convencida que, embora estejamos numa democracia – felizmente com mais de 30 anos – podemos dizer que ainda existem carências e défices democráticos. Precisamos de aprofundar e melhorar essa democracia. Acredito que este projecto é um contributo para isso, em especial para a transparência da vida pública. Ajuda as pessoas a perceber melhor o que andamos cá a fazer, co-responsabiliza-nos a todos e, sobretudo, permite, ao dar mais direitos à população, torná-la mais interventiva, mais responsável, mais exigente.

Portanto, acho que o processo é, indiscutivelmente, sério e exige uma grande dose de responsabilidade, porque participar é isso mesmo, é ser responsável.

António José Godinho (Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel)

Bom dia. Em primeiro lugar, queria felicitar a Câmara de São Brás de Alportel e a Associação In Loco pela realização deste evento de extrema importância.

Nós fomos contactados, também, como uma Câmara que já tem alguma experiência sobre este ponto de vista. Chegou, inclusivamente, a estar prevista a apresentação de uma comunicação na parte da tarde, mas, tendo em conta o que era do nosso conhecimento relativamente às participações, às experiências que existem, pareceu-me que deveria estar aqui mais no papel de aprendiz, de pessoa que ia ouvir experiências que me podiam ajudar no desempenho das minhas funções. Nesta concreta de elaborar, também, o Orçamento Participativo em Aljustrel.

Mas gostaria de dizer que nós já fizemos esta experiência durante três anos, e a preocupação principal, a motivação principal, é exactamente aquela que se prende com a necessidade de contribuir para a participação das pessoas na vida das comunidades.

Aljustrel é um concelho relativamente pequeno. Em área é bastante grande, em termos populacionais também é parecido com o de São Brás de Alportel, um pouco mais abaixo. Já foi mais acima. Tem cinco freguesias, ao contrário deste concelho. Mas de qualquer forma, a nossa experiência é uma experiência que vem no sentido crescente e a minha motivação pessoal resulta da minha vida pessoal, que, durante muito tempo participei no sentido de ajudar a que a situação política no país pudesse sofrer uma evolução, abrir a sociedade, criar a possibilidade de participação. Senti a evolução que houve desde o 25 de Abril até agora, o decréscimo da motivação que se tem verificado na sociedade portuguesa, e também em Aljustrel.

Num certo momento histórico toda a gente participava em tudo. Essa motivação começou a perder-se. Senti que era um valor extremamente importante que se estava a perder e senti necessidade de fazer alguma coisa. E daí que tenhamos feito, não apenas ao nível do Orçamento Participativo – não o chamámos assim – mas também ao nível de outros instrumentos. Temos procurado elaborar instrumentos de gestão estratégica do concelho, procurando obter a participação das pessoas.

Fizemos um plano estratégico de desenvolvimento que não quisemos que fosse o Plano Estratégico do Presidente de Câmara, nem o da Câmara, quisemos que fosse um plano do Município. Fizemos participar nesses plano muitas organizações, de todos os níveis, desde as universidades até às empresas, até à sociedade filarmónica, e conseguimos, a partir daí, elaborar um documento de alguma importância, que espelha, no seu conteúdo, a participação de parte das populações.

A motivação principal, efectivamente, é o reconhecimento de que é necessário suprir este défice de participação cívica dos cidadãos naquilo que é a resolução dos seus problemas colectivos.

António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel)

Queria acrescentar apenas dois pontos ao que já foi dito, muito claramente, pelos meus colegas Presidentes de Câmara. Em termos de motivação, realmente, por mais proximidade que nós tenhamos dos cidadãos, por mais conhecimento que tenhamos das suas aspirações, este processo torna possível, de uma forma mais organizada e montada por uma equipa grande – necessária para fazer as reuniões – receber os dados, trabalhá-los e chegar à aprovação de um Orçamento, de Grandes Opções do Plano nas Autarquias, clarificando da melhor forma, tornando o processo mais transparente para toda a população.

Ao fim de 30 anos de poder político democrático, estamos a entrar, eu pelo menos sinto isso no meu Município, numa fase em que – e desculpem-me os outros Presidentes de Câmara e outros Autarcas do passado – a política é muito importante, mas mais importante são os projectos que temos para as nossas terras. A população também compreende isso muitas vezes. Se calhar, este exercício não era possível há uns anos atrás. Não era possível porque havia um grande conflito de interesses em cada nova eleição. Havia muita gente a dar a sua opinião, melhor ou pior, mas muitas vezes não eram opiniões que levassem a um desenvolvimento sustentado, para bem de todo o Município.

Estamos a entrar numa fase em que, em conjunto com a população, já conseguimos fazer reuniões muito organizadas, com elevada cidadania, e em que conseguimos integrar, inclusivamente, muitas das propostas que as pessoas dão. Esta responsabilidade que a população começa a ter é o que nos dá esta oportunidade de executar os planos e é o que motiva a executar estes planos. Por isso, talvez seja esta a altura para despoletar muitos Orçamentos Participativos e mais participação na execução destes orçamentos.

No que respeita a São Brás de Alportel, esta foi a vontade que me levou a pegar, com todas as dificuldades, nesta estratégia de trabalho.

Em termos de Internet, eu acho que é necessário motivar os mais jovens. E os mais jovens acedem hoje em dia a estas novas tecnologias e é por aí que talvez os consigamos agarrar de uma melhor forma. Porque qualquer jovem que sai da universidade, que sai do secundário, isto acontece hoje, e acontece nos últimos anos, está completamente afastado da política. Não sabe muitas vezes qual é a cor do partido político que está no governo, não reconhece os deputados que temos nas regiões e às vezes só conhece o Presidente de Câmara e alguns Presidentes de Junta. Não sabe, sequer, quem é o Vereador.

Isto denota, realmente, a falta de conhecimento e o afastamento que os jovens têm das Autarquias. Situação que gera uma série de problemas diários nos Municípios. Daí a importância que a Internet terá. Mas essa participação terá que ser feita com todas as condições necessárias: de identificação da pessoas, de responsabilidade, de civismo, para essas propostas poderem ser consideradas sérias e integrarem os Orçamentos Municipais.

Miguel Barros

Chamo-me Miguel Barros, sou guiniense, pertenço a uma Organização Não Governamental de desenvolvimento ambiental, na Guiné-Bissau, que trabalha os limites da cidadania e neste momento frequento o mestrado em Planeamento, no ISCTE.

A minha questão incide sobre dois aspectos. O primeiro tem a ver com as condições políticas existentes nas vossas Câmaras e também nas restantes Autarquias. Que condições políticas são necessárias, de facto, para fazer avançar este processo? Com isto, quero perguntar quais são as condições políticas que existiram a priori nas vossas localidades e permitiram assegurar que o processo se desencadeia por si. Partindo desse pressuposto, criando bases para o controle da participação e assegurando também a prevenção dos riscos de manipulação político-técnica, permitindo que hoje possamos assistir à apresentação de experiências de Orçamento Participativo sem nenhuma menção das condições políticas que existiram na altura.

Por outro lado, gostaria de perceber em que medida é que conseguiram encontrar pontes para parcerias com organizações de promoção do desenvolvimento local e em que medida é que essas parcerias permitiram fazer da participação pública, individual ou colectiva (das associações, dos grupos informais), uma mais valia nas vossas experiências.

Paulo Machado (Vereador da Educação da Câmara Municipal de Alcochete)

Muito boa tarde ou bom dia ainda. Antes de mais, naturalmente, quero agradecer este feliz convite e a oportunidade de deixar a agenda aborrecidíssima do dia de hoje e poder vir até ao Algarve. É sempre uma boa oportunidade para sair do nosso espaço e encontrarmos pessoas de quem gostamos e com quem aprendemos muito. E, portanto, este espaço de partilha e de encontro é, antes de mais e só por si, uma mais valia.

Eu queria responder ao desafio do senhor moderador no que diz respeito às motivações que levam alguns a não participar e outros a participar. Não vou falar pelos outros, porque não poderei, mas poderei falar pelo meu caso pessoal, enquanto Vereador e responsável, não pelo orçamento – graças a Deus não tenho essa sorte, isso é do Sr. Presidente da Câmara – mas responsável pela construção da equipa e pelo processo de Orçamento Participativo de Alcochete. E depois, dizer-vos que, à tarde, gostava de conversar sobre algumas das questões que colocou agora, que me parecem muito pertinentes, mas que gostava de as levar para a intervenção da parte da tarde, que me parece ser o espaço para reflectir sobre isso.

Queria dizer duas coisas. Uma tem a ver com o nosso código genético, quase. É assim, esta ideia de participação, esta ideia de estar ao serviço do público, e não em serviço público, a ideia de uma disponibilidade para, faz parte da matriz da minha pessoa. Participei toda a minha vida no movimento associativo, envolvi-me desde o primeiro momento de escola nas questões do movimento académico e, portanto, quando cheguei à política como profissional – chegar como profissional à política significa que tenho uma carreira pessoal e que, no momento em que sou convidado para assumir um cargo de Autarca, não o faço

porque preciso dele, faço-o porque entendi que era o momento de contribuir para a minha comunidade. Ao fazê-lo, transporto para o cargo as minhas convicções pessoais. Portanto, há uma dimensão pessoal.

Aliás, como o Sr. Presidente da Câmara acabou por dizer, uma convicção pessoal profunda de que o nosso trabalho, esta transparência, esta accountability de que se fala agora em inglês, ou o empowerment, passa por uma convicção de que isso é importante para nós e que nós nos revemos nisso enquanto cidadãos, enquanto pessoas. E portanto, transportei isso para a discussão que fiz na sessão da minha equipa com o Sr. Presidente de Câmara e com todos os eleitos. Posso dizer-vos que, também no nosso Município de Alcochete, há uma história de participação local muito forte, que se ganhou nos 30 anos desta democracia, logo pós 25 de Abril. E que se ganhou, também, uma população com uma história própria, que ao longo dos últimos cem anos soube, em momentos determinados, juntar-se para reflectir, em conjunto, sobre aquilo que era importante mudar. A história local de trabalho das populações em prol dos seus direitos também tornou clara esta necessidade de darmos um corpo à possibilidade de participação.

Só para terminar e para vos dizer que isto não é tão simples quanto isso, os conflitos que se geram entre uma democracia participada e uma democracia representativa são muitos e houve muita gente, aqueles que aliás votaram nesta maioria que está na Câmara de Alcochete, que nos disseram, ao longo do processo, que não tínhamos de nos sujeitar a isto porque tínhamos sido eleitos. E o problema entre a eleição, aqueles que foram sufragados, e esta possibilidade de discutirmos com as populações outras opções, levou a conflitos profundos sobre a realidade ou a oportunidade deste processo.

Jorge Wermans (Moderador)

A questão da comunicação, informação, foi um ponto abordado há pouco e, eventualmente, a pessoa que falou de Avis, um dos sublinhados que nos trouxe foi que estes processos obrigam a uma comunicação diferente do que é habitual nos processos de relação entre eleitos e eleitores, entre as administrações das empresas e os funcionários, porque é uma informação que não é informação, pretende ser uma comunicação.

Vítor Baptista

Sou Vítor Baptista, professor da Universidade do Algarve, em Ciências da Comunicação. De facto, era o aspecto que eu queria agarrar. Este colega colocou uma questão importantíssima e que tem a ver com o seguinte: independentemente da bondade do Orçamento Participativo e dos seus efeitos positivos na participação das pessoas, o sentirem-se mais importantes por terem alguma coisa a dizer na gestão da coisa pública, há um outro efeito que esperamos que venha a ser positivo, que me parece muito importante, embora aparentemente periférico, que é exactamente o poder diminuir, um pouco, a distância extraordinária que se tem cavado entre os agentes políticos e as populações.

É um problema extraordinário das jovens democracias, com 30 anos – a nossa ainda é jovem. O afastamento entre os políticos,

mais ou menos profissionais, mais ou menos voluntariosos, e as populações, tem levado àquilo a que temos assistido, um afastamento na acção de voto. Mesmo em questões que não são eminentemente políticas, só pelo acto do voto estar conotado com uma acção política, já isso leva a um afastamento e, sobretudo, ao extraordinário afastamento dos agentes da política. E portanto, os políticos são considerados os outros. Uma classe à parte, “Coitados, deixa-os lá, de vez em quando até se amanhã, mas pronto, isso faz parte”.

Ora, se estas iniciativas puderem contribuir para diminuir esta distância, é sem dúvida um efeito extraordinariamente positivo e tem tudo a ver com as formas de comunicação que se conseguem estabelecer, seja pela Internet ou por outro meio qualquer. É a qualidade da comunicação que se estabelece, nos dois sentidos, que pode garantir isso.

Carlos Nunes

Sou Carlos Nunes, sociólogo, trabalho na formação há alguns anos e a questão que está aqui a ser levantada, parece-me que na sequência da última intervenção, decorre, no meu entender, do seguinte: o modelo ocidental de democracia está, na minha opinião, esgotado. Também não vale a pena fechar os olhos a essa realidade e se, de facto, este afastamento referido anteriormente está presente, é preciso não iludir o processo de dinâmica e de participação. Acho que há uma dinâmica subjacente a um processo desta natureza. Isto exige que não tenhamos medo de um processo – vou utilizar um palavrão fora de moda – dialéctico e, por isso mesmo, contraditório.

A tentação de o controlar pode ser uma sentença de morte. Os processos dialécticos são contraditórios por natureza, têm que ser compreendidos na lógica que lhes está subjacente.

Achei curioso e achei interessante as duas lógicas – perdoe-se-me a leitura, digamos assim – subjacentes às apresentações do Presidente de São Brás de Alportel e da Sra. Presidente Municipal de Palmela. No meu entender, as duas lógicas não são coincidentes e valia a pena, num segmento mais particular, ver quais são.

E isto é para mim o aspecto mais importante. O alargamento não pode iludir, só vale a pena na medida em que a classe política for capaz de encontrar desafios e lógicas subjacentes que vão ao concreto, não solicitando os processos, como normalmente acontece: “Vocês votam, a gente decide e arruma aí a casa”.

Quanto à história do processo pela Internet e do inquérito, dois instrumentos que foram utilizados ao longo destes processos para recolher informação. Os inquéritos são processos adaptados e circunscritos, circunscrem uma determinada realidade. Não sou, talvez por razões de diversa ordem, apologista de um processo desta natureza pela Internet. Percebo as razões que estão subjacentes à opção. De qualquer maneira, privilégio o face a face, o elemento-mãe, a génese de um processo de participação, que deve ser privilegiado.

Camilo Mortágua

Muito bom dia a todos. Eu tenho três ou quatro dúvidas ou

três ou quatro perguntas que gostava de lançar. A questão é, em primeiro lugar: o Orçamento Participativo será o melhor instrumento para provocar a participação das populações ou haverá outros? Essa é, digamos, uma questão.

No orçamento, eu penso que falámos também de resultados, e gostaria de dizer que me parece – não sei se é assim, gostaria de os ouvir – que, neste processo do Orçamento Participativo – para mim é mais um processo do que outra coisa – o importante não é o orçamento que sai disso, o importante é o processo. Gostaria de ouvir a vossa opinião.

Uma outra questão que é, sim senhor, um Autarca, a Autarquia, decidiu lançar o processo de Orçamento Participativo, mas aqui, por aquilo que escutei – as coisas escaparam-me um pouco – o mais importante não é a Rosa, é, de facto, o método. Como é que se fez, como se procedeu para conseguir a participação? Não é tanto se se fizeram tantas reuniões, se se fez isto, se se fez aquilo, é como se fez, de que maneira é que se fez, como se equacionou o problema. Portanto, esta questão do método, para mim, é fundamental. Os métodos de animação para a participação. Porque o orçamento é, sobretudo, um instrumento para provocar maior participação, penso eu. Para terminar, há aqui uma questão que é ... Penso que não será por acaso que os exemplos que nos são aqui postos sejam de Municípios que têm uma população que ronda os 10, 12, 15 mil habitantes, não é? Há aqui uma questão que me preocupa. Como é que poderíamos proceder em tantos Municípios do interior rural deste país que têm 3, 4, 5 mil habitantes? Essa questão a mim preocupa-me, porque penso que seria completamente diferente a maneira de proceder.

Ouvi falar em inquéritos e em comunicação. Falou-se aqui muito em comunicação e em inquéritos. Algumas práticas demonstram que o recurso ao inquérito em populações rurais, feito de determinada maneira, significa excluir do processo a maioria da população. Obrigado.

André Ramos

Chamo-me André Ramos e sou membro da direcção de uma associação juvenil de Faro. Estamos a falar de Orçamento Participativo e foi perguntado que parcerias são criadas com as associações locais. Eu queria acrescentar: que parcerias são estabelecidas ou que comunicação é que é feita com os partidos políticos adversários? Parece-me que esta questão é importante, por vários motivos. Primeiro, para o próprio Orçamento Participativo sobreviver a um ciclo político, depois, para evitar a manipulação, que também já foi referida aqui, a manipulação partidária, e porque me parece um contra-senso um Orçamento Participativo para todos, excepto para os nossos adversários políticos.

Boaventura de Sousa Santos

Eu tinha duas perguntas de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara de São Brás de Alportel. Talvez eu tenha entendido mal, mas das 111 propostas apresentadas, 64% foram aprovadas, das quais 32 já estavam no programa da Câmara. Esta alta coincidência entre o que é proposto pela população e o que está proposto na Câmara pode significar uma de duas coisas. Ou

uma grande proximidade de partida entre as populações de São Brás de Alportel e o seu Município ou uma subtil indução, que tenha sido feita nas reuniões, para que as propostas que foram efectivamente sugeridas já estivessem contabilizadas no Plano da Câmara. Gostaria de saber qual das duas funcionou.

Em segundo lugar, um outro esclarecimento. Pareceu-me que as diferentes fases, sobretudo a da avaliação, que tem lugar durante uma semana, me pareceram muito rápidas. A sequência pareceu-me muito rápida aqui em São Brás. Quais foram as condições que levaram a que essas fases decorressem em tão pouco tempo? Porque eu penso, e talvez fosse bom comparar com Palmela, que os processos são mais estendidos, as fases ocorrem ao longo do ano. Talvez isto possa ter sido apenas a minha má apreciação em função daquilo que eu ouvi do Sr. Presidente. Se foi, desde já lhe peço desculpa.

Uma segunda pergunta é para ambos, diz respeito à relação entre técnica e política. Os trabalhos que eu próprio realizei em Porto Alegre, no Orçamento Participativo, e dos meus colegas, o Giovanni, aqui presente, ou o Leonardo Avritzer, e todos os outros com quem temos trabalhado nesta área, mostram que, normalmente, um dos problemas das Autarquias é aquilo que a gente chama endogeneizar os processos. Isto é, os próprios técnicos da Câmara, arquitectos, engenheiros, que têm uma competência técnica adquirida, não gostam muito de discutir com pessoas que, do ponto de vista deles, são ignorantes e são mesmo impacientes. Há duas fases normalmente: a primeira é que nem sequer querem ouvir, a segunda é que querem ouvir mas depois assobiam para o lado: “Lá estão eles, sempre com as mesmas coisas”. E portanto, desacreditam estes conhecimentos populares que, muitas vezes – eu vi-o na prática da minha pesquisa – são extremamente importantes para levar a termo uma boa experiência. Gostava de conhecer as vossas experiências nesta matéria.

António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel)

Vou tentar responder de forma genérica, porque as questões que foram colocadas são demasiado complexas e estou convencido que não vamos ter tempo para as para explicar em dois minutos.

Quando, há pouco, disse que estávamos a entrar numa nova fase, isso tem a ver com a qualidade de vida que conseguimos garantir aos nossos munícipes, impossível há uns anos atrás. Hoje temos um Município com 99% de abastecimento de água, quase toda a região de São Brás de Alportel tem esgoto, as estradas estão na sua maioria pavimentadas. Se não fosse assim, quando fôssemos aos sítios, as questões eram muito mais direccionadas: “Olhe, eu preciso de água na minha rua, eu preciso de esgoto, eu preciso de pavimentação à porta”. Como entramos numa fase em que a qualidade de vida já é geral, conseguimos fazer com que as pessoas também comecem a pensar em termos de comunidade.

Foi dita outra coisa muito importante e com a qual concordo plenamente. É diferente aplicar um Orçamento Participativo em São Brás de Alportel, em Palmela ou em Sevilha, com mais de 700 mil habitantes. Temos de compreender a classe política, a classe social, os problemas sociais, a dimensão da população, a dimensão do orçamento, a localização, o estado de evolução da terra. Enfim, há uma série de condições que vão implicar uma

estratégia de actuação diferente, e eu também o senti quando andei a pensar como é que ia fazer esta coisa do Orçamento Participativo. Chegaram a dizer-me, para terem a noção: “Vamos fazer um Orçamento Participativo? Estou mesmo a ver!”. E eu partilhava essa posição. Pensava que os senhores do meio rural me iam perguntar: “Então, você não é o Presidente de Câmara? Vem perguntar o que é que nós queremos que você faça? Você é que está lá, é que tem que saber o que é que faz!”. E isto são questões que se podem colocar quando pensamos em termos de participação, de motivação e de explicar. Nestes casos, nomeadamente no meio rural, tivemos em atenção todos os técnicos do projecto, que estiveram ao lado das pessoas para as ajudar a preencher os inquéritos, para não haver exclusão da sua opinião. É realmente importante explicar-lhes e dizer-lhes: “Olhe, o que é que pensa? O que é que acha melhor?”.

Também foi colocada outra questão em termos de prazos, em São Brás de Alportel – foi o primeiro ano. Este ano já estamos a pensar começar mais cedo. Escolhemos uma data depois do Verão, porque em Agosto não se trabalha no Algarve, é difícil, em Setembro estamos na ida para as aulas, ainda é difícil, e então foi mesmo a partir dessa fase que iniciámos a divulgação e mostrámos como é que o processo ia ser executado, atendendo a que na primeira semana de Dezembro o orçamento tinha que ir à Assembleia Municipal. Andámos com o processo para trás.

Então, se tem que ser aprovada em Assembleia em tal data, vamos ter que ter, uns tantos dias antes da reunião de Câmara, uma proposta capaz de ir a sessão, porque temos a população e temos, também, todos os Vereadores, que têm que ter conhecimento das propostas finais para orçamento, atempadamente. E então, tivemos duas semanas para irmos aos sítios, depois demos uma margem de 10 dias para trabalharmos as propostas e, ao fim desses 10 dias, apresentámos à população os resultados, a proposta final, com os resultados da discussão que tínhamos tido nos vários sítios.

Posteriormente, foi a reunião de Câmara. Também isto acabou por ser um processo de dois meses, dois meses e pouco, com grande dificuldade em gerir estes prazos, porque não podem falhar. As questões políticas são fundamentais, mas este orçamento não é o Orçamento Participativo, tem que ser encarado como o Orçamento da Câmara Municipal, em que todos os Vereadores estão presentes, independentemente do seu partido político, e todos têm a possibilidade de participar nas reuniões e dar a sua opinião da forma mais aberta possível, da forma mais clara. Penso que conseguimos fazer isso, esse trabalho em conjunto com a oposição também, embora possa dizer que tive o trabalho facilitado porque, aqui em São Brás, somos cinco elementos e nós temos quatro e a oposição tem um. Mas não é por aí que não se participa, porque até convidámos elementos da Assembleia Municipal que são dos partidos que não estão representados na Câmara, para também eles perceberem qual era a proposta final que tínhamos para apresentar e poder discuti-la abertamente com todos eles.

Também é importante estabilidade política para podermos fazer isto, para podermos envolver toda a população de uma forma que motive e a leve a acreditar e a ser responsável, para não termos problemas posteriormente.

Porque houve coincidência entre as 111 propostas apresentadas

e a nossa? Nas reuniões de participação, apresentávamos, de uma forma genérica, a pré-proposta que a Câmara tinha para o Concelho, onde estão, naturalmente, as grandes obras, aqueles projectos estruturantes que têm significado para as pessoas: umas piscinas municipais cobertas, a continuação da circular norte, a construção da entrada sul, a ligação da circular sul ao centro de São Brás, ao Largo de São Sebastião, etc. São questões fundamentais e que todos sentem como necessárias. Acho que foi isso que fez com que houvesse também uma grande incidência, depois, nas mesmas propostas. Não terá sido por indução que as pessoas foram lá, presumo eu.

Só para terminar, respondendo ao Vítor Baptista, o nosso problema hoje é precisamente o grande afastamento das pessoas face aos políticos. Ora, contrariar isso é muito difícil. Olhar as pessoas, olhos nos olhos, responder-lhes com seriedade, apresentar-lhes a solução que temos para o problema, não é uma acção fácil. Diariamente, temos que responder às pessoas porque estamos muito próximo delas. É esta a grande virtude do poder local. Temos de aproveitar esta virtude, dignificá-la, e passar a mensagem que estamos com quem quer trabalhar, para o bem das populações, e fazê-lo da melhor forma.

O Orçamento Participativo é, na minha opinião, um instrumento que nos possibilita cumprir este trabalho.

Ana Teresa Vicente (Presidente da Câmara Municipal de Palmela)

Gostava só de acrescentar o meu contributo, ou a minha visão, sobre um ou outro pormenor e vou fazê-lo de forma aleatória. Desculpem-me mas tem que ver com a qualidade e a quantidade das perguntas, que, na minha opinião também, suscitariam uma outra comunicação da nossa parte.

Em primeiro lugar, acho que é, de facto, importante que se coloquem questões sobre até que ponto o processo é único, é o melhor e é exclusivo ou inclusivo. Acho que são questões pertinentes. E a minha opinião é a seguinte: não estou convencida de que seja o melhor processo do mundo. Mais, tenho até alguma certeza no sentido de poder dizer que não é único.

No fundo, nós também procurámos dar aqui exemplos de que há outras dimensões do nosso trabalho em relação às quais procuramos estimular a participação das pessoas. O Orçamento Participativo é, sem dúvida, o processo mais trabalhado, mais sistematizado, mais conseguido ao longo destes anos. Mas nós evoluímos um bocadinho do processo do Orçamento Participativo para o processo, por exemplo, do Planeamento Participativo. Porquê? Sentimos que as pessoas tinham essa necessidade. Talvez fruto das condições concretas e objectivas e do estado de desenvolvimento do Município de Palmela, que é hoje, forçosamente, diferente de há 15 anos atrás. Talvez fruto da própria maturidade que a população vai ganhando no processo de participação.

Começámos a ser confrontados com a necessidade de trazer, também, à discussão os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor e já não tanto a intervenção concreta na localidade A, na localidade B ou C. Com este exemplo quero dizer que eu própria acho que há outros processos e outras áreas do nosso trabalho que podem e devem ser sujeitas ao processo de participação.

Daí aquele meu comentário inicial de elogio sincero a este trabalho que São Brás está a fazer com as escolas: é um projecto que me vai deixar a pensar. Porquê? Porque também acredito que a educação tem um papel estratégico entre nós. E eu não sei até que ponto não é realmente importante introduzir junto dos nossos jovens a relação com a gestão pública. E lá está, este instrumento determinante para a gestão pública que é o Orçamento Municipal. Eu acho que não seria sério nós escolhermos, para falar com as pessoas, temas que não fossem temas estratégicos da nossa acção, e esta é uma questão essencial.

Acho que as Grandes Opções do Plano são um instrumento de gestão estratégico. Mais, há outro aspecto, já agora. Hoje os cidadãos são muito exigentes: “Sr. ou Sra. Presidente, desculpe lá, qual foi a percentagem de cumprimento do seu orçamento?” Antigamente, alguém falava destas coisas? Não! Hoje, exige-se saber!

A Câmara Municipal fez um orçamento, a Câmara Municipal tem, por lei, o direito de fazer várias revisões e alterações. Então, entre o início e o final, qual foi o nível de cumprimento do orçamento? Este processo obriga-nos a tratar tudo isto com muito rigor e a mostrar às pessoas, no princípio e no fim, o que é que fizemos. Portanto, acho que há um elemento de transparência, tão fundamental no exercício da gestão, e essa foi uma das razões pelas quais escolhemos o Orçamento Participativo. Isto só para valorizar um aspecto, que não é único, acho eu.

Não pode ser um processo exclusivo. Já evoluímos para o inquérito, mas a presença e o que se diz nas reuniões públicas são elementos determinantes que ponderamos. Há actas das reuniões, há equipas técnicas a trabalharem, a ouvirem, a registarem, e tudo isso faz parte da análise, que é um combinado de análise quantitativa, que é aquilo que se extrai do resultado dos inquéritos, e de análise qualitativa, que é aquilo que resulta da presença e da participação directa em reunião pública.

Outra coisa que gostava de referir é a importância do processo de comunicação. Penso que é muito importante que o processo de comunicação não seja confundido com processo de propaganda. E acho que é muito útil que os Municípios caminhem nesta direcção.

Em Palmela, estamos a fazer uma reestruturação orgânica e criámos um departamento de comunicação e atendimento municipal, em que o atendimento deixa de ser só aquilo que nós políticos fazemos, para passar a ser uma coisa que é obrigatória e profissionalizada dentro da estrutura da Câmara. Tem que haver, em tudo o que é espaço público, capacidade de receber os cidadãos, trabalhadores preparados para receber o cidadão, ouvir a sua reclamação e encaminhar imediatamente esse problema dentro da estrutura da Câmara, criando mecanismos de resposta. Há aqui um processo de comunicação, que não é apenas um processo de propaganda.

Só para terminar, queria dizer que a intervenção e o papel dos técnicos e de todos os trabalhadores é muito importante neste processo. Eu acho que a determinação política, ou dos políticos neste caso, é muito importante, mas desde o início digo, desde 2002, e os meus parceiros em Palmela sabem isso: gostava muito que, quando eu deixasse esta função na Câmara de Palmela,

a Autarquia, a Câmara Municipal e os cidadãos tivessem este processo como um processo adquirido, desejável e indispensável, de relacionamento e de trabalho entre si.

Acho que a nossa obrigação é criar coisas que sejam não efémeras, não pontuais, que contribuam para a cultura e para perpetuar aquilo que são as características e os valores de uma terra.

É importante dizer que os técnicos têm que ser ganhos. É verdade que, num primeiro momento e num primeiro impacto, em geral não se gosta de discutir com a população, não se gosta de ouvir dizer: “Olhe, se calhar, o PDM está mal feito”, “Se calhar o Plano de Pormenor não contempla esta coisa que existe e os senhores não percebem nada disto, porque nem sequer viram isto que está aqui há 30 anos.”

Não é um processo fácil, é também um processo de aprendizagem, e eu acho que, até aí, este processo tem demonstrado que há uma aprendizagem que acontece de um lado e doutro e que é muito importante para a qualificação da intervenção dos técnicos municipais, de um lado, e da população exigente, do outro. Portanto, acho que estamos com um tempo e um desafio que é mais o de afirmar as qualidades do processo.

Quero dizer-vos, mesmo para terminar, que também podíamos falar de dificuldades que sentimos no processo. Provavelmente, no nosso segundo encontro podemos até vir a privilegiar esse tema, que é falar das dificuldades e das perversidades que o processo pode ter, mas acho que o caminho faz-se caminhando e estamos todos a percorrê-lo com todos os sentidos atentos para todas as aprendizagens necessárias. Obrigada.

INÍCIO DA TARDE

Maria Priscila Soares (Associação IN LOCO)

Alteração na ordem de trabalho. O engenheiro Macário Correia, que é o responsável pela Grande Área Metropolitana do Algarve, não vai poder estar connosco no final da tarde, como desejaríamos, e como provavelmente ele desejaria também, mas, dada a importância desta temática, não quis deixar de passar por aqui e de nos dirigir uma breve mensagem.

Macário Correia (Presidente da Câmara Municipal de Tavira)

Com esse aplauso, sinto-me quase na obrigação de cantar, porque é habitual quando os artistas sobem ao palco o público ter essa atitude e esse gesto. Espero que não me obriguem a tanto.

Queria, naturalmente, cumprimentar o meu colega anfitrião, Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel e o São Brás Solidário. Cumprimentar, obviamente, todos os Presidentes e Presidentas, ou Senhoras Presidentes, que aqui estão também connosco, e, naturalmente, saudar a organização e todos vós, que, em número muito simpático, generoso e muito jovem, aqui estão nesta Jornada.

Como foi dito, temos sempre muitas coisas a que temos de acudir.

Eu tive todo o prazer em receber este convite para estar aqui convosco, ou no início, ou no fim. Acontece que a nossa vida é feita de muitos afazeres. Esta manhã abriu, também aqui no Algarve, uma Jornada dedicada à Via Algarviana, algo que também foi muito estimulado aqui pela Associação In Loco, que é fazer com que as pessoas andem a pé, façam turismo, tratem do coração, façam educação ambiental, circulando pelas vias do interior do Algarve. Andando a pé e fazendo, obviamente, esse turismo pedestre e essa jornada. Também tem muita gente e está ali a decorrer em Loulé, e eu estive lá. E também estaria em Portimão, numa outra iniciativa da Globalgarve, para falarmos da banda larga da nova rede de comunicações no Algarve. Só que o Governo não aprovou essa nossa candidatura e nós adiámos o evento até que eles aproveem, para nós depois fazermos isso com sucesso.

Entretanto, da parte da tarde realiza-se, em Lisboa, a inauguração do Algarve com vida, onde meio mundo do Algarve está presente. A outra metade está aqui. Têm lá a presença do Ministro Manuel Pinho, grande ministro, e também do Secretariado do Turismo, para um conjunto de apresentações e de stands, que vão ficar à disposição da grande Lisboa, para eles virem passar férias cá em baixo no próximo Verão, e noutras ocasiões. Alguns dos nossos colegas estão lá nessas cerimónias.

Eu, além de tudo isso, também tenho um outro compromisso na minha terra, que tem a ver com a inauguração das instalações de uma cooperativa nacional de apoio aos deficientes, que vai abrir uma delegação. Tinham-se comprometido comigo há alguns meses para esta data e não tenho condições de alterar isso, até porque alguns dos meus colaboradores ou Vereadores também não podem estar presentes, por outros compromissos. De maneira que é assim, está a explicação dada, justificação aceite, espero bem. Falta justificada sem atestado, neste caso.

Queria, acima de tudo, saudar-vos neste momento, neste acto meramente de cumprimento, em que vão ter ocasião de ver boas e relevantes experiências, com os professores e os políticos que as protagonizaram.

Pela minha parte, além de um cumprimento, direi quase uma bênção. Se eu tivesse um poder sacramental, vinha aqui fazer uma bênção, mas não tenho esse privilégio, de maneira que me limito a fazer um cumprimento e uma saudação que se conforma no seguinte.

Acho fundamental que os cidadãos e os nossos ministros saibam de onde vem o dinheiro e onde é que o gastamos, para terem confiança em nós. E há aí casos curiosos em que nunca se sabe de onde é que ele vem, nem para onde é que vai, e esses casos são complicados. De maneira que é sempre bom que os nossos cidadãos saibam de onde é que vem e para onde é que vai.

Este procedimento democrático aberto do Orçamento Participativo, em que as pessoas sentem uma participação cívica por darem o seu contributo, a sua opinião, e sentirem que a sua opinião é válida, é tida em conta, tendo influência naquilo que é a decisão do eleito local, em relação a qualquer melhoramento, a uma qualquer iniciativa. O facto de as pessoas participarem, já de si é positivo. Todavia, as taxas de adesão nem sempre são as melhores, por dificuldades várias, que são conhecidas. Mas há aí um potencial a explorar, para que a adesão e a participação sejam obviamente

mais acutilantes. A transparência que estes actos suscitam é um acto relevante em democracia e a democracia tem sempre que ser aperfeiçoada. É o melhor sistema antes de descobrirmos outro. Naturalmente, tem muitos inconvenientes, mas é o melhor que conhecemos, e temos que o aperfeiçoar, que o consolidar e conseguir, sempre, fazer com que as pessoas acreditem mais, participem de uma forma envolvida, de uma forma activa.

Mesmo sem este procedimento do Orçamento Participativo que nos une aqui, há um conjunto de outras regras e de outras maneiras de abrir a gestão municipal que devemos praticar, embora nem todos pratiquem, mesmo sendo uma obrigação legal. Esta, por exemplo, não é uma obrigação legal, no sentido literal do termo, é uma obrigação moral, é uma forma de abrir, naturalmente, as decisões.

Mas há coisas que estão na lei, em que muita gente não participa nem pratica, é o caso do exercício do direito da oposição, quer pela oposição propriamente dita, quer pelo poder. Está escrito na lei. Quer os governos nacionais, quer os governos regionais ou os governos locais, que são as Autarquias, devem suscitar, uma ou duas vezes por ano, a participação dos partidos políticos, que têm, nos termos legais, o direito de oposição. Devem participar em reuniões e darem opinião sobre os temas relevantes. Até se estipula na lei que, em Março de cada ano, a Assembleia Municipal deve apreciar o relatório do estatuto do direito de oposição. Eu não sei se se contam pelos dedos de uma mão, ou se chega uma mão amputada, para dar conta dos Municípios em Portugal, dos 308, que exercem essa regra do direito de oposição.

É um caso curioso, mas é verdade. Está na lei e é também verdade que é muito esquecido. Por outro lado, em relação àquilo que se prende com as regras de atribuição de subsídios e de apoios, todos nós temos que dar muito dinheiro, salvo seja! Na nossa opinião pode ser muito, na opinião de quem recebe pode ser pouco, como sempre, mas temos que dar muito dinheiro público a entidades privadas, que, em alguns casos, têm dificuldade em fazer um relatório de contas, em ter um parecer do Conselho Fiscal, em ter um conjunto de regras transparentes e claras. E o dinheiro público vai para essas entidades, que são de natureza privada, com uma gestão contabilista que, às vezes, até é curiosa.

E quem diz este regulamento de atribuição de apoios culturais, desportivos, sociais, recreativos, diz também em relação às regras do urbanismo. O urbanismo, hoje em dia, é uma matéria muito polémica na vida municipal. O metro quadrado nalguns sítios vale muito dinheiro, um risco à escala 1 : 5 000 vale dezenas de metros e o valor desse risco é de facto um valor expressivo nalguns cantos. Assim, nós temos perante nós esse desafio de, tanto quanto possível, ter regras claras em relação à utilização do espaço público. Era bom que tivéssemos todos códigos de postura e regulamentos bastante alargados, actualizados e precisos. Não quero dizer com isto voltarmos a 1915, em que o código das posturas municipais era meia dúzia de páginas no português de então. Estava lá tudo resumido, desde dos burros e as ovelhas a atravessar as ruas da cidade, onde é que se punham as galinhas, enfim, quem é que prevaricava nesses pequenos pormenores.

Hoje em dia a vida é completamente diferente. Tem questões muito complexas em relação à utilização do espaço público, em relação à publicidade, em relação à utilização de transportes e

equipamentos e outras coisas mais, piscinas, bibliotecas, por aí afora. Ou seja, uma boa Câmara Municipal, média que seja, nunca pode deixar de ter menos de 50 ou 60 regulamentos, e isto não é muito para as diferentes posturas específicas, que têm de abarcar a actividade municipal nas suas múltiplas vertentes. Ao fim ao cabo, é isso que temos de fazer para que cada cidadão não se sinta nunca alvo de uma decisão discricionária, mas sim alvo de uma regra geral aprovada democraticamente pelos órgãos de modo participado. Uma vez feito, a regra vigora em pé de igualdade com todos. Porque as leis, tal como o sol quando nasce, devem ser para todo s.

Ao fim ao cabo, este é o espírito com que estou neste processo, em que devo vir aqui, apenas, neste pequeno instante do vosso calendário e do vosso trabalho. Quero dizer, a todos, que os Presidentes de Câmara aqui presentes do Algarve - Aljezur, São Brás, e a mim próprio, de Tavira - somos apenas (não estou a ver mais nenhum) alguns dos dezasseis, mas o facto de estarmos aqui e a minha palavra significam o apreço que todos temos por este trabalho.

Ainda há pouco falava com o colega de São Brás, de Palmela e de Aljezur, e víamos que, se calhar, temos de, nos órgãos superiores e supra municipais, no caso do Algarve a AMAL, eventualmente, a nível nacional a Associação Nacional de Municípios, fazer com que este procedimento não seja lateral, marginal em termos numéricos, mas seja cada vez mais um procedimento assumido na transversalidade do funcionamento do poder local, que se deve afirmar pela democracia, pela seriedade, pela honestidade e não por alguns casos que são notícia frequentemente. É um facto curioso, neste mundo mediático em que vivemos: os bons exemplos nem sempre são notícia ou têm tanto tempo de antena como os maus exemplos.

De facto, Felgueiras, Marco de Canavezes, Oeiras ou outros sítios têm muito tempo de televisão, mas há alguns outros casos bonitos e simpáticos, que, naturalmente, dão muito trabalho, com muita honestidade, e nem sempre são notícia e a gente quase não os conhece. Parece haver uma injustiça comunicativa entre aquilo que se passa de bem, que é muito, e aquilo que se passa de mau e é muito mais divulgado. Mas isto é como tudo na vida, quando o cão morde o homem não é notícia, se o homem morder no cão é notícia. Os sociólogos explicarão isso.

Pela minha parte, fico-me por aqui, com o meu agradecimento pela vossa condescendência. Passem um belo dia de trabalho, uma bela sexta-feira, e os que puderem fiquem cá, deixem algum e gozem as belezas do Algarve. Muito obrigado.

Teresa Cunha (Moderadora)

Bom, depois desta bênção, creio que estamos em condição de proceder ao nosso trabalho. Chamo-me Teresa Cunha, normalmente vivo em Coimbra e tenho o prazer de estar aqui convosco, esta tarde, e com os meus colegas de mesa, que gostaria de apresentar.

À minha extrema-direita e à vossa extrema-esquerda está Paulo Machado, seguido de Manuel Marreiros, Paulo Quaresma e João Paulo Trindade. Paulo Machado, Vereador da Câmara Municipal de Alcochete, Manuel Marreiros, Presidente da Câmara Municipal de Aljezur, Paulo Quaresma, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, e João Paulo Trindade, Presidente da Câmara Municipal de Alvito.

Esta tarde, queríamos ouvi-los a partir das experiências que cada um destes Municípios, ou Freguesia, tem feito em termos de Orçamentos Participativos. Sobretudo, as potencialidades e os limites que a participação cidadã traz para estes processos. Não basta descrevê-los.

Hoje de manhã, tivemos um pouco mais de descrição sobre como as coisas podem ser feitas e estão a ser feitas, mas também é preciso dar um passo em frente na análise. Antes de dar a palavra, eu gostava de avançar algumas ideias sobre a matéria da manhã, só para retomarmos um pouco o ponto.

Em primeiro lugar, o OP não é uma mera gestão económica, financeira e técnica de um Município, vai muito além disso, e, portanto, é também um instrumento estratégico de redistribuição de recursos e de poder. Por outro lado, há que olhar de novo, e de uma forma nova provavelmente, para a participação. Isso ficou muito claro nas intervenções acerca da Internet.

Os instrumentos de recolha de informação, ou seja, o que é a participação em sociedades cada vez mais complexas, o que nos coloca novos desafios no que diz respeito à intervenção directa ou menos directa das pessoas. Talvez seja preciso reinventar o conceito ou, pelo menos, olhá-lo de novo.

Por outro lado, também foi levantado o problema de ser necessário ter em consideração aqueles grupos sociais cujo histórico de participação, por motivos diversos, é menor, como as mulheres, os jovens, as pessoas mais idosas ou outros grupos com maiores dificuldades em participar nas acções públicas.

Uma outra ideia que ficou muito clara, parece-me a mim, é que as condições concretas de cada território estabelecem, também, as condições para o exercício do OP e as condições em que ele pode operar de forma democrática. Isto não se pode considerar o único recurso de democratização do território, tem de estar numa plena interacção com as organizações, movimentos sociais presentes no território, que, de algum modo, são agentes de desenvolvimento e agentes de acção política.

Por isso, eu permitia-me fazer a minha observação.

Parece-me que o OP, olhando para a discussão da manhã, aparece como uma estratégia que pode fazer emergir uma cultura política diferente em Portugal, ou seja, onde os agentes do debate ideológico, e também de intervenção pública, são diferenciados. Têm formas diferentes de funcionamento e, por isso mesmo, há aqui uma questão que eu gostaria de deixar para a discussão que vamos ter esta tarde, que é a questão da gestão das expectativas.

Quando se abre a expectativa da participação a um conjunto da população, estamos a tomar uma medida que não é meramente técnica, não é meramente política. Também contém uma expectativa social e uma expectativa para o futuro muito importante, que não pode ser defraudada, ou não deveria ser defraudada. Assim, eu gostaria de pedir ao Manuel Marreiros que nos brindasse com a sua intervenção. Se todos os meus companheiros me deram autorização para ser eficaz na gestão do tempo, permitem-me que os interrompa caso ultrapassem os 15 minutos que se comprometeram com a assembleia a respeitar. Muito obrigada.

Manuel Marreiros (Presidente da Câmara Municipal de Aljezur)

Muito boa tarde a todos. Em primeiro lugar, as minhas felicitações à Câmara Municipal de São Brás, na pessoa do seu Presidente, por esta iniciativa. Os cumprimentos aos meus colegas de mesa e restantes colegas Autarcas aqui presentes e a todos vós. Muito obrigado pelo convite feito para estar aqui.

A nossa experiência em Orçamento Participativo não está, ainda, muito consolidada, estamos a dar os primeiros passos. O que delineámos como objectivo essencial deste Orçamento Participativo, ou desta medida de gestão do Município, é aproximar as pessoas da gestão municipal, ou seja, tentar fazer com que a democracia que temos, representativa, seja cada vez mais uma democracia participativa.

Nós sabemos, como o colega Macário há pouco aqui referiu, que, às vezes, a comunicação social transmite algumas notícias que têm a ver com casos menos bem sucedidos de gestão municipal. Felizmente, são muito poucos, mas o que é certo é que, de há uns anos para cá, se tem tentado criar um clima relativamente à classe política, relativamente aos Autarcas, que não corresponde à verdade. Os Autarcas são cidadãos comuns, naturalmente, com responsabilidades acrescidas pelo voto de confiança que as pessoas lhe deram, mas é exactamente pelo resultado do trabalho dos Autarcas, do esforço dos Municípios e das Freguesias, que este Portugal se transformou desde o 25 de Abril para cá.

Sente-se, de facto, e os resultados da abstenção dos sucessivos actos eleitorais comprovam-no, que há um

afastamento das pessoas relativamente ao processo político. Este afastamento pode ter várias motivações. Não será, só apenas, a descrença na classe política. Talvez alguns não vão votar porque confiam na classe política, e então dizem que está bem entregue. Talvez não seja essa a principal razão.

Mas, o que é certo é que todos nós sentimos, mesmo ao nível municipal, que aquelas grandes reuniões e manifestações de vontade de fazer coisas que resultaram da revolução de Abril, naqueles primeiros anos, já passaram um pouco à história. E é um pouco esse espírito que nós queríamos trazer para mais perto da gestão municipal, que as pessoas tivessem, de facto, um interesse maior na discussão dos problemas do Município.

É evidente que aqui existem vários níveis de dificuldade. Para Aljezur, possivelmente, isto será um trabalho mais fácil. Nós temos cinco mil e trezentos habitante e a grande maioria vive em núcleos urbanos pequenos, onde é fácil encontrar as pessoas, onde o Presidente da Câmara tem a vida facilitada, porque, com cinco mil trezentos habitantes, eu conheço o nome das pessoas quase todas. Se são casados ou solteiros, quantos filhos têm, quando é que a avó está doente, quando é que o avô não está doente, e isto facilita a aproximação com as pessoas.

Nós integramos este modelo, mas ainda estamos a experimentar, a dar os primeiros passos no objectivo essencial de aproximar as pessoas da gestão municipal, de tornar a nossa democracia cada vez mais participativa. É óbvio que, ao longo dos anos, e com um Município com cinco mil habitantes, não se torna difícil aos Autarcas conhecer, basicamente, as principais necessidades e vontades e expectativas das pessoas.

Em primeiro lugar, porque a nossa postura foi sempre uma postura de grande proximidade com as pessoas. Eu passo muito tempo na rua, passo muito tempo conversando com as pessoas, visito os locais que as pessoas visitam, e isso acontece com a generalidade dos nossos Autarcas. Desse modo, colhemos o sentir, o pulsar que está correndo no Município.

Temos tido a prática, desde há longos anos, de fazer reuniões periódicas com as populações, no sentido de auscultar exactamente as suas necessidades. Temos tido, também, a preocupação de discutir com as pessoas, e desde há muitos anos, os projectos que o Município quer desenvolver: apresentar-lhes o projecto técnico de uma determinada obra, expô-lo durante algum tempo à audição pública para que as pessoas possam dar a sua opinião. E isto faz com que tenhamos algum conhecimento da realidade e do sentir das pessoas.

É óbvio que fazer um Orçamento Participativo, como em algumas experiências que eu conheço – e naquelas que eu conheço melhor, a participação na decisão sobre a aplicação dos dinheiros do município é muito limitada, é uma percentagem muito pequena. E nalguns casos isso é compreensível porque, quando concorremos às eleições, temos um programa e esse programa é, de facto, uma expectativa que criámos nas pessoas e que constitui, naturalmente, a base do nosso trabalho ao longo de um mandato, ou seja, esse programa, em parte, já foi referendado pelas pessoas.

Depois, há outros condicionamentos: muitas vezes têm a ver

com a oportunidade que surge de determinado tipo de projectos serem financiados ou não por fundos comunitários, ou por fundos exteriores ao Município – o que na prática condiciona as verbas livres, chamemos-lhes assim. Isto limita a possibilidade de as pessoas terem uma palavra decisiva sobre a sua aplicação. Essa possibilidade é sempre muito limitada nas experiências que eu conheço.

Ora bem, o ano passado quisemos começar a dar corpo a um Orçamento Participativo e, naturalmente, deparamos com uma dificuldade que, ao fim ao cabo, era aquela que já tínhamos constatado, a de um certo afastamento das pessoas na discussão dos problemas municipais. Daí que a participação das pessoas não tenha sido muito efectiva nas reuniões que promovemos.

Promovemos reuniões em treze núcleos urbanos, são os que temos no município. Numa primeira constatação, as populações dos aglomerados mais rurais – em Aljezur é quase tudo rural, mas nos mais pequenos – a participação das pessoas foi boa. Nos três aglomerados maiores, a participação das pessoas foi muitíssimo inferior à participação das pessoas nos espaços mais ruralizados.

Nos aglomerados maiores, ora bem, temos aqui um cidadão mais urbanizado, mais satisfeito com a vida, eventualmente mais desinteressado também, se calhar com uma vida de trabalho mais ocupada, que não o leva a participar tanto naquilo que é público. Por outro lado, as pessoas dos aglomerados mais pequenos, a maioria delas mais velha, se calhar com mais tempo, mas também com um outro tipo de preocupações, que as pessoas dos núcleos urbanos maiores não têm.

Nestes primeiros passos do Orçamento Participativo, não se tratava de um orçamento vinculativo. Nós não queríamos, nesta primeira fase, criar um vínculo nas decisões, mas sim fazer uma consulta. Era um orçamento consultivo, em que consultávamos as pessoas sobre as suas expectativas e chegámos a uma conclusão. E atenção, nós estamos a falar de um universo de cinco mil e trezentos habitantes, convém sublinhar isto. Chegámos a uma conclusão interessantíssima, é que, relativamente à esmagadora maioria das preocupações das pessoas, nós não necessitávamos de preparar nenhum orçamento especial para dar resposta às necessidades que nos colocavam. Exactamente porque a esmagadora maioria dos problemas que as pessoas nos colocavam tinham a ver com a gestão municipal do dia a dia. Aí, como é evidente, tornou-se relativamente fácil, para nós, dar resposta à esmagadora maioria daquelas preocupações que as pessoas nos apresentavam: a rua aqui, o caminho acolá, uma caixa do correio ... tudo.

Quer dizer que as pessoas acabaram por nos surpreender por não serem muito exigentes, mas por falarem das coisas que são essenciais para o seu dia a dia, e isso facilitou, naturalmente, o nosso trabalho. É evidente que estas reuniões que fizemos eram abertas a toda a população, a todas as pessoas, e, naturalmente, uma pessoa de uma Freguesia podia ir a uma reunião de outra Freguesia.

Ao longo deste processo, fomos acompanhados também por representantes de outras forças políticas que, voluntariamente, quiseram participar nestas reuniões.

Quando fizemos as reuniões, não fomos lá falar, fomos ouvir. Queríamos ouvir aqueles cidadãos que não estavam dentro do processo político, não estavam dentro da Freguesia, não estavam dentro da Assembleia Municipal, não estavam dentro do partido político, e aí surgiram, num caso ou noutro, algumas tentativas de dominar a discussão através de alguns representantes políticos, que não eram daqueles locais.

Esse não era o objectivo, porque, quando nós queremos que as pessoas participem, quando nós queremos que a democracia seja mais participativa, queremos chamar exactamente aquelas pessoas que estão fora dos partidos, que estão fora das Câmaras, que estão fora das Juntas e que estão fora da estrutura administrativa e política do Município.

Portanto, e para terminar, vamos reiniciar este ano este trabalho, tentando que não seja apenas consultivo, que seja cada vez mais vinculativo relativamente àquilo que as pessoas nos indicam, exactamente com o objectivo de trazer para junto da gestão municipal a participação das pessoas. Esse é o nosso principal objectivo.

Ao fim e ao cabo, o meu colega Macário aqui o referiu também, é tentar estender a gestão municipal a uma participação cada vez maior das pessoas. Penso que isso é que é o mais importante para que os resultados eleitorais passem a ser cada vez de menor abstenção. Isso é um trabalho de todos nós, mas, naturalmente, é um trabalho também dos cidadãos. Os cidadãos têm responsabilidade nesta matéria, porque muitas vezes os Municípios apelam à participação das pessoas em muita coisa. Talvez não saibamos chamar as pessoas ou criar as condições ideais para que elas participem, mas acho que é um esforço que os Municípios devem fazer cada vez mais, e prosseguir, para que se consolide, de facto, aquilo porque tantas pessoas lutaram ao longo de muitos anos, que foi um Portugal livre e um Portugal de Abril. Muito obrigado.

Teresa Cunha (Moderadora)

Obrigada Manuel Marreiros. Agora gostava de passar a palavra a Paulo Quaresma.

Paulo Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide)

Muito boa tarde a todos. Uma saudação especial ao senhor Presidente da Câmara e, não ficaria bem comigo mesmo enquanto representante das Juntas de Freguesia, se não saudasse o Presidente da Junta de Freguesia de São Brás de Alportel, aqui também presente. Aos colegas de mesa, aos Autarcas, aos técnicos e funcionários das Autarquias aqui presentes, a todos vós.

Em primeiro lugar, quero mesmo agradecer este convite para estar aqui hoje, sobretudo, pela oportunidade criada para podermos reflectir sobre este tema, que para mim é muito querido. E este tem sido realmente um dia muito enriquecedor.

Cada vez mais, ouvimos políticos e intelectuais falar sobre este tema. Parece estar na moda e, muitas vezes, de forma pedagógica. Dizer que toda a gente ouve o povo, reúne o povo,

mas depois é importante reflectir se realmente estamos a ouvir ou não estamos a ouvir o povo, ou se estamos sentados numa conversa, quase de café, com ele.

O que aqui vos trago hoje não é mais do que uma simples reflexão sobre as potencialidades, os limites e alguns constrangimentos que tenho vindo a observar e a reflectir desde a implementação do Orçamento Participativo na minha freguesia, Carnide, em Lisboa. Uma freguesia que tem mais de vinte e um mil habitantes, bem mais do que muitos concelhos que hoje ouvi aqui falar, quatro vezes mais do que a última experiência.

O nosso processo começou em 2004, tendo sido interrompido em 2005 devido à realização das eleições autárquicas. Retomámos em 2006 e amadurecemos um pouco mais este processo e a sua estratégia. Mas, esta aventura para nós – e eu gosto do tema aventura – não pode estar dissociada de um projecto autárquico muito próprio, que assenta em dois pilares fundamentais, para além desta dinâmica do Orçamento Participativo. São eles, a informação regular e permanente e uma rede comunitária de parceria. Não podemos conceber esta dinâmica sem este trabalho permanente e regular de incentivo e fomento da participação popular a diversos níveis.

E, portanto, temos aqui criado, do nosso ponto de vista, um triângulo com estes três vértices: informação, rede de parceiros e Orçamento Participativo.

Começando pela rede comunitária de parcerias, existem hoje em Carnide três grupos de trabalho comunitário, em três bairros diferentes da Freguesia, que reúnem regularmente os moradores, as instituições locais, as colectividades e associações, onde todos os problemas são discutidos e aprofundados ao longo de todo o ano, desde um simples problema de vizinhança à organização de um torneio comunitário de futebol, passando por uma luta na construção de uma escola ou pela requalificação completa de um bairro social.

Esta nossa experiência tem cerca de quinze anos, em dois destes bairros, e apenas dois meses no terceiro. Aqui, as estruturas mais democráticas e estruturas com uma forte hierarquia, como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou uma Câmara Municipal ou uma P.S.P, estão a discutir todos os meses, olhos nos olhos, com os moradores de um bairro ou com os dirigentes de uma colectividade local.

Por outro lado, criámos também, e não precisamos de decretos-lei para os criar, Conselhos Consultivos em várias áreas, já há muitos anos. Temos um na área da educação, temos um grupo de solidariedade de gerações para a área da acção social, um grupo interinstitucional para a área da cultura, um Conselho Consultivo do Desporto, cuidados continuados de saúde, o núcleo de voluntariado e, portanto, temos uma forma de promoção da própria rede. Para esta dinâmica, como vos disse, não precisamos de esperar por decretos-lei, por vezes estas estruturas não têm qualquer enquadramento legal. Muitas das estruturas criadas ainda se multiplicam em subgrupos.

Alguns de vocês estão a pensar “mas que grande confusão que aqui está, que doença é esta?” Sofreremos de “reunite” aguda, para andarmos permanentemente a reunir com todos. Nada

disso! Estes passos democráticos não são do nosso ponto de vista perdas de tempo, bem pelo contrário.

Bem rentabilizados, são uma poupança de tempo e de meios, em grande parte dos casos, o mais importante nem é aquilo que é discutido na reunião, à volta da mesa, é a complexidade das conversas, entre aspas, que acontecem nos corredores, e a dinâmica. Eu costumo dizer que, quem não entra nesta dinâmica, rapidamente é cilindrado por ela e tem mesmo que se adoptar a esta realidade. Ao ponto de, hoje, não termos na freguesia, praticamente, nenhum projecto, nenhuma iniciativa, que não seja a dois, porque todas as instituições perceberam esta dinâmica e trabalham nesta dinâmica.

Um outro vértice é a informação. A população tem direito – é uma obrigação de todos nós Autarcas – o direito a uma informação regular sobre a nossa actividade, o prestar contas. Portanto, nós criámos um boletim informativo que chega à caixa de correio de todos os moradores desde Fevereiro de 2002. É obvio que não vou – seria hipocrisia da minha parte – dizer que esta informação não passa a óptica de quem está no poder, mas – e creio que aqui estamos a ser pioneiros – todas as forças políticas têm oportunidade de escrever e dar a sua opinião no boletim da Junta. Por exemplo, neste momento, estamos a entrevistar todos os Vereadores, seja qual for a sua cor política.

Isto acontece porque, em nosso entender, quando temos projectos claros e coerentes, e sabemos o que estamos a fazer, não temos medo do confronto de ideias, e portanto ele é bem-vindo neste espaço que é o boletim.

É, neste contexto, que aparece o terceiro vértice que é o Orçamento Participativo. Como vos disse, começou em 2004. Nessa altura fizemos dez reuniões com a população, participaram 225 pessoas; em 2006, fizemos também inquéritos e reuniões temáticas, em que convidámos os Vereadores da Câmara Municipal, por áreas, a virem à freguesia debater o resultado. Aí, tivemos cerca de 180 pessoas a participar e responderam cerca de 250 pessoas ao inquérito.

Vou começar pelos limites, aquilo que acho que são alguns dos limites, que posso dividir em três subgrupos: ao nível do indivíduo, ao nível do próprio processo e ao nível das competências e dos meios.

Ao nível dos indivíduos, obviamente, estamos a falar de uma sociedade que, como aqui já foi dito, é cada vez mais individualista, e este é efectivamente um factor de constrangimento ao desenvolvimento deste processo. Por outro lado, estamos a falar de uma Freguesia que está em permanente crescimento, ao contrário do resto da cidade, que perde população. É necessário, em primeiro lugar, promover o envolvimento da população na sua própria comunidade, dado que temos um défice de cultura de participação democrática. Este tem sido um dos limites.

Outro, ao nível do próprio processo. Só temos dois anos, é pouco tempo para uma verdadeira cultura de participação neste processo. As pessoas também estão descrentes na política, nos políticos, e acham que o OP é mais uma manobra. Portanto, há que ganhar a confiança e dizer que é um processo genuíno, verdadeiro, e que assenta na responsabilidade, olhos nos olhos, os eleitos com os

eleitores. Não podemos de forma alguma – e temos que provar isso – defraudar as expectativas que as pessoas criam em nós. Só para vos dar uma ideia, convidámos alguns Vereadores e houve Vereadores que disseram: «Nós não vamos à Freguesia, porque não queremos criar expectativas junto das pessoas».

Por último, ao nível das competências e dos meios. Recordo-vos que estou a falar de uma experiência que é vivida por uma Junta de Freguesia. Infelizmente, as Juntas de Freguesia têm meios e competências muito limitados, sem grande possibilidade de realizar investimentos, e grande parte dos projectos e acções que são solicitados pela população, no âmbito deste processo, são competências de uma Câmara Municipal ou, muitas vezes, da Administração Central. Mais difícil ainda, é quando uma Junta de Freguesia é de uma cor política diferente da Câmara Municipal, e mais difícil ainda quando estamos a falar da Câmara Municipal de Lisboa, no estado em que ela está.

Por outro lado, para lançarmos estas dinâmicas, temos ainda outros obstáculos, como a carência de meios humanos que uma Junta de Freguesia tem para pôr de pé todo este processo.

Mas eu assinalo – frisando que estamos a falar deste triângulo e não apenas do Orçamento Participativo – há aqui potencialidades ao nível do controlo da actividade da Autarquia, do diagnóstico, da rentabilização de recursos, da formação e educação, da participação democrática e do compromisso com as pessoas.

Ao nível do controlo sobre a actividade da Autarquia, já vimos aqui, várias vezes, que este tipo de processo promove um maior controlo por parte das pessoas. Se não houvesse este trabalho do Orçamento Participativo de 2007, a decisão ia recair apenas em cinco pessoas, os cinco membros do Executivo. Com este processo, conseguimos multiplicar por cem, porque foram quase quinhentas as pessoas que tiveram oportunidade de dar a sua opinião sobre o que consideravam prioridades para a Freguesia.

Ao nível do diagnóstico, com este processo é possível estarmos, permanentemente, em contacto com a realidade e percebermos se, realmente, estamos a fazer aquilo que é prioritário para a população, e aqui temos uma grande vantagem. Deste modo, as prioridades são, permanentemente, actualizadas, podemos aferir a todo o momento quais são essas prioridades.

Ao nível da rentabilização de recursos, e sobretudo nas grandes cidades. Basta pensar que, às vezes, para trabalhar uma família estão não sei quantas entidades ao mesmo tempo – parece que estamos de costas voltadas. Desta forma, há uma rentabilização de recursos.

O mais importante e mais interessante, para mim, é ao nível da formação e da educação. Este é, sobretudo, um processo educativo, que permite partir de situações muito particulares, muito locais. O início das discussões, das reuniões, começa exactamente por questões muito pequenas, micro: é o problema da casa, da rua, do buraco à porta de casa. Com o desenrolar de todo este processo, com o desenrolar da discussão, as pessoas passam a ter uma visão mais abrangente da sua Freguesia, para além do seu bairro, para além da sua rua, começam a perceber que este trabalho político também é um processo de aprendizagem, onde se tem de criar consensos, definir prioridades: quando ouço

os outros, dou-me conta que, se calhar, a minha prioridade não é a prioridade do colectivo.

Ao nível da participação democrática temos vindo a verificar – temos dados muito concretos – o aumento do nível de participação democrática das pessoas nos actos eleitorais. Nós diminuámos, drasticamente, a abstenção, ao ponto de, nos últimos actos eleitorais, a Freguesia estar entre as três primeiras, em cinquenta e três da cidade de Lisboa, com mais baixa taxa de abstenção e maior participação das pessoas nos actos eleitorais. E isto são números que estamos a estudar e, comparando com cinco, seis, sete, oito anos atrás, conseguimos observar essa tendência.

As pessoas também estão mais esclarecidas. No último acto eleitoral para as Autarquias, mais de metade dos eleitores soube fazer muito bem a distinção das três instâncias no boletim de voto. Não conheço nenhum boletim informativo, nem de Câmara, nem de Junta de Freguesia, que ponha a cara de todos os cabeças de lista, de todas as listas correntes, antes do acto eleitoral. Nós fizemo-lo, e portanto as pessoas foram esclarecidas.

Para terminar, dizer que este trabalho comunitário também traz pessoas. Ouvi aqui referir experiências com alguma dificuldade em trazer jovens para a política. Ora, eu sou fruto deste trabalho, sou militante do partido apenas há dois anos mas administro há dez anos. O Tesoureiro da Junta de Freguesia de Carnide é o mais jovem Autarca do país: tivemos que esperar pelo último dia da apresentação de candidatura para ele fazer dezoito anos. A Secretária também é jovem e não é militante de nenhuma força política. Portanto, todos nós começámos neste trabalho comunitário.

Ao nível do compromisso das pessoas, começamos a sentir que as pessoas não apresentam apenas problemas, sentem-se, também elas, parte da resolução do problema e propõem soluções e disponibilizam-se. Grande parte das pessoas começa a disponibilizar-se para ajudar a resolver os problemas.

Não posso mesmo deixar de dizer, como de manhã foi dito, que este tem de ser um processo permanentemente alimentado e comungado por muita gente. E a prova de que acreditamos nessa forma de trabalhar é que eu não vim sozinho, vieram também quatro técnicos da Junta de Freguesia, que, a par dos eleitos, são uma peça chave de todo este processo.

Apesar de todos os constrangimentos e de todas as dificuldades, acho que é um caminho a seguir e, mais importante do que aquilo que vos disse, acho que é o debate, e eu estou e continuo muito interessado neste debate. Muito obrigado.

Teresa Cunha (Moderadora)

Muito obrigado, Paulo Quaresma. Vamos, agora, ouvir o João Paulo Trindade da Câmara Municipal de Alvito.

João Paulo Trindade (Presidente da Câmara Municipal de Alvito)

Muito boa tarde Senhor Presidente da Câmara de São Brás de Alportel, caros colegas de mesa, caros colegas Autarcas, minhas

senhoras e meus senhores. É um prazer estar aqui hoje. Agradeço o convite e felicito a organização pela excelente iniciativa que entendeu promover e a que hoje aqui assistimos.

Vou tentar, de uma forma mais ou menos rápida, fornecer algumas notas sobre aquilo a que chamei a participação na gestão participada. Obviamente que as notas que aqui vou deixar têm como referencia a nossa experiência em Alvito, como não pode deixar de ser, mas não vou aqui fazer uma descrição exaustiva dos procedimentos, nem das acções que realizámos neste âmbito. Vou tentar destacar e realçar alguns aspectos que me parecem importantes e que poderão ser aproveitados ou aplicados a outras realidades. Faço aqui uma brevíssima caracterização do nosso Município, só para contextualizar e para poderem perceber algumas das indicações que a seguir farei.

Dizer que é um concelho pequeno, por ventura dos mais pequenos do país – não chega bem aos três mil residentes, distribuídos por duas freguesias, por duas localidades. É um concelho do interior, envelhecido, com uma larga fatia da população idosa, com um tecido empresarial débil, enfim, de algum modo, é a caracterização que se pode fazer.

Um orçamento total de, aproximadamente, 4,5 milhões de Euros. Tem uma particularidade, o actual Executivo da Câmara Municipal resulta de um movimento independente. Destaco esta particularidade por me parecer importante no contexto daquilo que hoje estivemos aqui a abordar. Em resposta àquilo que aqui foi lançado de manhã – a motivação para se avançar para estes processos em cada um dos Municípios – eu diria que a motivação, no caso de Alvito, para além de ser um aspecto que está subjacente, de ser uma convicção de que é um caminho a prosseguirmos e de reconhecermos um conjunto de outros aspectos positivos nesta abordagem, resulta também de o Executivo sair de um movimento independente.

Nós não centramos este processo no orçamento, o orçamento é um meio, que pode depois obter o contributo de um conjunto de acções, de um conjunto de interacções que vão decorrendo. O essencial não é distribuímos uma determinada percentagem, um determinado valor disponível, para este ou para aquele projecto. Esse não tem sido, pelo menos até agora, o alvo da nossa actuação ao nível da gestão participada.

Tem sido um processo mais abrangente, de maior discussão, de maior interacção, como eu já disse, e que resulta, exactamente, da criação do próprio movimento independente. O movimento independente surgiu nas ultimas eleições autárquicas, a partir de um conjunto de municípios que, inicialmente de forma pouco estruturada, quase que à mesa de café, foram trocando experiências, fazendo contactos, discutindo o que era a vida do concelho, a actuação da Autarquia, e por aí fora. Até que, em dado momento se entendeu, ou alguém questionou: “porque não formalizar, porque não concretizar este movimento informal que está aqui a surgir, para que possa, até, ser sujeito ao veredicto da população nas próximas eleições autarquias?”

Portanto, foi um movimento natural que enquadrou um conjunto de pessoas das mais diversas proveniências políticas, partidárias, ideológicas, religiosas. Posso assegurar-vos que não houve capacidade de regular este movimento como sendo disto ou

daquilo, o que, desde logo, revela que havia ali uma diversidade de pessoas que queriam contribuir, dar a sua colaboração na gestão do Município, e não ficar por aquilo que muitas vezes acontece, particularmente em centros como os nossos, com muito pouca população, uma grande proximidade, um grande conhecimento, em que a crítica de café assume um grande peso na gestão, até das próprias Autarquias.

Eu diria que a motivação para darmos sequência a este modelo de gestão participada tem muito a ver com este processo, que se iniciou ainda antes de assumirmos funções na Câmara Municipal. Foi quase de forma natural que reconhecemos que teríamos de prosseguir este caminho da gestão participada, que, de algum modo, tinha sido a origem deste movimento independente. Avançámos então, não de uma forma já perfeitamente organizada – ainda haverá aqui muito trabalho a fazer – mas tentámos estruturar um conjunto de acções e de actuação ao nível da gestão participada.

De forma mais objectiva, o processo iniciou-se em Janeiro de 2006. Optámos, na fase de implementação inicial, por ter a assessoria de uma empresa local, que participou connosco neste processo. Este modelo tem essencialmente três eixos: mobilizar para a participação, recolher e tratar os resultados da participação e, finalmente, integrar os resultados no governo do concelho.

Houve depois necessidade de operacionalizar este modelo, definir algumas estratégias. Começando pela estratégia de comunicação. Como aqui tem sido repetido várias vezes, a informação e a comunicação são extremamente importantes neste tipo de processo, são uma mais valia quanto a nós, os próprios eleitos a isso se obrigar num processo desta natureza.

Distinguimos aqui a comunicação para o interior da comunidade e para o exterior, já que são públicos alvos diferentes. Quando falo do interior, refiro, por um lado, o próprio interior da Câmara, funcionários, técnicos, e por outro, o interior em termos de comunidade local. O exterior, refere-se à comunidade regional e mesmo nacional.

Também promovemos seminários e reuniões abertas com um objectivo pedagógico, que me parece importante realçar: estas reuniões e estes seminários, abertos à população, permitem falar e ouvir, e essencialmente explicar.

Eu acho que é importante explicar, particularmente no nosso meio. Nós temos uma grande heterogeneidade de públicos, temos uma larga fatia de população analfabeta, que não sabe ler nem escrever. Ora, naturalmente, as estratégias para chegar a estas pessoas têm que ser cuidadas, tem que haver uma tentativa de explicar, de utilizar uma linguagem que essas pessoas percebam. Se avançamos para estes processos com palavras mais ou menos técnicos, se falarmos das despesas de capital e das despesas correntes, há muitas pessoas que ficam automaticamente perdidas e excluídas da discussão, e, para que se discuta, é essencial que as pessoas estejam informadas, que tenham conhecimento sobre aquilo que está em cima da mesa. Se assim não for, a discussão não valerá nada e não nos conduzirá a lado nenhum, a não ser para o folclore – perdoem-me a expressão.

A produção de conteúdos informativos, as visitas a obras e locais de interesse no Município, também têm constituído tentativas

realizadas nesta perspectiva de mobilizar e de mostrar, nos próprios locais, aquilo que se pode e não se pode, e o que se vai fazendo. Criámos uma linha gráfica para identificar todos os materiais produzidos no âmbito deste processo de gestão participativa. Escolhemos o slogan «Isto também é comigo», para transmitir a ideia de que tudo isto tem a ver com todos. Definimos uma mensagem baseada em ideias fortes, com quatro palavras ou conceitos: compromisso, participação, partilha e sustentabilidade.

Tentámos sempre que esta imagem fosse associada aos conteúdos, aos textos, para se perceber que se trata, efectivamente, de um processo, de uma tentativa de qualquer coisa diferente. O modelo ainda prevê, em termos de recolha de resultados relativos à participação, a constituição de um Conselho Municipal de Reflexão e Cidadania. Este conselho terá uma intervenção regular, mas, por enquanto, a nível consultivo.

A constituição de um painel de opinião municipal, que possa ser usado para a aplicação de questionários com alguma frequência. Será uma amostra previamente definida, que nos dará indicações sobre as variações significativas ao longo deste processo. Numa tentativa de apreciação deste primeiro ano de implementação, podemos dizer que ainda há muito caminho a percorrer.

Não é um processo fácil sob o ponto de vista de afectação de recursos, como de manhã também já foi realçado. É exigente, talvez seja por isso que alguns acabam por desistir ou não avançar. Há, também, a questão da resistência à mudança e o imobilismo que se sente nestes processos, a questão da representatividade e da heterogeneidade. É um aspecto a ter em consideração, temos que tentar que estes processos cheguem à generalidade do público.

A questão final que eu aqui destacava, dado que o tempo se está a esgotar, é o risco de defraudar a expectativa e confiança das comunidades. Acho que é um aspecto importante, criam-se efectivamente níveis elevados de expectativa e de confiança, que, caso venham a ser defraudados, fazem com que, para reiniciar um processo desta natureza, se leve muito mais tempo e seja muito mais difícil.

Alguns pontos fortes e oportunidades. Principalmente, a motivação do Executivo para este tipo de gestão, os bons níveis de participação até agora, o tal sentimento generalizado de expectativa e sensibilização, que achamos importante capitalizar nesta fase, não perdendo esta oportunidade. Este processo pode propiciar uma abordagem diferente na gestão municipal a outros níveis, e não só no aspecto do orçamento.

Finalmente, acho que este aumento de conhecimento, este aumento de participação, melhora, naturalmente, o processo de tomada de decisão, o que faz com que não tenhamos dúvidas em afirmar que nos mantemos motivados e fortemente empenhados em prosseguir e aprofundar este processo no Município de Alvaro. Muito obrigado.

Teresa Cunha (Moderadora)

Vamos ouvir a última intervenção desta primeira fase da nossa conversa. Paulo Machado, se faz favor.

Paulo Machado (Vereador da Educação da Câmara Municipal de Alcochete)

Muito boa tarde a todos. Paulo Machado, Câmara de Alcochete, Município da margem sul do rio Tejo, do estuário do Tejo. O primeiro Município do grande estuário da zona protegida. Município ribeirinho de quinze mil habitantes e com um orçamento de dezassete milhões de euros.

Posso vos dizer que, em termos de discussão com as populações, discutíamos cerca de cinco milhões de euros para investimento, mais ou menos coisa.

Quero começar por agradecer, naturalmente, ao senhor Presidente da Câmara de São Brás de Alportel a excelente recepção, a excelente ideia, aos seus técnicos, com quem articulámos. E também agradecer, naturalmente – porque está aqui à minha frente – à Senhora Presidente da Câmara de Palmela, o estímulo que nos deu, o apoio para que a Câmara de Alcochete pudesse desenvolver este processo.

Vou falar-vos desta experiência de Alcochete, que é uma experiência recente, começou este ano. Estamos, pela primeira vez, a experimentar estas coisas, e portanto não tivemos muito tempo para uma reflexão. Aliás, o convite foi sobre o momento e agradecemos essa possibilidade.

A primeira pergunta que se coloca é porquê? Basicamente, três grandes ideias. Este Executivo Municipal entendeu que se tratava de uma ideia fundamental e estratégica da sua intervenção política. Está plasmada no nosso compromisso eleitoral e, portanto, temos de o cumprir.

Segundo, porque entendemos que, de facto, é fundamental pensar em novos modelos de governança, que façam com que os cidadãos se apropriem daquilo que são os grandes desafios para a gestão municipal. E este modelo de governança passa, naturalmente, por mostrar um conjunto de situações em que são eles quem decide.

No fundo, tem a ver com esta lógica da transparência e mecanismos de prestação de contas, de forma efectiva, junto das populações. Obviamente, este Executivo Municipal partilha uma ideia de progressivo aprofundamento destas lógicas da democracia participada. Bom, entendi que devia explicar-vos como é que isto correu em Alcochete.

Foi em 2006, com o orçamento para 2007. Basicamente, ocorreu em quatro fases.

Com grandes intervenções supra-municipais, que permitiram, a partir de Setembro, a definição de um conjunto de intervenções e projectos de investimentos para 2007, e a respectiva estimativa de custos. Aqui sentimos o primeiro choque brutal: precisávamos de dois orçamentos, um pouquinho mais, para lá, próximo dos quarenta milhões. O orçamento de Palmela dava jeito, para resolvermos o nosso problema em Alcochete.

Apesar do esforço feito nos últimos anos, o facto de ser um concelho atraente faz com que, neste momento, esteja a rebentar pelas costuras. Não temos escolas, não temos

equipamentos de saúde. Vamos construir um, já a fazer um favor ao governo, e, portanto, esperemos que o Senhor Ministro da Saúde nos dê o benefício de manter lá algum serviço de atendimento permanente, pelo menos, já que as urgências nem somos capazes de pedir.

Temos défice de outros equipamentos sociais para a primeira infância – creche, berçários – um problema terrível com os idosos, só há dois lares, um da Santa Casa da Misericórdia e um privado. Estão a ser construídos novos, mas a preços altíssimos, o que impede que muitos dos nossos cidadãos mais idosos, altamente vulneráveis e fragilizados, possam recorrer a eles. O isolamento dos idosos, por um lado, e as amas em apartamentos esconsos, por outro, constituem um universo que requer uma intervenção muito séria da nossa parte.

Na terceira fase, que foi no mês de Novembro, fizemos reuniões sistematizadas, a que chamámos Fóruns de Freguesia, o que permitiu priorizar um conjunto de intervenções, que apresentámos às populações e definiram como iríamos realizar o orçamento. Do mais importante para o menos importante. Listas com dez e não mais, para ser mais fácil determinar o que era mais ou menos importante.

A quarta fase, Novembro e Dezembro de 2006, correspondeu à produção do relatório do OP e à inclusão das medidas no orçamento da Câmara Municipal, nas Grandes Opções do Plano, no plano de pormenor de investimentos para 2007.

Como é que isto se desenvolveu, tendo em conta os níveis territoriais onde intervimos? É um concelho com três Freguesias apenas, não muito disperso. Um seria a nível de Freguesia, através da optimização de uma prática que este Executivo estabeleceu logo no início do seu mandato: as sessões de Câmara, realizadas quinzenalmente com todos os Vereadores, ocorrem em sistema de rotatividade nas várias Freguesias, nos vários locais, junto da população.

Uma visita à Freguesia, com todos os Vereadores e a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Identificámos problemas, conversámos com a população, da parte da manhã, realizámos um período de atendimento, da parte da tarde, e depois a reunião de sessão de Câmara.

O período de atendimento é entre as 4 e as 7 e meia da tarde, de modo a permitir, a quem vem do trabalho, conversar com o Presidente da Câmara, o Senhor Vereador e o Senhor Presidente de Junta, em conjunto, sobre problemas comuns. E depois, a sessão de Câmara é às 9 e meia da noite e pode prolongar-se até à uma da madrugada, quando a conversa se torna muito interessante, sobretudo no período de intervenção do público. Temos casa cheia. Digamos que tem sido um sucesso.

Além deste nível de intervenção, temos os Fóruns de Freguesia, o local onde a população, os cidadãos todos, sem excepção, podem pronunciar-se sobre as opções, não só pronunciar-se como votá-las, dizer: «Esta é mais importante, esta não é importante». Os Fóruns de Freguesia contam com uma Mesa de Coordenação.

Eu queria realçar esta Mesa de Coordenação porque é importante. É constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo

Presidente da Junta de Freguesia local, pelo Presidente da Câmara e por dois cidadãos eleitos pela assembleia, são cinco. Esta Mesa de Coordenação preside aos fóruns e valida todos os documentos que lhe chegam, quer propostas de discussão, quer novas propostas para votação. Valida e garante que toda aquela informação não é manipulada, por uma questão de transparência. Depois, reúne no final, elabora o relatório da sessão e apresenta os resultados.

Existe também uma Comissão de Acompanhamento. O que é a comissão? Juntamos os três Fóruns de Freguesia e as três Mesas de Coordenação constituem a Comissão de Acompanhamento, com a presença de seis cidadãos que vão, com o Executivo Municipal e com as Juntas de Freguesia, acompanhar a execução do conjunto de propostas consideradas como as mais importantes para o Município, ao longo do ano de 2007. E há um grupo técnico de apoio, constituído por técnicos da Câmara Municipal, que vai apoiando e dando toda a informação a este processo.

Pontos fortes? A percepção pública, tendo por base esta lógica de democracia participativa, é a de que os cidadãos podem discutir, propor, influenciar o desenho das opções municipais. Isto é, a natureza consultiva ou mais vinculativa do OP depende da capacidade da própria Comissão de Coordenação e de Acompanhamento do OP, da Câmara Municipal, de consensualizar e de passar para fora a ideia de que as expectativas dos cidadãos podem, de facto, ser atendidas.

Um outro aspecto que nos pareceu muito importante é que isto permite aos cidadãos ter um olhar e um entendimento distinto sobre a definição de prioridades. O bolo é este, as opções são múltiplas, como fazer? Dá um novo entendimento da complexidade da gestão e permite que as pessoas percebam os limites da própria intervenção, que entendam a distância que vai da administração local à administração central, e à supra nacional. Por exemplo, o facto de nós não termos acesso a programas de financiamento por estarmos na Área Metropolitana de Lisboa: somos ricos e, quando se é rico como nós em Alcochete, não podemos sequer chorar para mais candidaturas ou apoios.

Permite também, perceber a complexidade na tomada de decisão. Uma tomada de decisão é ética, obriga a deixar cair coisas e a tomar outras como mais importantes. A decisão faz-nos profundamente humanos, e os políticos são, antes de mais, pessoas e têm grandes problemas nesta matéria. Eu gosto imenso de partilhar estes problemas éticos com os outros, é muito bom, sentimo-nos acompanhados nas nossas lamentações também.

Por último, favorece uma visão sistémica: quando se intervém no espaço A, isso influi no espaço B, e não há nada que seja isento. Portanto, quando eu apoio o local A, provavelmente, alguma coisa fica para trás no local B. Ora, tudo isto tem de ser muito bem pensado.

No limite, são os constrangimentos, os conflitos de legitimidade. 2,5% da população participou no OP e decide. Como é isso? Até onde é que estes cidadãos que estiveram nestas mesas, nestes fóruns, têm capacidade para influenciar um orçamento geral de 15 mil habitantes? “Então, vocês não foram votados? Não foram eleitos? E agora vão pedir a 2,5% que mandem mais que os

restantes, que não podem participar por qualquer razão?” É uma discussão que fazemos seriamente.

A questão dos valores e dos princípios – valores no sentido do valor moral, do que está bem, do que está mal – a discussão sobre se as grandes preocupações transversais, da educação, da saúde, são mais importantes que o problema da rua, que é perfeitamente contextual. Como é que se discute isto? Onde é que isto se coloca na discussão com as pessoas? Ainda há algum défice de cultura de participação. “Resolvam o problema vocês próprios!” Portanto, existe alguma desconfiança em relação a esta disponibilidade dos eleitos para negociarem directamente.

A representatividade das minorias. Continuamos a achar que os mais fracos não estão lá, estão os que são mais capazes de argumentar, estão os que estão mais informados, os que têm mais meios. As mulheres e, sobretudo no nosso caso, os mais idosos não têm hipótese. Os novos moradores e residentes, sobretudo de outras latitudes, também não os conseguimos encontrar ainda. Há, portanto, necessidade de colocar cá outras faixas da população, há que tentar.

É o conflito da democracia participativa versus democracia representativa. A nossa ideia é que a democracia participativa melhora a representativa, aperfeiçoa-a. Mas isso não é claro para todos. Tivemos muitas resistências. “Para que é isto? Vocês foram sufragados! Houve um problema eleitoral. Porque é que se dão ao trabalho de voltar a ter conflito?” Porque isto da autonomia é muito bom, mas promove o conflito, promove a discussão. Para quê este trabalho todo? Como dizia a senhora Presidente da Câmara de Palmela: “Para quê ter tanto trabalho?”

A complexidade dos processos de orçamentação municipal – o POCAL – é tramada. Como transformar aquilo numa coisa que qualquer um percebe? Como transpor aquilo para linguagem de gente? A dificuldade de pensar estrategicamente, passar do pequeno, do local para o global. Como é que se faz este salto, quando o problema é o meu passeio, o meu umbigo? É uma dificuldade enorme, que exige mais reflexão.

Uma outra questão deu enorme discussão. Depois de todas as reuniões, a decisão sobre o que deve ser discutido publicamente e o que não é sequer discutido, porque consideramos que vai para além da possibilidade de discussão. Até onde vai o âmbito do Orçamento Participativo? Engloba o investimento? Os projectos de natureza de intervenção social? O dinheiro para as colectividades? Vamos discutir quanto é que damos a cada uma?

Vamos aceitar a guerra ou não vamos aceitar a guerra? E o bairrismo começa. Tudo isto é uma situação de grande complexidade. É o conflito que pode haver entre um programa eleitoral, aquilo que nós pensamos, e aquilo que agora vamos ser obrigados a fazer.

Bem, nós pensámos nisto previamente. Posso dizer-vos que não nos comprometemos muito no programa eleitoral: não encontram lá grande hipótese de procurar aquilo que nós nunca dissemos. Temos de pensar uma outra lógica, em que, de facto, seja possível imaginar compromissos com as populações.

Aprofundar os mecanismos de participação constitui um grande desafio. Pensar na forma de descomplexificar os processos de orçamentação, tornar claro o orçamento, para permitir às pessoas apropriarem-se dele, como se fosse o seu orçamento, apostar na divulgação e na mobilização. Problemas de que já falámos aqui: a informação, a necessidade de definir regras e clarificar critérios para a valorização das intenções de intervenção. É mais importante uma escola, é mais importante uma obra pública, uma estrada? Como é que se pesa isto? E, naturalmente, a eficiência dos processos de comunicação.

Estes são, em nosso entender, os grandes desafios e é por isso que, em Alcochete, já estamos a preparar o orçamento de 2008, cuja apresentação pública será no final deste mês. Muito obrigado por me ouvirem.

Teresa Cunha (Moderadora)

Muito obrigada a todos. Eu queria congratular-me porque os meus companheiros de mesa foram excepcionais, não só por aquilo que disseram, mas pela forma como o disseram. E, efectivamente, foram muito eficazes na gestão do tempo. Portanto, quem diz que os Autarcas não sabem falar no tempo certo enganou-se, ou então precisa de uma mulher, como eu, para os ajudar.

Eu queria dar a palavra à assembleia mas, antes, concluir estas excelentes quatro apresentações que, do meu ponto de vista, ilustraram e aprofundaram o debate feito de manhã, trazendo um conjunto de questões, agora devolvidas, à assembleia, para que possamos continuar a discutir.

Só lembrar algumas. A questão das tentativas de manipulação popular presente nestes processos pode ser um perigo à espreita. Foi uma coisa aqui dita e é importante sabermos lidar com isso. Também achei muito interessante quando se disse que as pessoas mais velhas e mais ruralizadas quase já não têm exigências. Isto deve fazer-nos pensar na cultura política que temos em Portugal e, também, nas expectativas que as pessoas colocam no governo dos seus territórios.

Achei muito interessante toda esta questão sobre o que é um processo consultivo e até onde vai a esfera pública da governação. Isto foi dito por quase todos. Esta grande questão sobre o que é a coisa pública, o que é matéria pública. Não é apenas uma questão de valores e de ética política, também é uma questão política.

Também achei muito interessante o falar-se de novas realidades como, por exemplo, o desenraizamento de populações, que faz com que a sua adesão a processos locais seja muito mais complexa. Podem ser os novos-ricos que vão viver para Alcochete ou os trabalhadores que vão viver para Carnide.

Enfim, todas estas novas migração, mesmo de outras nacionalidades, que trazem desenraizamentos múltiplos, novas formas de estar. Talvez as pessoas não estejam preparadas para compreender as teocracias locais, mas também são novas perspectivas de participação que se abrem.

Outra coisa que achei interessante, é o OP como processo educativo. Como é que pode ser visto como um processo educativo?

Uma outra questão que me pareceu interessante tem a ver com a independência, ou seja, a despartidarização da política local como o primeiro passo para a participação. Acho que isto nos devia fazer pensar. Porque será que, em Alvito, se considera que a gestão participada tem a ver com a própria natureza independente, do ponto de vista partidário, do Executivo da Câmara?

Gostava, também, de realçar, por último, porque não quero maçar-vos e a palavra é vossa, uma ideia que acho fantástica: aprender a priorizar as urgências. Como é possível? Priorizar as urgências, de facto, é aquilo com que se confrontam os Autarcas, todos os dias, ao nível das Juntas, dos Municípios. No meio de tantos problemas, de constrangimentos de ordem económica, cultural, social e política, necessitam de aprender, juntamente com as populações, uma visão estratégica, sistémica, em que as prioridades e as urgências se misturam, e muitas vezes não é fácil distinguir entre umas e outras.

Agora, gostaria de acolher os vossos comentários ou perguntas. A metodologia que gostaria de vos propor era ouvir três ou quatro, que fossem breves, concisas e objectivas. Se querem que algum dos Senhores Presidentes aqui presentes responda, façam o favor de o mencionar. Depois, passo a palavra à mesa e voltamos a fazer uma nova ronda de questões.

DEBATE

Camilo Mortágua

É só para dar início ao debate, parece que havia uma certa hesitação.

Por aquilo que ouvi, parece-me que ainda existe muita palha neste nosso raciocínio sobre a questão do Orçamento Participado e sobre a participação. Ainda há muita confusão, ainda há muitos conceitos vagos, ainda não temos capacidade para falar das coisas e avaliar o sentido exacto das palavras que utilizamos. Há aqui muitas dúvidas ainda. Isto para mim foi uma das coisas que mais me impressionou, porque diz-se uma coisa num sentido e, logo a seguir, diz-se o contrário, mas tudo dentro da mesma lógica.

Não importa o que as pessoas dizem no processo do Orçamento Participativo, o que importa, na minha opinião, é que o tenham dito, é que tenham tido a oportunidade de dizer e de estar lá. Isso é que é fundamental, em meu entender, independentemente do resto.

Orçamento participativo, eu tenho uma certa resistência, porque o orçamento leva-me a tratar de uma coisa que não tenho muito, embora goste, que é o dinheiro. O orçamento leva-nos para aí, e eu gostava de vos perguntar uma coisa. Um orçamento de quatro milhões num Município onde não há participação vale tanto como um orçamento de quatro milhões num município onde as pessoas são muito empenhadas e participativas? Ou seja, ter uma pessoa muito empenhada no processo quanto é que vale? Quanto é que junta ao orçamento, já se pensou nisto?

Depois, para terminar, penso que todo este processo, todas as questões, os desafios, as dificuldades, tudo isso é uma questão

de educação para o exercício da democracia, de educação para o exercício da cidadania. Isto resume-se tudo à nossa capacidade, cada um de nós, de cooperar em conflito, como costume dizer, de ser capaz de cooperar em conflito de ideias, em conflito de interesses. De maneira que é, quanto a mim, uma questão de educação. Obrigado.

Miguel Barros

Eu queria, naquela perspectiva de confronto referida pelo Camilo, pegar em duas questões chave. Do ponto de vista institucional, político, e sobretudo da minha perspectiva técnica, não me interessa saber que as pessoas participam a partir de uma base de encenação ou de representação, porque o modelo de Orçamento Participativo também é, ele próprio, um desafio à representatividade.

Agora, convém assegurar as condições da participação, saber como é que as pessoas participam, porque participam. Será que têm as informações e todos os recursos que lhes permitam ter uma participação mais eficiente, mais eficaz? E que as instituições representadas ao nível do governo local têm um instrumento eficaz, que vai ao encontro das suas expectativas e lhes assegura, também, a possibilidade, não só de decidir, mas de contribuir para o processo de decisão, para que a decisão seja mais alargada? Isto interessa-me.

Então, deste ponto de vista, acho que podemos assumir que é um processo de educação, que permite, por outro lado, ter a consciência, e a responsabilidade comprometida, de quais são os processos existentes, de como é que eles funcionam, de quem são os actores, tanto do ponto de vista directo como indirecto. E que permite, ainda, que a gestão da coisa pública não seja só institucionalizada, nas instituições representadas e eleitas, mas que vá até aqueles que não têm possibilidade de estar presentes no momento de decisão. Isso para mim interessa do ponto de vista técnico, ter o conhecimento disso, ter também a capacidade de avaliar este tipo de participação. Isto só para dar uma achega.

O que eu queria de facto perceber é como é que os autarcas cá representados têm lidado com a questão da tensão entre a representatividade política e a legitimidade participada, legitimada a partir do processo de Orçamento Participativo. Interessa-me perceber como é que vocês têm reagido a esse desafio entre a representação política e a participação política popular. Quero perceber como é que as Câmaras têm apresentado esta questão aos eleitores, tanto do ponto de vista daqueles que defendem o argumento de que foram eleitos, a decisão está tomada, como também daqueles que dizem não. E, a partir daí, ver se as vossas visões e acções no terreno são sustentadas com base no espírito do próprio Orçamento Participativo ou se são mecanismos que, com outra roupagem, vão legitimar a manipulação política. Obrigado.

Eleonora

Mais uma vez, só para comparar um pouco as experiências. Temos observado, nas experiências brasileiras, que dois factores são muito importantes para que os Orçamentos Participativos tenham um certo êxito. Um deles diz respeito ao projecto político

daquele que governa e, no caso aqui, todos os Autarcas presentes têm a questão da participação como um projecto político.

Mas, uma outra variável que se tem mostrado relevante no sucesso ou insucesso dos Orçamentos Participativos e de outras experiências de participação – porque no Brasil nós temos várias – é a tradição associativa ou a tradição cívica das comunidades. Parece que há uma relação muito forte na extensão, no tempo do OP e nos efeitos dos OP quando há uma tradição associativa forte.

Das experiências apresentadas aqui, me parece que Carnide e Palmela foram as duas que tocaram um pouco nessa tradição associativa dos seus Municípios. Eu gostaria de ouvir de vocês isso, se realmente vocês percebem alterações, ou não, no êxito das experiências em função de terem comunidades com mais tradição associativa e participativa ou menos tradição.

Susana Cabaço

Boa tarde a todos. Chamo-me Susana Cabaço e tenho apenas uma questão, que alarga um pouco o âmbito da discussão que tem estado centrada no nível municipal. Já que o Orçamento Participativo tem um elevado potencial de disseminação e de apropriação por vários órgãos políticos, gostaria de saber qual é, na vossa perspectiva, o potencial de trabalho, em conjunto e em parceria, a nível supra municipal ou regional. Muito obrigada.

Paulo Machado (Vereador da Educação da Câmara Municipal de Alcochete)

Se me permite, e procurando identificar de forma genérica as questões colocadas. Já não está ali o amigo que colocou a primeira questão, que tinha a ver com o problema dos conceitos e da palha. É provável que possa haver muita palha, os conceitos preocupam muito os portugueses, mas a acção é mais interessante nesse sentido. A praxis também tem essa possibilidade. Posso dizer-vos, porque é uma experiência de um ano, que não houve tempo, nem capacidade, para aprendermos tudo. Estamos num processo de continua aprendizagem.

Essa aprendizagem começou com a procura de outras experiências. Disse no início que, no caso concreto de Alcochete, procuramos perceber o que já havia sido feito nesta dimensão do Orçamento Participativo ou Participado ou de gestão participada. Tanto faz. Queremos saber o que têm feito para aproximar as pessoas, os grupos, dos seus centros de interesse, do poder de gestão territorial local. Essa é que era a questão, já não era a da corrupção. É o problema de termos de gerir orçamentos exíguos com problemas vastos. Vamos pôr todos no mesmo barco para isto? Como fazemos? Percebemos que há formas distintas de o fazer.

Também temos associações locais muito fortes, tradição que já vinha enraizada antes do 25 de Abril, mas que se promoveu nos processos de alfabetização e de trabalho com o movimento associativo pós 25 de Abril. Que queremos e continuamos a reportar como fundamentais. E devo ter-vos falado, há pouco, do problema do apoio às colectividades. Portanto, estou seguro que, de facto, o que está em causa é uma cooperação em conflito, cooperar em conflito sobre coisas de maior autonomia.

Uma questão que tem a ver com a manipulação e que me parece importante. Eu poderia ser ingénuo e dizer que não há manipulação. Mas há sempre manipulação, ela ultrapassa-nos, não é? Isso significa que temos de ter outros parceiros connosco, isentos, que nos ajudem a perceber isto. Essa é que é a questão fundamental. Com outras instituições à nossa volta – aliás, não tive oportunidade de dizer – no caso de Alcochete, com a criação de uma Assembleia de Participação que congrega a maioria dos Conselhos Municipais, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Local de Acção Social e por aí adiante.

Ora, estes parceiros exteriores, que estão na nossa órbita, ajudam-nos a perceber, a perceber melhor a intervenção, o que reduz os riscos dessa manipulação.

Outra questão fundamental é como se passa a informação para as pessoas para elas perceberem, de facto, de que estamos a falar quando falamos de orçamento, de intervenção. Não quero fazer aqui intertextualidade, mas o que me parece fundamental é que esta parceria externa nos ajude a ir um pouquinho mais longe e a situar as balizas e os referenciais da nossa intervenção e a mostrar o que for gato escondido com rabo de fora – também acontece.

Outros comentários, também muito rápidos, sobre as questões que foram colocadas. Confusão de conceitos, palha, admito, concordo. Eu próprio reconheço que ainda tenho alguma confusão na minha cabeça relativamente a conceitos que hoje aqui têm sido aflorados. Tenho muitas interrogações, tenho dúvidas, se calhar também é natural que, dado o período de tempo que decorreu desde o início deste processo, os conceitos ainda não estejam totalmente concretizados e que as experiências não sejam ainda suficientes para que se possa tirar uma conclusão mais definitiva.

De qualquer modo, também concordo que a discussão, por si só, já é uma mais valia neste tipo de processos, qualquer que possa ser o resultado final das discussões que se promovem, em torno de variadíssimos temas e assuntos, junto das populações. Eu penso que são sempre uma mais valia, permitem às pessoas aumentar a sua informação, o seu grau de conhecimento sobre aquilo que está em discussão, permitem reduzir a incerteza, o que naturalmente valoriza o próprio processo de tomada de decisão, e nesse aspecto é naturalmente positivo.

A questão da legitimidade e propostas eleitorais. É evidente que, nesta fase, continua a ser uma questão na ordem do dia. Um comentário do género. “Eu não vos dizia? Estão a ver que eles não tinham ideias nenhuma para isto? Agora até precisam de andar aí a perguntar e a ver o que a gente acha porque, enfim, estavam completamente perdidos”. Este tipo de situação surge no terreno e demonstra, efectivamente, que ainda há aqui, de ambas as partes, algum desconhecimento e alguma desconfiança.

Eu julgo que, quando estes processos atingirem outros estados de maturidade e as pessoas reconhecerem e se reconhecerem nas próprias decisões, começam a ter uma atitude diferente. Até pode não ter sido uma decisão de acordo com aquilo que era a minha opinião, aquilo que eu pensava, mas eu até participei, até sei porque é que foi aquela e não foi outra, até sei o que é

que estava em alternativa em cima da mesa, porque é que foi. E portanto, acho que isto é um processo.

Para concluir, também não podemos pretender atingir os resultados que desejaríamos de um dia para o outro. Acho que são aspectos que demoram tempo, que têm que ser levados com alguns avanços e recuos até atingirem a maturidade plena. A partir daí, se calhar, será possível uma abordagem diferente daquela que hoje existe, que é a adaptada face aos contextos que temos.

Paulo Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide)

Quanto às potencialidades deste tipo de parcerias, acho que é uma forma de afinar instrumentos, de reflectirmos, de melhorar conceitos, faz todo o sentido. Até a partilha de experiências, quer entre eleitos, quer entre os próprios técnicos. Alterações ao movimento associativo. Com este trabalho conseguimos criar, ou reactivar, um conjunto de associações de moradores, de associações de pais, em todos as escolas, de associação de reformados.

Em relação à legitimidade, vou pôr esta questão de um ponto de vista muito simples. Somos dez milhões de pessoas, o nosso Presidente da República foi eleito por dois milhões, alguém questiona a sua legitimidade? Vivem vinte e um mil habitantes na minha Freguesia, eu fui eleito por três mil votos, alguém, questiona a minha legitimidade?

Não é por acaso que as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais têm um período, antes da ordem do dia, o período do público. O que nós estamos a fazer é alargar ainda mais este período, a possibilidade das pessoas participarem num processo mais transparente, a possibilidade de envolver ainda mais gente. Onde falta aqui a legitimidade?

Eu percebo o que foi dito em relação a Alcochete, que não tinha um programa. Acho que ainda é mais rico o programa eleitoral desta forma. Posso dizer que nós tínhamos um programa eleitoral com apenas cinco qualidades e não tínhamos qualquer obra, não prometemos nenhuma obra. Agora pergunto: estão ou não aqui incluídos os princípios do Orçamento Participativo? Cinco qualidades, e foi apenas isto que nós colocámos à população: honestidade, transparência, competência, rigor e proximidade. É ou não legitimidade termos um Orçamento Participativo a funcionar, ter esta dinâmica com as pessoas?

São as pessoas que têm a palavra, que podem dizer e podem aprofundar, porque, no dia em que fui eleito, não me tornei um iluminado, não passei a saber tudo. Temos que ter a humildade de continuar e estar junto das pessoas, e perguntar se a nossa prática é ou não a correcta. Aqui está a legitimidade deste processo.

Para terminar, ainda bem que há dúvidas porque, no dia em que deixar de ter dúvidas, deixo de ser Autarca. Ainda bem que há dúvidas sobre este processo, ainda bem que estamos disponíveis para aprofundar esta reflexão porque, no dia em que não tivermos dúvidas, não estaremos aqui a fazer nada. A função política – e nós, os políticos, muitas vezes falhamos nisto – o governar também tem que ser um acto de ousadia, de ir mais além, dar

o passo em frente, não ter receio de experimentar coisas novas. Ora, é isto que nós estamos a fazer. Portanto, a legitimidade está mais do que garantida.

Quanto àquela questão do quanto é que vale ter uma pessoa mais empenhada, acho que, se estas experiências se multiplicassem pelos trezentos e oito Municípios e pelas quatro mil e tal Freguesias que temos, seria muito mais difícil encerrar serviços públicos, como hoje se passa pelo país fora.

Manuel Marreiros (Presidente da Câmara Municipal de Aljezur)

Bem, eu vim aqui a São Brás de Alportel, não tanto para debitar a nossa experiência, mas, acima de tudo, para conhecer as experiências de outros Municípios e de outras Freguesias. Não me incomoda se há aqui uma confusão de conceitos ou se não se sabe muito bem como é que estas coisas são.

Em primeiro lugar, eu não vim aqui tentar encontrar uma matriz: a partir de agora o orçamento vai ser assim. Entendo que isso seria um mau caminho, porque os Municípios têm realidades diferentes. Temos o caso aqui de uma Freguesia que tem cinco ou quatro vezes mais eleitores ou residentes do que o Município de Aljezur. Temos Municípios com realidades completamente diferentes, onde as abordagens têm de ser diferentes e onde os conceitos também têm de ser diferentes. Portanto, não acho que haja necessidade de definir conceitos para aplicar num outro universo que não é igual, que é muito heterogéneo.

Quanto à questão de legitimidade, acho que existe legitimidade dos dois lados, existe legitimidade dos Autarcas eleitos enquanto representantes das populações e com obrigação de dar cumprimento às suas expectativas, que em muitos casos correspondem àquilo que, no período eleitoral, se transmitiu às pessoas. Mas também existe a legitimidade de cumprir aquilo que se apresentaram como os objectivos da sua governação. E, no caso de Aljezur, um deles foi exactamente este.

Um dos objectivos era tornar mais participada a gestão municipal e fazer com que as pessoas se aproximassem mais da gestão municipal. Portanto, a legitimidade das pessoas para questionar, interrogar, participar. Participação essa que, como aqui já se viu, também não é muito satisfatória. Ou seja, se em Aljezur, nestas reuniões que fizemos, participaram cerca de trezentas pessoas, nem chega a dez por cento da população. Mas aqui estamos a falar da tal questão da diversidade, estamos a falar de um universo pequeno, onde chegámos mais facilmente junto das pessoas, e todo este trabalho foi feito, também, com a colaboração das Juntas de Freguesia, de forma a poder captar mais o interesse das pessoas.

A questão que foi colocada relativamente ao supra municipal e regional, bem, isso é um outro nível, penso eu. Este tipo de discussão participada ou de orçamento participado ou de gestão participada faria sentido num processo mais alargado à região, supra municipal, mas isso exigiria uma realidade administrativa diferente daquela que nós temos, ou seja, uma região administrativa. Aí, penso que sim.

Mas é óbvio que a nível municipal é possível fazer na mesma. Os

Municípios têm dado alguns exemplos nessa matéria, de também eles decidirem algumas questões que acham mais prioritárias ao nível da Associação de Municípios, da grande Área Metropolitana do Algarve. Em alguns casos também os Municípios entendem priorizar o que eles pensam ser prioritário para o Algarve.

A experiência que mais próxima está de Aljezur, relativamente a essa matéria, tem a ver com a Associação de Municípios “Terras do Infante”, onde já desenvolvemos projectos. Quando falo de projectos, não me refiro, apenas, a projectos imateriais, estou a falar de projectos físicos que, por decisão da associação, e naturalmente com o acordo dos Municípios, dizem respeito ao universo dos três Municípios. Falo num caso concreto, o mais importante de todos e já com vários anos, o projecto de defesa da floresta contra incêndios. É um trabalho que estamos a executar através das “Terras do Infante”, com fundos comunitários, em que a obra se desenvolve nos três Municípios.

Ainda uma questão que foi colocada relativamente à participação dos cidadãos através de estruturas já organizadas, através do associativismo. Também aqui, não se pode agir de igual forma em todos os Municípios. O Município de Aljezur tem uma tradição muito rural, embora nos últimos anos se tenha transformado muito – as actividades mais importantes são cada vez mais os serviços, embora a agricultura ainda tenha um peso importante. Se pensarmos que, durante cinquenta anos, o processo associativo foi sempre muito vigiado e que só a partir de 1974 é que as associações começaram a assumir papéis mais interventivos na sociedade. O movimento associativo limitava-se ao clube recreativo para fazer os bailes e pouco mais. Era impensável, nessa altura, haver uma associação de agricultores ou uma associação de pescadores ou uma associação de comerciantes. Isso seria organização a mais, reuniões a mais, porque, quando duas pessoas se juntavam, já era quase considerado uma manifestação.

Por isso, em Aljezur, o movimento associativo nasce, praticamente, após o 25 de Abril de 1974, e a esmagadora maioria de associações – nós próprios temos estimulado a criação dessas associações – têm pouco mais que uma dezena de anos. Portanto, é um processo difícil. Mas neste processo de gestão participativa – não o referi há pouco – a proximidade com as colectividades e com as associações locais, através de encontros e reuniões, é uma prática do nosso dia a dia.

Teresa Cunha (Moderadora)

Muito obrigada, ainda gostaria de ter mais alguns minutos para recolher mais comentários ou perguntas.

Vanessa de Sousa

Em primeiro lugar, gostava de fazer um comentário em relação àquilo que foi dito, há pouco, da palha. Não acho que tenha havido aqui qualquer palha, foi bastante evidente que há uma procura de interpretação daquilo que são as práticas. Penso que foi bastante interessante e enriquecedor, principalmente para as pessoas que não conhecem muito este processo.

Acho que, pela sua própria dimensão experimental, é difícil dominar conceitos, porque cada um está a experimentar o seu

conceito de Orçamento Participativo e, se calhar, temos aqui um grande desafio para construir uma teoria da prática dos Orçamentos Participativos. Há aqui uma experiência bastante enriquecedora.

Ouvi falar um pouco daquele problema de gerir as expectativas e há uma provocação que gostaria de fazer. O OP parece-me ultrapassar aquilo que é o típico numa gestão autárquica, muito centrada na lógica de projecto, quando o OP tem uma lógica de processo. O que é que acontece se o Executivo mudar? Como é possível criar instrumentos para que não se defraudem as expectativas face à mudança de um Executivo? Penso que, aí, pode residir o cerne da questão, pelo menos eu vejo isso enquanto cidadã, que posso participar e que, de um momento para o outro, só porque muda o Executivo, deixamos de ter uma dinâmica, perde-se o processo, precisamente. Era essa a questão que eu tinha.

Teresa Cunha (Moderadora)

Eu gostaria de avançar, também, não com uma provocação, mas com um pequena alerta. Achei muito interessante que, ao passar os slides, o senhor Vereador da Câmara de Alcochete tenha feito questão, a certa altura, de dizer quem trabalhou ou fez o quê. Fez questão de escrever cidadãos e entre parêntesis (as), o que significa que há cidadãs, para além de cidadãos. Como mulher senti-me muito bem, com excepção do parêntesis, claro! É que gostaria que não estivéssemos entre parênteses, mas pronto. Tinha-me esquecido de lhe dizer isto e não queria deixar passar.

E queria, também, reforçar a ideia de que a ampliação da diversidade da base social de participação nos processos, de orçamentação ou de planificação estratégica, pareceu ser uma das questões centrais e cruciais. Ou seja, sabemos que há dificuldades, de natureza variada, de as pessoas sentirem que isto é comigo, como diz o slogan de Alvito, e que a ampliação da diversidade é uma das chaves para a resolução do problema.

Também me parece que foi muito interessante, uma ideia não muito debatida nesta segunda parte, mas que permanece: qual é a diferença entre desburocratizar e saber explicar? Ou seja, um dos mecanismos políticos para a simplificação dos processos foi a burocracia, tentar desmembrar os procedimentos para que possam ser acessíveis.

Sabemos hoje que a burocracia, ao tornar simples, também torna inacessível a tomada de decisões ou a participação na tomada de decisões, e esta foi uma das questões levantadas aqui: em que se distingue a simplicidade ou a simplificação, o saber explicar, a necessidade de explicar e de ser explicado e a questão da burocracia?

Depois, como é que se pode integrar, num mesmo discurso, a ousadia e a humildade. Uma tónica que também aqui esteve presente, quando se tratou, por exemplo, de abordar a questão das diferentes fontes da legitimidade de participação e acção política e de como elas nos obrigam a agir de forma ousada, experimentando novos caminhos, porventura difíceis e um pouco difusos, ainda. Mas também a humildade de saber ouvir e de

saber aprender com aquilo que nos é dito e com aquilo que experimentamos.

Não sei se existe alguém que queira fazer um comentário final, estamos mesmo na hora do intervalo. Se alguém gostar de dizer alguma coisa antes de eu fechar a mesa...

José dos Santos

De facto, o que se está a passar aqui é de uma grande importância e eu felicito a organização por esta iniciativa. Há ouro na nossa praia, é preciso vê-lo e ter capacidade de ir lá buscá-lo.

Todos os receios que temos, do paternalismo, da instrumentalização, são reais e, efectivamente, existem muitas vezes encapotados. Não devemos, no entanto, dar muita importância a isso, dar-lhe, apenas, o lugar que merecem, porque estas coisas facilmente se desmontam por si próprias depois, quando o que procuramos é uma verdade de processos e de intenções.

Lembrava aqui que, finalmente, na Europa, chegou-se à conclusão de que a democracia participativa, com toda a legitimidade democrática que tem, sente necessidade de dar substância à democracia, no sentido mais amplo da participação. Ninguém sabe até onde pode ir o exercício da cidadania num processo democrático. Podemos fazer muitas especulações, mas estamos no embrião ainda. Queria dizer o seguinte, o projecto da Constituição Europeia, que está agora em stand by – não sei se já morreu ou não, ou se vai ser ressuscitado – tinha, no artigo 46, n.º1 a 4, a democracia participativa, pela primeira vez. Diga-se, em abono da verdade, que a nossa constituição de 76 também tem lá isso, a participação dos cidadãos. Quer dizer que a democracia representativa, só por si, torna-se formal e formalista.

Portanto, aquilo pelo qual temos todos de lutar, com avanços e recuos, é por uma cultura verdadeiramente democrática. Muito obrigado.

Paulo Machado (Vereador da Educação da Câmara Municipal de Alcochete)

Eu não resisto à questão das expectativas. Tenho uma visão exactamente ao contrário. Acho que, com estes processos, estamos a gerir expectativas, porque se trata de um processo de formação. Muitas vezes as pessoas têm expectativas irrealistas, quando não é explicado que a Câmara, que a Junta de Freguesia não conseguem resolver tudo. Envolvendo as pessoas, explicando quais são os meios e as competências de uma Junta de Freguesia ou de uma Câmara Municipal, ajudamos a gerir expectativas, explicamos às pessoas de onde é que vem o dinheiro e quais são as necessidades de toda a comunidade, e como vamos, em conjunto, resolver o problema. Aqui é que estamos a conseguir gerir expectativas. Dou um exemplo.

Nós tínhamos um problema nas nossas Freguesias há muitos anos atrás: o dinheiro com que apoiávamos as escolas nunca chegava. Quando criámos o Conselho Consultivo e dissemos: “Temos este dinheiro, colaborem connosco e digam vocês como é que o vamos distribuir”, acabaram os problemas. As pessoas percebem quais são os meios, os recursos que temos e como é que gerimos expectativas. Portanto, acho que

é exactamente o contrário, com este processo conseguimos gerar expectativas.

O conhecimento global do território, das suas necessidades, obriga-nos a criar situações de empatia com o outro, com o nosso vizinho, a reforçar relações de vizinhança, que são fundamentais em territórios como os nossos.

Nessa questão das expectativas, o que nos parece fundamental é a informação, a ampliação da capacidade de estar informado, o poder de ler essa informação correctamente. O que permite ao cidadão agir com maior eficácia, o que o torna mais interveniente e mais eficaz.

Significa, também, torná-lo mais incómodo, porque a tomada de consciência incomoda, preocupa, obriga-nos a ter maior capacidade de argumentação, obriga-nos a prepararmos muito bem para as sessões públicas. Eu não saio para o terreno sem perceber o que foi feito, como foi feito, para quem, de que forma, quem financiou, quem deu a informação, quem participou. Isso obriga-me a um processo continuado de reflexão na minha acção, a repensar sobre a própria acção para poder agir melhor. E é isto que nos obriga a nós, cidadãos políticos, a termos a noção da nossa humildade, um permanente questionamento e envolvimento com a população, com os trabalhadores, com as mulheres, com os homens, com os nossos marítimos, com os nossos salineiros. Estou a falar de profissões que vocês não têm aqui na serra, mas nós temos lá e estão em vias de extinção, sendo preciso apoiá-las. Eles estão presentes nestes momentos.

É este o sentido da humildade permanente. Muitos pensam que temos uma varinha de condão, que de manhã acordamos com uma ideia fantástica e tudo acontece. Na realidade, dizíamos à hora de almoço, esta questão de ser político é um desafio imenso, tremendo. Todas as manhãs, tenho um pavor imenso das asneiras que podemos cometer. É muito bom quando partilhamos com outros, que é o que fazemos nos fóruns. Partilhar convosco também é muito importante.

Manuel Marreiros (Presidente da Câmara Municipal de Aljezur)

Muito rapidamente, este processo tem, naturalmente, riscos e tem, naturalmente, alguns benefícios. Teremos que ser políticos claros. É óbvio que, quando vamos para uma assembleia, e em Aljezur é mais fácil porque há menos população e também depende muito do nível de desenvolvimento e de infra-estruturação, dos equipamentos que o Município tem ... em função disso, as exigências das pessoas são diferentes.

Há vários tipos de expectativas das pessoas, ou vários níveis de exigência. É uma exigência daquilo que diz mais respeito à sua própria casa, aquilo que diz respeito à rua ou ao próprio Município. Se perguntarmos às pessoas, muitas delas, infelizmente, dizem que o mais importante é aquilo que lhes interessa mais pessoalmente. Verificamos isso muitas vezes. Daí que há que gerir vários tipos de expectativas. Mas tem riscos e nós temos que os assumir, temos que os correr. Quando chegamos às assembleias e somos apontados "Olhe, o Senhor disse que fazia isto, ou fazia aquilo. Não fez!" Pronto,

isto é importante, não há que virar a cara, como é óbvio, e nem pode ser de forma nenhuma. Por outro lado, também há aprendizagem com as pessoas, como aqui muito bem disse o Senhor Vereador.

O que eu tenho visto, ao longo dos anos, relativamente à participação das pessoas, é que há muitos cidadãos que gostam de sentir que a sua palavra é ouvida e que conta. As pessoas ficam muito satisfeitas quando a sua opinião é tida em conta, mas não é só tida em conta porque se ouviu, sim senhor, e se agradeceu e se falou muito bem. Não é isso, a pessoa apontou um problema, o problema foi analisado e foi resolvido, deu-se resposta efectiva à sua opinião. É estas pessoas e as do lado, que ainda não participaram neste processo, que devemos chamar à participação e levar a que o façam cada vez mais.

Assim, se há uma mudança de Executivo e estas coisas deixam de acontecer, esse novo Executivo será responsabilizado por isso, os eleitores o decidirão. Mas nunca se pode dizer que o cidadão ou a cidadã deixará de poder participar na gestão municipal, porque pode ir sempre, pelo menos, às Assembleias Municipais, às Assembleias de Freguesia, às reuniões do Executivo e movimentarem-se e organizarem-se no sentido de pressionar.

Isso é perfeitamente legítimo. Conheço casos de algumas experiências de Orçamento Participativo com mudança de Executivo e que continuaram, porque, de facto é um risco político não continuarem, não é?

João Paulo Trindade (Presidente da Câmara Municipal de Alvito)

Em relação com a última questão levantada, como é que as coisas ficam, quando o Executivo muda? Tenho esperança que as próprias populações assumam este processo de tal forma que tenham capacidade de exigir e de garantir a sua continuidade, independentemente dos Executivos. Era só.

Teresa Cunha (Moderadora)

Muito obrigada. Devo dizer que fomos absolutamente impecáveis no tempo. Há exactamente duas horas que estamos aqui, não nos pode ser imputada nenhuma confusão à cerca do conceito e gestão do tempo. Agradeço imenso ao Paulo, ao Manuel e ao Paulo, tudo o que trouxeram de riqueza para este debate. Proponho que façamos 15 minutos de intervalo para ouvir o professor Boaventura nos seus comentários, na síntese final sobre este debate. Muito obrigada.

SÍNTESE FINAL

Boaventura Sousa Santos (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Boa tarde a todos. Nunca ousaria fazer uma síntese, porque seria extremamente complicado, penso eu! Gostaria, isso sim, que pudéssemos reflectir sobre algumas questões que aqui foram levantadas e outras que são o roteiro para o futuro. Antes de mais, queria agradecer o convite da In Loco e do senhor Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel para estar aqui. Não venho muitas vezes ao Algarve, mas é sempre com enorme gosto que o faço.

Gostava, realmente, de começar por dizer que o contexto em que nos reunimos aqui é um contexto necessário e urgente, num país que, entre muitos outros problemas que atravessa, decidiu, sobretudo nos últimos tempos, diga-se de passagem com a colaboração de alguns autarcas, diabolizar o poder local, criar ideias negativas acerca do poder local. Como digo, com a colaboração de alguns autarcas, mas, obviamente, ocultando as muitas e belíssimas experiências de poder local, a grande tradição de municipalismo do nosso país, que, ao contrário do que se pretende, não tem uma grande experiência de descentralização. Pelo contrário, tivemos sempre poderes centrais que procuraram, de uma ou outra forma, abafar e restringir os municípios.

De tal modo que, para falarmos realmente daquilo que devia ser uma constante na nossa educação democrática, que é a educação para a cidadania, a educação para uma cidadania forte, uma cidadania aprofundada, uma educação para a participação, é muito importante que a gente se reúna aqui, com este objectivo.

Em primeiro lugar, em que contexto é que surge toda esta discussão do Orçamento Participativo como um dos instrumentos de democracia participativa? Ele tem cerca de 15 anos e surge por várias razões. Uma delas penso que tem a ver com duas patologias das democracias liberais, capitalistas, tal como a gente as conhece nas nossas sociedades. Patologias que se aprofundaram nos últimos quinze anos.

A patologia da representação e a patologia da participação. A patologia da representação é basicamente a ideia que os cidadãos não se sentem representados pelos seus representantes, cada vez estão mais distantes deles, por vezes não os conhecem sequer, e, portanto, acham que estão muito distantes da vida política.

Em segundo lugar, e obviamente articulada com a primeira, a patologia da participação, a ideia de que não merece a pena participar, porque afinal o meu voto não vai fazer diferença, "Eles vão sempre fazer o mesmo", ou "Sou pequenino de mais para os grandes interesses, para as grandes e complexas questões que estão aí hoje, e portanto também não participo". Uma democracia assim não funciona.

Estas duas patologias decorrem fundamentalmente

do seguinte, do facto de a democracia representativa não poder assegurar as condições efectivas do seu funcionamento. Houve um tempo em que se pensou que, para que existissem sociedades democráticas, era preciso que houvesse alguma redistribuição social, políticas de inclusão social, que incluíssem as pessoas num contrato social, do qual fazia parte obviamente a democracia representativa.

Nós hoje estamos a combinar democracia representativa com distribuição regressiva, isto é, as sociedades estão a tornar-se cada vez mais injustas, socialmente, e ao mesmo tempo cada vez mais democráticas. Esta democracia não pode deixar de ser uma democracia de baixa intensidade, não é uma democracia que emocione, que crie um sentimento de alegria, de entusiasmo democrático por parte dos cidadãos. Esta democracia vai de par com a exclusão, com a precarização do emprego, com a frustração das expectativas das pessoas, relativamente ao seu emprego, à educação, à segurança social, à saúde. Tudo isso se vive hoje em Portugal, de tal maneira que a democracia vai sendo algo que está confinado a um espaço político cada vez menos importante para o quotidiano das pessoas. Na medida em que as pessoas, no seu quotidiano, estão habituadas e estão forçadas a lidar com decisões que não controlam (por exemplo, quando são despedidas, quando se fecha um Centro de Saúde), são decisões que não podem ser vistas como democráticas pelos cidadãos e, no entanto, elas ocorrem em democracia. Não surpreende, por isso, que haja esta desafectação dos cidadãos em relação à democracia.

Neste contexto, tem vindo a surgir, em vários países, alguma reacção de diferentes origens, que apontam para a ideia de que, provavelmente, esta dupla crise, de representação e de participação, decorre de um outro factor, que é o factor de a democracia representativa sempre ter assentado em dois mercados.

A democracia representativa, como sabemos, é uma criação do Estado liberal e, portanto, das sociedades capitalistas modernas, e a teoria política liberal sempre assentou na ideia de que existem dois mercados, dois mercados que se devem manter separados. Um é o mercado dos valores e das ideias, é o mercado onde se discutem valores que não têm preço, as ideologias políticas. Uma pessoa é de esquerda, não é por dinheiro que passa para à direita, uma pessoa é de direita, não é pelo dinheiro que passa à esquerda. Portanto, há valores que não têm preço. Por outro lado, há o mercado económico, que é um mercado dos valores que têm preço e que, portanto, se compram e se vendem. Nos termos da teoria, estes dois mercados devem estar sempre separados e durante muito tempo assim aconteceu pelo menos em certa medida.

Nas últimas décadas, temos vindo assistir a uma fusão cada vez maior entre os dois, no sentido de que o mercado económico está a absorver o mercado político e, em vez de valores que não se compram, nem se

vendem, cada vez mais, tudo se compra e tudo se vende, e isto é, no fundo, a razão profunda do aumento da corrupção.

O aumento da corrupção é exactamente um fenómeno endémico, que decorre, hoje, da fusão destes dois mercados, muito ligada aos processos de privatização em que nos encontramos, sem mecanismos fortes de regulação.

A sociedade portuguesa é reconhecida por ter menos mecanismos de regulação. São muito fracos para as actividades do mercado, digamos assim. E, portanto, estas duas questões, têm vindo a fazer com que aumente a corrupção, que também faz aumentar a patologia da participação e a patologia da representação.

É a privatização do Estado, não a privatização dos serviços públicos, mas a privatização do poder do Estado, através do fenómeno da corrupção. Perante isto, tem havido um grande esvaziamento da democracia e as resistências à democracia vão surgindo de diferentes formas. Uma delas vai pela linha de que a democracia representativa, hoje, é demasiadamente frágil para se sustentar, é demasiadamente frágil porque não garante as condições para que a representação faça sentido, na medida em que permite todos estes fenómenos de corrupção e outros fenómenos que estão a ocorrer. E, portanto e acima de tudo, ela não só enfraquece a representação, como deixa de poder garantir o outro lado que sempre foi fundamental na teoria da democracia representativa, a prestação de contas.

A representação é sempre delegar e também prestar contas. Se delegar passou a ser cada vez mais frágil, prestar contas passou a ser impossível. E muitas vezes houve, aqui, algumas cortinas de fumo que foram criadas por duas ideias: a ideia de que os problemas são técnicos e que, portanto, devem estar fora, digamos, de uma discussão democrática, política, porque essa só pode ocorrer nas questões políticas e não nas questões técnicas, e, por outro lado, as coisas são muito complexas e, como são demasiadamente complexas, não estão ao alcance dos cidadãos.

É neste contexto que, penso eu, como resistência a este esvaziamento do quadro político, começaram a surgir iniciativas da democracia participativa, uma velha tradição, mesmo ocidental, que se manteve durante muito tempo marginalizada e que, de repente, emerge. Emerge de uma tradição em que estava, digamos assim, num registo de incompatibilidade com a democracia representativa: ou temos democracia representativa ou temos democracia participativa – era o velho esquema de Rousseau. Mas agora, pelo contrário, abre-se uma possibilidade de compatibilidade, de complementaridade, de relação virtuosa entre as duas. Com problemas que se põem, obviamente, e alguns já foram postos hoje aqui. É que essa convivência não é muito fácil. E não é muito fácil porquê? Bem, em primeiro lugar, exactamente pelos conceitos de representação que hoje vimos aqui.

Há muitas formas alternativas, princípios de legitimidade, de representação, mas aquela que vigora, fundamentalmente, é a do voto. Mas – já foi dito na mesa anterior – precisamos de outras formas de representação que não assentem, fundamentalmente, no voto. Podem assentar na qualidade do envolvimento do cidadão, nos princípios de cidadania activa, que cada vez mais devem controlar as nossas sociedades. E portanto, há aqui a

possibilidade da democracia participativa poder vir, de alguma maneira, fertilizar o conceito de democracia representativa, na medida em que os cidadãos são cada vez mais exigentes. É preciso resistir a uma concepção estreita da representação, que, aliás, atravessa todo o espectro político.

Há pouco, a nossa Presidente de Palmela falava de muitos recusarem os Orçamentos Participativos com a ideia de que são complexos de esquerda, isto é, “são os comunistas ou os socialistas, ou o que seja, os de esquerda, que estão interessados nessa coisa do Orçamento Participativo”. O problema é que, dentro da esquerda, há muita resistência ao Orçamento Participativo, o problema é que os partidos de esquerda têm muitas vezes um fundamentalismo anti-movimento social, anti-organizações sociais da sociedade civil, sobretudo se são autónomas. Eles gostam de ter as suas associações, ou seja, as suas clientelas, as suas frentes de massas, mas não gostam de conviver com associações autónomas. Há um fundamentalismo anti-movimento social ou anti-associações autónomas, que, portanto, se vai veicular numa hostilidade a qualquer mecanismo de participação que fuja ao controlo das associações que eles controlam.

Por outro lado, não poderá deixar de surpreender o fundamentalismo contrário, o fundamentalismo dos movimentos sociais e das organizações sociais contra os partidos. Muitos pensam que não é possível fazer qualquer interacção com os partidos, porque o que eles querem é absorvê-los, o que eles querem é captá-los, o que eles querem é os votos, e depois vão embora. Ora, estes dois fundamentalismos estão a prejudicar a possibilidade de uma relação virtuosa entre democracia representativa e participativa.

Há pouco, o nosso companheiro de Carnide dizia-nos exactamente isso, que os mecanismos de participação podem fortalecer a representação, por exemplo, aumentando a percentagem dos votos e, portanto, diminuindo a abstenção em eleições da democracia representativa. Aqui está uma contribuição líquida da democracia participativa para a representativa.

A busca de uma complementaridade, a busca de uma relação virtuosa, está cada vez mais na agenda de trabalho, e ocorre por razões de princípio e por razões pragmáticas, uma boas outras más. É uma coisa curiosa, de há uns quinze anos para cá, começámos, em todo o mundo, não é apenas em Portugal, a conhecer nomes de autarcas. Infelizmente, alguns por más razões, mas muitos deles por boas e belíssimas razões. Hoje falamos da Colômbia e não deixamos de falar, de maneira nenhuma, no Luís Garçon ou no Presidente da Câmara de Bogotá. Falamos durante muito tempo em Porto Alegre, e era Tarso Genro de que falávamos. Hoje, a presença dos autarcas começou a ser algo mais denso politicamente. E começou a ser mais denso politicamente porque houve um processo de descentralização, que é um processo envenenado em muitos casos, porque não é genuíno. Embora tenha por detrás de si uma energia democrática, foi, acima de tudo, veiculado pelo Banco Mundial, que pediu a todos os países que descentralizassem. Essa orientação teve várias origens, uma delas era descentralizar o conflito social, porque, se tudo está centralizado, quando há resistência, a resistência tem que ser, também, organizada e organizada a nível nacional, e pode ser um caos nacional. Se descentralizarmos as políticas, descentralizamos os conflitos.

As leis de descentralização tiveram esta origem em grande medida, o que não quer dizer que isto tudo funcione linearmente. Felizmente não. Funciona dialecticamente, de facto. O melhor exemplo é a lei da descentralização de 1994 na Bolívia, que foi feita para desarticular o movimento indígena. Teve exactamente o efeito contrário. Essa lei de descentralização deu poder local aos movimentos indígenas, que se organizaram nacionalmente, destituíram dois Presidentes e levaram um Presidente ao poder, Evo Morales.

Portanto, a descentralização teve, obviamente, como base algumas das políticas do neo-liberalismo. Foi, fundamentalmente, uma maneira de desarticular o Estado Providência, as políticas sociais.

A descentralização assentou em dois grandes mecanismos. Um deles passa pela promoção da democracia, mas sem distribuição social. Separa, completamente, a democracia dos direitos económicos e sociais, o que antes não era possível, o que criava uma tensão entre democracia e capitalismo. É que, para redistribuir, O Estado tem de cobrar impostos, e, cobrando impostos, os empresários, obviamente, não vão gostar.

Portanto, por um lado, há esta desvinculação da democracia em relação à redistribuição social e, por outro, há uma tentativa, em meu entender, de transferência de competências do poder nacional para os poderes locais. Transferência de competências sem transferência de verbas. É essa a situação que encontramos em muitos países, e também em Portugal.

Estas transferências de competências, sem uma adequada transferência de verbas, está a tornar invisível o desgaste do Estado Providência, do Estado de bem-estar, das políticas sociais, e a paralisar, de alguma maneira, os mecanismos de resistência, na medida em que passam a ser cada vez mais localizados. É o município x que reage contra o encerramento de um serviço de urgências, mas está só, porque foi só o seu centro de urgências que foi encerrado. Portanto, parcelarizar o desgaste, para que não haja possibilidade de o protesto social se unificar.

É uma estratégia, que, obviamente, tem os seus riscos. Um dos riscos é que nada acontece impunemente na sociedade, o que faz com que muitas forças, hoje, se estejam a organizar para resistir.

O Orçamento Participativo pode ser parte disso, mas o Orçamento Participativo tanto pode ser parte da solução, como pode ser parte do problema. Isto é, pode ser, realmente, uma maneira de reagir e resistir a esta onda neo-liberal, assegurando a participação efectiva, as condições de participação dos cidadãos, como pode ser, obviamente, um instrumento para encapotar o declínio da cidadania, dos direitos efectivos que compõem a cidadania.

Portanto, quando hoje falamos no Orçamento Participativo é nesse contexto amplo que devemos fazê-lo. E o que eu vos vou propor é exactamente uma série de desafios que se põem; é uma mera enumeração de desafios que, penso, vão estar na agenda durante algum tempo. Um primeiro é este de nos perguntamos pela motivação dos autarcas para adoptarem o Orçamento Participativo. Mas, se calhar, a primeira questão é saber qual é a motivação dos cidadãos para participar, porque é que os cidadãos participam no Orçamento Participativo.

Uma coisa vos posso dizer – do meu trabalho e de outras investigações nesta área – é que o patamar de desistência dos cidadãos na democracia participativa é baixíssimo, ou seja, se o cidadão participa e não vê uma contrapartida relativamente imediata, deixa de participar.

Em 1989, o PT iniciou a política de Orçamento Participativo em Porto Alegre. Era um momento extremamente difícil de crise financeira grave do Estado Federal brasileiro, de crise das transferências, e, portanto, muitas das obras prometidas não puderam ser realizadas no ano seguinte. Eu estava lá, era o segundo ano de Orçamento Participativo, havia mais funcionários da Câmara nas reuniões do que cidadãos, os cidadãos tinham desertado. Porquê? Porque tinham sido prometidas obras sem um cálculo das despesas que isso envolvia, sem possibilidade financeiras de as realizar, e os cidadãos sentiram-se frustrados. Felizmente, com grande qualidade política, o partido que nessa altura estava no poder, o PT, fez uma análise muito aprofundada da situação e disse: “O Orçamento participativo para nós não é uma questão pragmática, é uma questão de princípio. E se é uma questão de princípio, temos de rever todo o esquema para podermos voltar a trazer os cidadãos às nossas reuniões”. E assim começou a suceder. Houve realmente muito mais, mas não vou entrar em detalhes, porque são detalhes técnicos que não interessam agora. Conseguiu-se, também, aumentar o bolo do Orçamento Participativo e permitiu-se, de facto, que, a partir de 1991, 92, a participação começasse a crescer e o Orçamento Participativo passasse a ser um modelo para muitos outros.

Ora bem, quais são os desafios? Primeiro, há graus diferentes de democracia participativa, da qual o Orçamento Participativo é um dos elementos. O grau zero é a consulta, o grau máximo é a deliberação.

A consulta é um grau zero, na medida, em que permite – e num país com cultura autoritária isto é fundamental – que os cidadãos sejam realmente ouvidos, que saibam, efectivamente, que a sua opinião é tida em conta, e se, mesmo não sendo vinculativo ou deliberativo, os autarcas tiverem o devido respeito por tudo aquilo que se decide, ou por aquilo que se diz maioritariamente e por consenso nas reuniões, há aqui uma zona cinzenta. É uma consulta, mas é uma consulta levada a sério. Portanto, entre consulta e deliberação há graus. Penso que os sistemas mais avançados, no país, estão na altura certa para começar a tentar, a deliberação pode começar a ser feita de muitas formas.

Isto é, as decisões dos cidadãos terem um carácter deliberativo representa um nível de exigência totalmente novo para o Orçamento Participativo, e aí está o primeiro desafio. É totalmente novo porquê? Porque vai obrigar a que se tenha que distinguir entre assembleias. Em algumas regiões, nas cidades maiores, há o bairro A e o bairro B, e, se calhar para decidir obras no bairro B ou no bairro A, só podem estar pessoas do bairro A ou do bairro B. Quando é consultivo, todas as pessoas, indiferentemente das localidades, podem participar. Ora, hoje as sociedades são extremamente desiguais: temos cidades altamente incluídas, mesmo na zona do vale do Tejo, cidades que estão na média europeia, e temos pobreza abissal.

Venho agora de um país que é o mais rico do mundo, e meu Deus, Manhattan, Nova Iorque, é o melhor exemplo disso: as

formas de pobreza mais abissal ao lado das formas de opulência mais abissal. Portanto, temos que encontrar soluções ao nível de deliberação, o que exige mecanismos muito técnicos para poder assegurar a genuinidade das deliberações. E esta também é uma questão. Surgem os problemas dos delegados, dos conselheiros, há toda uma ideia técnica, fundamental para o acompanhamento e para assegurar as deliberações. A consulta é sempre mais simples, a deliberação é sempre muito mais complicada e muito mais exigente. Mas a deliberação pode ser de vários níveis. Por exemplo, pode ser uma deliberação que abrange uma grande opção do plano, pode ser uma deliberação sobre temas menores, temas de pormenor, ou pode ser uma deliberação sobre prioridades (se duas obras, ou duas actividades, estão por iniciar, pode haver uma deliberação sobre aquela que vai começar primeiro).

Portanto, as formas de deliberação são graduais, podem ser mais extensas, podem ser menos extensas. Mas é evidente que, se esta onda – que é uma onda benevolente em Portugal e cheia de esperança – tiver razões para continuar e força para continuar, vai confrontar-se, exactamente, com a possibilidade de encontrar zonas de consulta e zonas de deliberação, e vai ter que assumir uma arquitectura certamente complexa, adequada à situação. Porque uma coisa é certa, o Orçamento Participativo tem que ser muito adaptado às condições locais, como há pouco dizia a Eleonora, falando da experiência Brasileira. Em Portugal também há cidades com grande experiência associativa e há cidades sem nenhuma experiência associativa, são dois contextos sócio-políticos importantes para determinar o modo como o Orçamento Participativo vai poder funcionar. Portanto, os contextos são diferentes, não há receitas que se vão buscar e que se apliquem mecanicamente, aprende-se como hoje, penso eu, que tem sido um dia maravilhoso de aprendizagem recíproca. Mas sempre na base de que temos de adequar a situação às nossas realidades e, portanto, cada um irá pela forma que encontrar. Penso que, no terreno, vai haver, cada vez mais, uma mistura, um híbrido, uma mistura entre consulta e deliberação.

O segundo grande desafio, em meu entender, é que o Orçamento Participativo é apenas um dos instrumentos da democracia participativa. Há muitos outros, os conselhos, por exemplo. Os Conselhos Populares que existem no Brasil, os Conselhos Municipais, de saúde e de educação. Nós temos conselhos em Portugal, mas são muito formatados, são os interesses que já têm poder que fazem parte dos conselhos e não aquele cidadão que mais precisava de estar, cujos interesses precisavam de estar na ideia do conselho. Portanto, acho que os conselhos são outra forma de participar. Outra, serão as consultas populares não ligadas ao orçamento, referendos de vários tipos. Há diferentes mecanismos de democracia participativa que podem ser accionados, mas há uma coisa fundamental em todos eles: é preciso haver vontade política para que eles serem postos em prática.

O melhor exemplo que vos posso dar é, hoje em dia, o caso de Porto Alegre. Há pouco, alguém da assistência dizia, e muito bem, que era bom que o Orçamento Participativo se conciliasse de tal maneira que fosse independente de quem está no poder. Ou seja, se a autarquia mudar, vai ter que manter o Orçamento Participativo. Foi exactamente o que aconteceu em Porto Alegre. O actual perfeito Fogaça foi eleito, exactamente, na base de que ia continuar o Orçamento Participativo. Mas a sua vontade política não era essa, ele não queria, de facto, continuar o Orçamento

Participativo. O que tem feito? Não posso entrar em detalhes, agora, sobre uma série de mecanismos técnicos muito subtils, através dos quais se vai esvaziando o Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Portanto, sem vontade política, de facto, o Orçamento Participativo não vai muito longe. E aqui levanta-se um terceiro desafio, que é o desafio entre a técnica e a política. Acho que, se um Orçamento Participativo for levado a sério pelas Autarquias, exige uma reconstrução total da formação, um outro tipo de linguagem. Eu assisti aos períodos iniciais em Porto Alegre, vi como é que os engenheiros eram incapazes de falar, como falavam de uma maneira agressiva, sem aceitar que uma ideia útil pudesse vir desses povos. A ideia útil pode ser o tamanho dos tubos, por exemplo, dos tubos que drenam a água. A população sofre, há muitos anos, de cheias ou de enchentes, e sabe que tubos mais pequenos não funcionam, porque já lá estiveram muitas vezes e foram por água a baixo. Se o técnico não o quiser considerar, pode dizer “isso não interessa”.

Eu penso que há aqui uma relação, não só de uma nova profissionalização, de um novo profissional, formado exactamente para estar atento àquilo que, a outros níveis, chamo a ecologia dos saberes: os saberes populares, os saberes das populações, os saberes das associações de recreio, das associações culturais, que são importantes para trazer, também, para o saber técnico. Isto, em meu entender, é um outro desafio.

Um quarto desafio tem a ver com a questão da educação. Penso que o Orçamento Participativo é, fundamentalmente, um grande objecto, um grande instrumento de educação, e que, portanto, toda a comunicação, toda a relação entre a Autarquia e os cidadãos tem que ser feita, sempre, numa base de educação recíproca. Não é apenas educar o cidadão, é a Autarquia a auto-educar-se, também: auto-educar-se numa outra maneira de saber escutar. E uma coisa é certa, saber escutar demora tempo. Ora, os nossos tempos, sobretudo os tempos dos técnicos, não foram feitos para escutar, foram feitos para determinar num certo registo de tempo. Se uma pessoa demora tempo de mais a formular – e se a pessoa está nervosa ainda leva mais tempo a falar, e se é gaga ainda fala mais devagar, porque tem uma deficiência de voz, leva mais tempo – porque razão é que se há de perder tanto tempo nisso?

Penso que há aqui, realmente, uma questão de grande atenção a estas formas de educação. E ela tem a ver com outro desafio, que é o quinto. Os Municípios não podem, no futuro, limitar-se a questões municipais, cada vez mais, os Municípios vão ter que lidar com questões extra-municipais, questões nacionais, questões que têm a ver com o meio ambiente, questões que têm a ver com questões de trabalho, questões que têm a ver com organismos geneticamente modificados.

Pode São Brás de Alportel declarar-se uma cidade livre de organismos geneticamente modificados, por exemplo? É a nova territorialidade, os territórios municipais são cada vez mais campos onde se pode criar alguma margem de auto-determinação. Por exemplo, houve um Estado no Brasil que fez exactamente isso. O Estado do Paraná declarou-se um Estado livre de organismos genericamente modificados. Quer dizer que lá nem se produz, nem se consome este tipo de produtos.

Portanto, os Corn Flakes têm que ser mesmo com milho a sério e não com milho da Monsanto, o que causa, naturalmente, um certo transtorno à Monsanto, claro, e talvez a alguns cidadãos, que estão habituados ao sabor dos Corn Flakes já geneticamente modificados.

Mas penso que é esta possibilidade de trazermos novas questões, que vão muito para além dos Municípios, que pode gerar auto-determinação local, no sentido que certas coisas propostas a nível nacional não podem passar aqui, porque nós não queremos saber. Lembram-se das cidades que, nos anos 60, pela Europa fora, se declararam cidades livres de energia nuclear? O Estado pode optar pela energia nuclear, mas nós aqui não a queremos, vamos consumir de outra forma e vamos fazer os nossos próprios contratos.

Isto é, em meu entender, muito importante que se veja.

Um sexto desafio, é o desafio dos interesses, é o desafio dos lobbies. Sabemos que, hoje em dia, são poderosíssimos ao nível do poder local, e não é imaginável que deixem de existir. O que é preciso é tornar mais transparente a sua actuação, mais plural a sua intervenção, porque os lobbies não estão habituados à troca de argumentos, estão habituados à troca de influências. Se se criar um mecanismo mais participativo, aberto e transparente, então, têm que argumentar: porque colocar a urbanização ali, com aquela densidade e não outra densidade, quais são os custos, quais são os benefícios. Tudo tem que ser argumentado, e não basta encontrar a maneira de subornar um funcionário ou tentar influenciar uma decisão, através, por exemplo, do financiamento de um partido, como tem acontecido de uma maneira escandalosa no nosso país e começa a ser cada vez mais evidente. Mas, se avançarmos um pouco mais, ainda temos mais desafios pela frente. Estou a dar-vos um pouco do que poderia ser um programa para o Orçamento Participativo, porque fiquei tão entusiasmado com aquilo que vi aqui. Não é pré-história – discordo do Jorge Wemans – nós não estamos na pré-história, nós somos históricos: a história constrói-se e constrói-se exactamente a partir daquilo que a gente tem. E o que se tem é mais do que aquilo que eu pensava que tínhamos, quando aqui cheguei. Portanto, a história está mais avançada do que eu, pelo menos a história de Portugal. Fico muito feliz por isso. Agora, temos condições de dar passos.

Quais são os passos que eu penso que devemos dar? Alguns são utópicos, portanto, não pensem neles. A utopia é uma regulação do futuro, não é uma regulação do presente, é algo que deve estar no horizonte, não tem que ser tido em conta neste momento, deve estar presente nas nossas cabeças.

Antes disso, duas ideias de grande alcance e que penso não serem utópicas, de maneira nenhuma. No âmbito dessa inovação tão territorial que hoje os municípios podem trazer, e num momento em que, a nível nacional, cada vez mais os contratos sociais estão a ruir – os contratos sociais que sustentavam o trabalho, que sustentavam alguma regulação económica, que sustentavam a educação pública – podemos perfeitamente ter contratos sociais a nível municipal.

Eu proponha aos Autarcas que pensem em quatro tipo de contratos municipais, contratos que têm a ver com os seus

cidadãos, com os fornecedores, com as empresas, com todas as forças vivas do Município.

Um deles tem a ver com as estratégias de inclusão. Uma empresa que fornece serviços ao Município não pode estar a explorar, por exemplo, imigrantes não documentados. Não pode recorrer a formas de exploração que são hoje de escravatura – é um contrato de inclusão. O Município pode ter hoje força para o realizar.

Um segundo contrato tem a ver com o fornecimento de serviços. Há condições para fornecer serviços que podem ser feitos por empresas, obviamente capitalistas – são perfeitamente legítimas se os fazem dentro da lei. Mas os Municípios participativos podem perfeitamente promover acções cooperativas, organizações solidárias de micro-crédito, organizações de economia solidária, organizações económicas de trabalhadores, de mulheres, de imigrantes, de excluídos. Não estou a falar de uma utopia, estou a falar-vos da cidade de Toronto.

Neste momento, na cidade de Toronto, todos os serviços de apoio ambulatoriais dirigidos aos idosos – são sociedades onde há muitos idosos, como nas nossas – em vez de se criarem muitas creches, muitos lares, o que há é um serviço em casa, um serviço muito presente e muito permanente aos idosos. Só que houve um contrato entre as cooperativas de Toronto, criadas por jovens e homens e mulheres que se organizaram em cooperativas, e o Município de Toronto, para fornecer esses serviços ambulatoriais: tem a ver com a limpeza, a entrega de medicamentos, o fornecimento de refeições.

Estamos a falar de práticas do capitalismo avançado, não daquele retrógrado como o nosso. Vejam até onde se foi. O que as cooperativas de Toronto pediram, exigiram, ao Município de Toronto foi que estabelecesse o contrato apenas com cooperativas e não com empresas capitalistas. Eles sabiam que, dada a organização e o poder que têm as empresas capitalistas, dificilmente as cooperativas podiam competir. E o Município aceitou que, durante três anos, os contratos fossem exclusivamente feitos com eles. A situação foi um êxito, os serviços muito mais baratos, os contratos ficaram muito abaixo daquilo que a cidade de Toronto fazia com as empresas lucrativas de apoio aos idosos. O contrato foi renovado por mais seis anos.

Portanto, estamos a ver formas de solidariedade contratualizadas com os Municípios. Um terceiro contrato social municipal é o intercultural. As sociedades portuguesas estão cada vez mais interculturais, mas, nos mais recolhidos cantos do país, encontramos pessoas, grupos sociais de outras etnias e de outras raças que sofrem, diariamente, o racismo que existe na sociedade portuguesa. Não tenhamos dúvidas a esse respeito, a sociedade portuguesa é sexista e é racista. Portanto, exige uma luta contra isto, a favor da dignidade humana, assente num princípio de interculturalidade. Não uma interculturalidade reaccionária, do tipo: “deixemos lá, pois eles têm os seus cultos, deixemos lá”. Não. É uma interculturalidade que nos enriqueça a nós próprios, e nós sabemos que a nossa cultura se pode enriquecer com os nossos imigrantes, com aqueles que procuram a nossa sociedade.

E, aqui, o Algarve é um micro-clima muito interessante, porque pode beneficiar de dois tipos de interculturalidade: dos estrangeiros que aqui se fixam, que se fixam porque são

turistas ou vieram para cá residir, e os imigrantes. É preciso criar múltiplos campos de interculturalidade.

Há ainda os contratos sociais ambientais, mais difíceis de realizar, mas que podem ser tentados nalgumas áreas. Isto é, os Municípios podem ir para além das leis nacionais em certas formas de cuidado ambiental. Esta é, em meu entender, uma das propostas do desafio que vos faço.

Uma outra, que também não é nada utópica – aliás foi mencionada de manhã – e que seria muito importante, é a rede dos Municípios com Orçamento Participativo, que se cria dentro da Associação Nacional de Municípios. Era muito importante que tivessem uma voz colectiva, era muito importante que fizessem parcerias com instituições portuguesas e estrangeiras que fazem investigação ou que organizam redes similares, na América Latina, na Europa etc. Terem uma voz colectiva, para não continuarem a ser uma coisa exótica, dos indivíduos. Se repararmos bem, neste momento, é uma coisa exótica e sulista, praticamente não temos nenhuma experiência do Mondego para cima. O que é que se passa? Tentem compatibilizar isto com os nossos retratos eleitorais, muitas vezes há coincidências interessantes. É muito bom que estas redes possam ter, não só uma maior eficácia, mas também formas de comunicação. É cada vez mais importante ter formas de comunicação alternativas. Devo dizer-vos que Portugal, neste momento, tem um défice enorme de ideias, de ideias na nossa imprensa.

Ontem estava a comparar o “Le Monde” e o “El País” com o “Público”, e fiquei desanimado. São todos de empresas privadas, embora “Le Monde” seja particular, porque é uma cooperativa de jornalistas. Mas nos dois jornais estrangeiros há muito mais variedade de opiniões do que em Portugal. Cá, as ideias, digamos, hegemónicas são uma fraude, são criadas através de muito peso, de uma opinião pública viciada.

Portanto, se queremos levar ideias novas para a frente, temos que ter formas de comunicação alternativas. E aí, nada melhor que essa rede ter o seu jornal, ter o seu site, dar informações sobre o que está a fazer. Já viram como a aprendizagem é fundamental nisto? Cada um tem de ter a coragem de avançar, porque há possibilidades de o fazer, e precisam de se organizar em conjunto, naturalmente. E promover colóquios regulares, onde se vão trocando experiências e aprofundando essas mesmas experiências.

Parece-me, no entanto, que podemos pensar de modo mais utópico. Como sabem, os Orçamentos Participativos só tocam o lado da despesa, não tocam o lado da receita. Eu tenho vindo a propor uma fiscalidade participativa. É evidente que, no nosso país, o peso dos impostos locais não é tão grande como nos outros países, é algo que tem muita dificuldade de se realizar, mas há campos onde é possível, há níveis de fiscalidade que se podem baixar, inclusivamente, se a população prescindir de certos serviços de uma maneira participativa. Para que é que a gente quer ou precisa de um serviço muito dispendioso, se eventualmente a população disser: “bem, se isso significar menos deste imposto, então eu aceito”?

Está hoje estudado, pela sociologia política, que, fundamentalmente, os cidadãos só fogem aos impostos porque não têm confiança em

quem gasta o dinheiro deles. Isto é, se os cidadãos pudessem decidir “eu pago 40% dos impostos, mas quero que o meu imposto vá para isto e para isto” e tivessem alguma maneira de saber que o seu dinheiro era efectivamente gasto nessas áreas, sabemos que, se calhar, haveria algumas áreas que tinham que ser praticamente abandonadas – não podíamos comprar submarinos – mas podíamos ter, talvez, mais educação, um sistema de saúde melhor. Isto é utópico, obviamente, mas tenho ideia que, ao nível local, as coisas são mais fáceis de fazer, por vezes.

Dou-vos outro exemplo, para não pensarem que a coisa é totalmente utópica. Não tem a ver com a fiscalidade, embora toque nela, tem a ver com aquilo que se chama o salário que dê para viver. Um dos muitos problemas que hoje ocorrem, sobretudo nas grandes cidades do mundo, e do mundo capitalista desenvolvido, é que os trabalhadores, trabalhando, ganhando o seu salário, não conseguem subir acima da linha da pobreza. Isto é, os salários são tão baixos que a pessoa continua pobre. Antes era o contrário, bastava o salário para se saltar acima da linha da pobreza, hoje o salário não permite.

É o caso dos EUA, neste momento, porque o salário não vem com o seguro médico – eles privatizaram a saúde, e nós cá vamos fazendo os nossos esforços para a privatizar também. Quem quer, paga o seguro médico, o salário não lhe serve de maneira nenhuma. Os seguros são caríssimos e cada vez serão mais. Depois, o que acontece em alguns Municípios progressistas dos EUA é que adoptaram aquilo que não é possível adoptar a nível nacional – há dez anos que os EUA têm congelado o salário mínimo. Na prática, muitas cidades conseguiram actualizar todos os anos o chamado “Living Wage”: um salário muito acima do salário mínimo, é um salário que dá para viver. E muitas cidades adoptaram-no. Claro que não é possível ao nível do Estado, porque os interesses económicos são tão fortes que já não é possível vencer, mas ao nível das cidades, e sobretudo das cidades pequenas, é. Hoje, ser uma cidade pequena não é só fraqueza, é força para a inovação social, é força para a experimentação, é força para dar mais esperança a um princípio de aprofundamento democrático, de que nós precisamos como de pão para a boca no nosso país. O que fizemos aqui hoje é, penso eu, um exercício de cidadania, se, quando sairmos desta porta, não nos esquecermos de tudo o que foi discutido e, acima de tudo, não nos esquecermos de participar em todas as acções que visem credibilizar, ampliar e aprofundar estas formas de democracia participativa. Muito obrigado.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel)

Como a tarde já vai longa, vou passar de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, como representante da Associação Nacional de Freguesias, para nos dirigir algumas palavras antes do encerramento. Muito obrigado.

Paulo Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, em representação da Associação Nacional de Juntas de Freguesia)

Há pouco, estava aqui como Presidente de Junta, agora estou aqui enquanto membro do Conselho Directivo da Associação Nacional de Freguesias. O Senhor Presidente não pode estar presente porque está a decorrer, neste momento – e eu estou a faltar – a reunião do Conselho Directivo. Mas não quisemos deixar de estar aqui e de referir que as Juntas de Freguesias, como Carnide, e há outras, têm aqui um papel fundamental. As Freguesias, muitas vezes, conseguem empurrar os próprios Municípios para este processo. Portanto, acho que a rede a ser criada não deve envolver apenas a Associação Nacional de Municípios, deve ser criada com a Associação Nacional de Freguesias, também, um parceiro fundamental em todo este processo.

Só assim teremos capacidade de dignificar o poder local, que, do nosso ponto de vista, tem os tais dois braços: os Municípios e as Freguesias. Peço desculpa ao Senhor Presidente – acho que não é o caso aqui – mas há tendência para não nos colocarmos todos ao mesmo nível, no mesmo patamar. Temos a mesma legitimidade que os Municípios. Temos funções diferentes e devemos trabalhar sempre de mãos dadas, de braços dados, em prol da resolução dos problemas das populações.

E o Orçamento Participativo é, também ele, um desafio nesse sentido. Eu vejo com muito bons olhos que a Associação de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias unam esforços. Muitas vezes, parece que – não percebo o porquê e se calhar também é culpa da Associação Nacional de Freguesias – andamos quase a disputar o lugar. Acho que temos, aqui, uma oportunidade de provar que é possível trabalhar em conjunto, este pode ser um projecto que junte as duas associações. Era isso que tinha para vos dizer.

Agradecer o convite, agradecer o dia. Acho que todos nós saímos daqui muito mais enriquecidos, saímos daqui com muito menos palha e, de certeza, com energia para avançar nos sítios aonde não foi possível dar início ao Orçamento Participativo. Há pouco não disse, a Junta de Freguesia de Carnide está disposta para continuar nesta parceria, para estar convosco, e, para quem não conhece, fica o convite para a visitar aquele lugar único e mágico que dá pelo nome de Carnide.

António Eusébio (Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel)

Cabe-me, então, agradecer a todos os participantes, a todos os que vieram a São Brás de Alportel. Espero que tenham gostado de estar, durante este dia de trabalho, no nosso Município.

Quero também agradecer a todas as Autarquias que estiveram presentes, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, pela participação activa, pelo que puderam apresentar-nos.

Para mim, foi um dia em que acabei por aprender muito com todas as experiências. Penso que tivemos a sorte de ter Autarcas, não só com grande dinamismo, mas com uma perspectiva muito boa no que diz respeito ao Orçamento Participativo. Foi possível esclarecer uma série de questões. Quero, também, agradecer aos moderadores, pela acção que tiveram e pela disponibilidade que manifestaram, desde o início, para colaborar connosco.

Realmente, o Senhor Professor deixou-nos imensos desafios. São desafios que importa que possamos reflectir, são desafios que, nalguns casos, fogem, neste momento, às competências das Autarquias, mas que, com alguma força, poderá ser que consigamos chegar lá. Essa força só é possível se formos esta rede de Municípios com Orçamento Participativo, incluindo, não só as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais, mas também as Associações de Desenvolvimento Local, as Universidades e pessoas que estejam ligadas à investigação nesta matéria. Aqui, quero deixar bem claro que a participação que tivemos na execução do Orçamento Participativo, dentro da parceria do São Brás Solidário, tornou este projecto muito mais eficaz, muito mais claro, e fez com que o Município conseguisse ir mais além do que inicialmente se previa. Conseguimos ter mais técnicos a trabalhar, situação que, inicialmente, me tinha assustado muito, porque eu não tinha técnicos para, sozinho, resolver a execução do orçamento. Desta forma, acabei por ter o trabalho mais facilitado.

Com tudo isto, espero que possamos fazer um novo encontro no próximo ano e eu vou fazer todos os possíveis, também, para levar em frente esta ideia das Autarquias juntarem forças para podermos ter mais eficácia no desenvolvimento dos Orçamentos Participativos.

Bem hajam e sejam sempre bem vindos a esta terra, no interior do Algarve, entre o mar e a serra, o sítio onde existe a melhor cortiça do mundo e que tem das melhores paisagens naturais do Algarve. Por isso tudo, um dia em que tenham mais disponibilidade serão bem acolhidos numa terra onde queremos que, cada vez mais, se viva melhor. Muito obrigado a todos.

Nas páginas que se seguem, os leitores e as leitoras poderão encontrar as intervenções realizadas no âmbito dos diferentes painéis, assim como os respectivos debates. Esperamos com estas actas contribuir modestamente para a produção de conhecimento sobre o tema, assim como para a criação de uma memória histórica sobre o desenvolvimento deste tipo de processos em Portugal.